

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

RIBEIRO, Casimiro Antônio. *Casimiro Ribeiro I (depoimento, 1975/1979)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1981. 121 p. dat.

CASIMIRO RIBEIRO I
(depoimento, 1975/1979)

Ficha Técnica

tipo de entrevista: história de vida

entrevistador(es): Antônio Cláudio Sochaczewski; Aspásia Alcântara de Camargo; Israel Beloch; Pedro Malan; Reinaldo Roels Júnior; Roberto Ruiz de Gamboa

levantamento de dados: Aspásia Alcântara de Camargo; Reinaldo Roels Júnior

pesquisa e elaboração do roteiro: Aspásia Alcântara de Camargo; Reinaldo Roels Júnior

sumário: Reinaldo Roels Júnior

conferência da transcrição: Ignez Cordeiro de Farias; Maria Cristina Guido

copidesque: Maria Teresa Lopes Teixeira; Reinaldo Roels Júnior

técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes

local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil

data: 05/03/1975 a 20/07/1979

duração: 9h 10min

fitas cassete: 09

páginas: 121

Entrevista realizada no contexto da pesquisa "Trajetória e desempenho das elites políticas brasileiras", parte integrante do projeto institucional do Setor de História Oral do CPDOC, em vigência desde sua criação em 1975.

temas: Banco Central do Brasil, Banco do Brasil, Casimiro Ribeiro, Câmbio, Economia, Economistas, Fundo Monetário Internacional, Governo João Goulart (1961-1964), Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), Inflação, Teoria Econômica

Sumário

1a Entrevista: início das atividades profissionais em 1942, no Banco do Brasil; contatos com profissionais no banco; contatos posteriores com Eugênio Gudín e Otávio Gouveia de Bulhões; o Departamento de Estatística e Estudos Econômicos do Banco do Brasil; convite para trabalhar na Cexim; Simões Lopes na Cexim e seus auxiliares; colaboração com Roberto Campos; o papel de Roberto Campos e Eugênio Gudín na profissionalização dos economistas no Brasil; a Sumoc: o objetivo principal - implantação do Banco Central - e as dificuldades para a sua consecução; resistência do Banco com relação a um banco central; extinção da Cexim e criação da Cacex; a corrupção na Cexim; os motivos do desequilíbrio no balanço de pagamentos do Brasil no período 1951-52: desatualização da taxa cambial, pressões do setor cafeeiro, inflação interna e Guerra da Coreia; reação dos importadores à tentativa governamental de sustar os excessos; ausência de estatísticas de licenciamento de câmbio; coordenação da Cacex com a Carteira de Câmbio para fazer o orçamento cambial; o papel do café na política econômica brasileira; Alkmin e o confisco do café; caráter conciliatório do governo Juscelino; insistência de Casemiro Riberio e Lucas Lopes junto a Alkmin para a concretização do confisco; contatos com o FMI e episódio com Carlos Lacerda; a reforma cambial: primeiras tentativas, no início do governo Juscelino; a desatualização cambial e as pressões do FMI para a atualização; resistência interna à simplificação da taxa cambial; contatos com FMI e com o GATT; influência do Fundo Monetário sobre a política econômica brasileira; as falhas no sistema econômico brasileiro; política de Juscelino no final do governo; o Conselho de Desenvolvimento Econômico no governo Juscelino; implantação da Sumoc; reação ao confisco do café; a especulação com o câmbio

2a Entrevista: a criação dos depósitos compulsórios no Brasil; comparação entre o sistema americano e o brasileiro de depósitos compulsórios; tentativas de racionalização do sistema no Brasil; relação entre o orçamento monetário e os depósitos compulsórios; resultado do controle do Banco do Brasil sobre os depósitos compulsórios; tentativa de tirar o Redesconto da responsabilidade do Banco do Brasil; criação do orçamento monetário no Departamento; programação da inflação no Brasil; a inflação brasileira; política de Eugênio Gudín: contenção de despesas e de emissão de meios de pagamento; política econômica do governo Kubitschek: contenção do crescimento econômico nos dois primeiros anos; a greve dos marítimos em 1956; o processo de criação e controle dos meios de pagamento; utilização inadequada dos depósitos compulsórios; o redesconto e a disponibilidade de moeda; utilização inadequada pelos bancos comerciais, tentativa de modificar a utilização do redesconto e a reação dos banqueiros; corrida ao Banco Boavista

3a Entrevista: comparação entre a inflação do final dos anos 50 e a atual; o ocultamento da inflação pelo câmbio em baixa; política demagógica de contenção do custo de vida; o problema da compatibilização do combate à inflação com o desenvolvimento econômico; contenção dos investimentos públicos; a racionalização da rede ferroviária; os leilões de câmbio no governo Juscelino; rompimento com o FMI no final do governo Juscelino: dificuldades nas negociações com o FMI e a campanha contra o Fundo; Carlos Lacerda e a carta de Alkmin ao FMI; a correção monetária; a saída de Alkmin do Ministério; o rompimento com o FMI; atuação dos países no FMI; posição dos americanos no FMI; atuação da Cepal; Sebastião Pais de Almeida no Ministério; problemas do início do governo Jânio Quadros; tentativa de venda das reservas de ouro do Brasil; reformas cambiais de 1957 e 1961; reforma tarifária de 1957; Jânio Quadros face às reformas; negociações com os Estados Unidos; governo Goulart: dificuldades nas negociações com os Estados Unidos; o Plano Trienal de Celso Furtado; reforma bancária no gabinete Brochado da Rocha; a Carteira de Redesconto do Banco do Brasil e a emissão de papel-moeda; tentativas de regularizar o Redesconto; referências a Válder Blank e Alberto Carmo Tangari

4a Entrevista: origem familiar; primeiros estudos; interesses artísticos e literários; colégios que freqüentou; amizades escolares; início das atividades profissionais; interesse por economia; contatos com o Banco do Brasil; leituras e autores mais difundidos no Brasil; tendências do pensamento econômico no Brasil; Keynes; debate entre estruturalistas e monetaristas; medidas monetaristas para o combate à inflação no Brasil; a utilização da política fiscal por Otávio Gouveia de Bulhões; o Plano Trienal de Celso Furtado; Inácio Rangel; a política da taxa de juros; o pragmatismo da Cacex; as empresas estrangeiras no Brasil; o debate entre monetarismo e estruturalismo na Faculdade Nacional de Economia; protecionismo e liberalismo; Roberto Campos; a industrialização brasileira; a idéia de planejamento no Brasil; o Conselho de Desenvolvimento do governo Juscelino

1ª Entrevista: 05.03.1975

I.B. - O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, CPDOC, funciona na Fundação Getúlio Vargas e está vinculado ao Instituto de Direito Público e ciência Política, INDIPO, dirigido pelo dr. Temístocles Cavalcanti. O Centro coleciona arquivos de personalidades de atuação destacada na política brasileira. Temos arquivos de Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha, Agamenon Magalhães, Castelo Branco, Café Filho e uma série de outras figuras. Estamos desenvolvendo paralelamente um programa de História Oral, tomando depoimentos das figuras que tiveram atuação importante em nossa história contemporânea. O senhor, sendo uma dessas figuras, com marcante atuação no campo das finanças, daí o nosso interesse em entrevistá-lo. E temos também o projeto de um dicionário de história contemporânea brasileira, ligado a esse nosso trabalho. É um dicionário biográfico e temático que vai abranger todo o período de 30 para cá, até os dias atuais. O senhor certamente será uma das figuras incluídas nessa obra, com um verbete, provavelmente como biografado e certamente aparecendo em verbetes temáticos, referentes a temas financeiras e monetários, como o Banco Central.

C.R. - Para quem já está na casa dos 50, é um pouco melancólico virar verbete. Em todo o caso, acho que isso é inevitável. Quanto a notícias biográficas, como os senhores me pediram, vou procurar ser o mais sucinto possível.

Comecei as atividades profissionais no Banco do Brasil, onde fiz concurso público para escritório, classe inicial, em fins de 41. Tomei posse em começos de 42 e para a minha sorte fui designado, em função de minha classificação no concurso, para ficar no Rio de Janeiro – alguns tiveram que ir o interior. Fui designado para o então Departamento de Estatística e Estudos Econômicos do Banco do Brasil. Para mim foi uma sorte enorme. Eu estava com 19 anos naquela época, me interessava por ciências sociais e estava me preparando para fazer o curso de Direito, pois que o de economia ainda não existia. Havia um curso de contador e um de ciências de administração, mas não tinham grau universitário. De modo que eu estava me destinando a estudar Direito, embora não pretendesse advogar. Eu estava interessado por ciências sociais e começava a me interessa por economia, que no Brasil estava engatinhando – não havia sido nem regulamentada a profissão.

Fui designado para o Departamento de Estatística e Estudos Econômicos do Banco do Brasil, fiquei extremamente feliz e comecei a me desenvolver. Comecei fazendo pesquisas estatísticas e entrei em contato com alguns elementos mais antigos, ainda jovens naquela época, como por exemplo o Áldo Batista Franco, que devia ter uns 30 ou 32 anos – eu tinha 19 ou 20. Ele já era um economista bastante conhecido dentro do governo e já participava de reuniões internacionais. É curioso, o Áldo Franco teve uma influência muito marcante em mim e em minha decisão de seguir carreira de economista. (Eu nunca disse isso a ele, mas vou dizer um dia). Primeiro, o fato ou acidente de terem-me designado para o Departamento de Estatística e Estudos Econômicos e, depois, o fato de eu ter conhecido Áldo Franco – causou-me surpresa, pois ele era um rapaz brilhante, inteligente, participando de reuniões internacionais.

Verifiquei que o Banco do Brasil naquela época era muito rígido quanto à hierarquia, quanto à tradição e antigüidade (o critério de antigüidade para promoção

ainda era uma coisa rígida no Banco do Brasil, e percebi que, para o Aldo Franco e mais alguns, para eles tinham sido abertas exceções. Eles estavam galgando posições independentemente da hierarquia rígida do Banco do Brasil, estavam participando de negociações internacionais, e eu fiquei muito fascinado com aquilo tudo. E, realmente, o número de economistas naquela época era reduzidíssimo. Entrei em contato, depois de um ano e pouco, com o dr. Gudín e o dr. Bulhões, em minhas funções públicas. Foi assim que comecei a me interessar por estudos econômicos.

P.M. - Quem era o chefe desse serviço do Banco do Brasil na época que o senhor entrou?

C.R. - O chefe não era economista, e talvez não tivesse feito o ginásio. Era o homem da velha guarda do Banco do Brasil, apreciado por uns e odiado por outros. O sujeito trabalhava como um danado e não facilitava o estudo do pessoal. Não permitia que ninguém saísse durante o expediente. Tínhamos que estudar à noite. Ele dizia: “Olhe, no meu tempo não tinha essa sopa, não. Todo mundo agora é turista, quer sair para isso, para aquilo. Nós trabalhávamos 18 horas por dia e só íamos para casa de noite. Saíamos de manhã cedo e voltávamos à noite. E trabalhávamos sábado e domingo. Agora todo mundo tem horário especial.”

Aquele primeiro chefe não tinha sensibilidade alguma para esses problemas. Felizmente ele não ficou muitos anos lá. Depois de uns três ou quatro anos ele foi embora. Aí veio então um outro, o Paulo Frederico de Magalhães, que merece uma referência. Este era um homem de visão para a época. Ele criou o Departamento de Estatística e Estudos Econômicos, em 1938. É preciso conferir esta data, mas é por volta de 38 ou 39, e antes da minha chegada, portanto. Ele fez os primeiros estudos e o primeiro relatório do Banco do Brasil com bases técnicas. Um homem extremamente inteligente, congregou os primeiros economistas, ou pessoas formadas em outras especialidades mas interessadas em assuntos econômicos. O Paulo Frederico de Magalhães foi o fundador, ficou afastado uns 10 anos e depois voltou, ainda no meu tempo, a nos chefiar novamente, começou a dar novo impulso.

Depois veio o Júlio de Matos, um ferrabrás da velha guarda que tinha raiva de quem queria estudar. E veio depois uma excelente criatura, o prof. Guimarães, que ficou dois ou três anos. Ele já tinha trabalhado lá, era catedrático – não sei se ainda é ou se já se aposentou – de comércio exterior na Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da antiga Universidade do Brasil.

R.G. - Ele já morreu?

C.R. - O prof. Guimarães? Encontrei-me ontem com ele! [risos] Mas, para todos os efeitos práticos, morreu. Quando a gente não vê uma pessoa muitos anos e ninguém fala nela, tem-se a impressão de que morreu.

R.G. - Alguém disse que ele tinha tido um enfarte.

C.R. - Ele teve um enfarte, teve muita dificuldade e aposentou-se, mas está vivo e muito vivo. O prof. Guimarães era realmente um homem muito estudioso e que prestigiava muito os alunos. Ele prestigiou muito e deu um impulso apreciável ao Departamento Econômico, embora se pudesse dizer, talvez, que ele não estivesse se renovando. Ele

tinha lido tudo o que se tinha publicado de bom até 1938 ou 40. Depois, parece que ele não se atualizou e começou a haver uma reação de certos alunos. Mas era um homem de uma dedicação extraordinária. Ele saiu do Departamento, porque fez um relatório para a presidência do Banco do Brasil, e o relatório foi cortado impiedosamente por um chefe de gabinete, homem de valor prático mas que não era economista. O prof. Guimarães achou aquilo um desaforo enorme, pediu demissão e foi embora. Então, perdemos o dr. Guimarães.

O Departamento teve vários chefes, portanto, no prazo de dez anos em que eu lá estive. Realmente, os mais notáveis foram o prof. Guimarães e o Paulo Frederico de Magalhães, que tinha sido o fundador.

I.A. - Quem era o presidente do Banco do Brasil, nessa época?

C.R. - João Marques dos Reis, durante toda essa época. Ele ficou até o Getúlio sair.

I.B. - Até o fim do Estado Novo, não?

C.R. - É. O Departamento de Assuntos Econômicos tinha uma posição privilegiada, porque recebia informações do Banco do Brasil. Não havia o Banco Central e o Banco do Brasil era um misto de banco central e banco de crédito agrícola e industrial. Ele tinha uma soma de informações realmente preciosas. A biblioteca de Economia era uma das melhores – das únicas. Acho que a do Banco do Brasil, a do Ministério da Fazenda e, talvez, a da Fundação, que naquela época estava começando, eram as únicas bibliotecas de economia especializadas da época, que eu sabia. À biblioteca do Ministério da Fazenda era muito boa, boa mesmo.

No Banco do Brasil recebíamos a visita de banqueiros estrangeiros, de representantes de entidades oficiais e de instituições financeiras, fazíamos as honras de casa. Tínhamos uma atividade muito boa: assessorávamos o ministro da Fazenda, ou diretamente, ou através da presidência do Banco do Brasil; estávamos em contato com o IBGE; tínhamos, naquela época, contatos muito bons com o prof. Giorgio Mortara, pai, estávamos iniciando trabalhos de Estatística muito bons – eu me lembro de que fizemos algumas aplicações práticas de números índices, de acordo com os índices de Paashe, de Laspeyres e Fisher.

Naquela época, em contato com o prof. Mortara, aplicamos os índices aos preços da agricultura e desfizemos alguns tabus da época, alguns erros grosseiros que havia na análise dos índices gerais de preços agrícolas, pois era um sistema muito cru: somar toda a quantidade, todo o valor, e dividir todo o valor pela quantidade. Era isso o que se fazia, e saía nos relatórios do Banco do Brasil.

P.M. - Até que ano?

C.R. - Isto acho que até 1943 ou 44. Quando eu estava lá, iniciei um ataque violento a essa metodologia.

A.S. - Metodologia!

C.R. - Metodologia entre aspas. É engraçado que, na presidência do Banco do Brasil, só consegui vender a idéia a um diretor, que era engenheiro, era bom matemático e tinha muito bom nível. Não interessa dizer o nome, mas era um dos bons diretores do Banco do Brasil e fazia conferências e tu do o mais. Mas, apesar de ser engenheiro, apesar da matemática, ele não se tinha dedicado. Quando fui a ele, ele me disse: “Não; eu já sei o que é, não precisa me explicar”. E não consegui que ele analisasse os índices. Ele dizia: “Não, não. Uma coisa compensa a outra. Pegue o valor total, rapaz, e não se preocupe em dar explicações. Faça o que eu digo. Peque o valor total que dá certo. Isso se compensa”. Só consegui convencê-lo porque houve um fenômeno curiosíssimo, uma coincidência.

Tinha acontecido que, no período da guerra, não só tinham subido os preços agrícolas (todos os custos de produção subiram no período), mas houve uma coincidência em termos de volume, uma ocorrência que me permitiu, por acaso, convencê-lo – o homem era inteligente – e liquidar o argumento.

A produção de cana havia subido muito e a de café tinha caído. A produção de cana, ao crescer, deu uma contribuição para o volume global somado, como ele queria, e a do café, ao cair, não deu um corte muito grande na quantidade, mas deu um corte na contribuição para o valor global. E esses dois fenômenos somados fizeram com que o preço médio, grosseiramente calculado como faziam, caísse durante toda a década de inflação. E aí consegui provar a ele que estava errado. Eu disse: “Qualquer que seja o critério, por arbitrário que seja – o Laspeyres é arbitrário, o Paashe é arbitrário e o Fischer é uma média geométrica dos dois –, se todos os índices individuais da série subiram, uns mais do que outros, e se todos subiram em dez anos de inflação, qualquer que seja a média ponderada, tem que dar uma elevação. Um dá mais, outro dá menos, conforme seja, mas tem que dar. Se eu acho uma queda...”

P.M. - Deve ter havido um erro.

C.R. - Isto. Eu disse: “O critério que o senhor está usando está errado”. Foi uma sorte, porque foi o único argumento. Ele aí viu que tinha qualquer coisa de realmente inconsistente. Mas o anedotário é muito bom.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

I.B. - Autoridades maiores, nessa época, não ligavam, não davam atenção a essas questões, não?

C.R. - Bem; isso era mais do Banco do Brasil. A Fazenda tinha os dr. Bulhões, que naquela época já estava lá como assessor. Mas isso é coisa que não passava pelo dr. Bulhões. Se passasse, naturalmente ele liquidava o assunto. Mas ele já tinha tanta coisa para cortar! Isso era uma coisa que era feita na presidência do Banco do Brasil e, evidentemente, jamais passaria pela Fundação Getúlio Vargas, nem pelo dr. Bulhões.

Eu era o encarregado de fazer as análises – eu era muito jovem e ainda muito modesto, quietinho no canto, procurando não dar muito palpite aos mais velhos –, e então encontrei uma série estatística que dizia: “Café queimado no Brasil até esta data”. Eram uma série de dois anos e, depois, uma série mensal. Mas, como há cinco ou seis anos não se queimava café, o funcionário zelosamente repetia a mesma cifra mensal.

Era a mesma cifra – uma monotonia tremenda. Eu, garoto, estranhava, e me diziam: “Deixa de bobagem. Deixa de bobagem. Deixou de ser importante a queima de café. Não é mais, não existe e não vai voltar a ser”. Era importante, na época, que se pusesse isto no relatório do Banco, mas agora não era mais importante, e eu propus que se tirasse. Foi um escândalo. Chegou até ao chefe geral da presidência ou até ao presidente. Era um homem que tinha sido suplente de deputado, um homem com *savoir-faire* e tudo o mais. Ele examinou, coçou a cabeça, e disse: “Olhe; volte aqui amanhã, e te dou uma solução”. Para mim, o negócio era tão evidente!

Voltei no dia seguinte e ele disse: “Olhe; vamos fazer uma coisa. Não dá mais para estar mudando este negócio, está um pouco fora de hora. Vamos pensar com calma nesse assunto. No ano que vem, você apresenta o caso”. Eu tive que esperar até o ano seguinte, para conseguir o óbvio ululante. Fui obrigado a repetir a cifra do café queimado no Brasil até essa data. Eram coisas desse tipo.

P.M. - A elaboração das partes mais analíticas do relatório do Banco do Brasil era feita nesse seu departamento?

C.R. - Era sim. Mas era uma coisa descritiva. Era uma descrição da política de crédito agrícola, uma indicação elementar de legislação, uma descrição e, às vezes, uma justificação copiando a justificação dada pelas autoridades. Não era um instrumento de análise, era um instrumento de relações públicas. O relatório, meramente factual, era um pouco de relações públicas do governo. Internamente faziam-se uns trabalhos, só para a administração, com maior seriedade que o relatório – embora o relatório fosse a peça mais importante que o Departamento fazia, do ponto de vista político; era a peça chave. Internamente é que se fazia um trabalho mais sério, de crítica. Fazia-se análise de rentabilidade das agências, que tinha de ser feito por um outro departamento mas acabava sendo feito pelo nosso, por falta de quem o fizesse. Havia também o Departamento de Fiscalização de Agências, mas não havia um departamento que realmente fizesse a análise de rentabilidade das agências. Fazíamos essas análises por falta de outros órgãos que as fizessem.

P.M. - Dr. Casimiro, o senhor falou de seus contatos com os professores Bulhões e Gudín nesse período. O senhor passou para a Sumoc, quando ela foi criada?

C.R. - Não, não. A Sumoc foi criada em 1945, ficou assim, meio nominal, por algum tempo, e só fui para lá em 1953.

Em fins de 50 começo de 51, fui convidado para a Cexim, onde a administração era muito boa, embora a Cexim não tivesse bom nome – havia alguns casos de corrupção. Eu não estava muito motivado mas assumiu como diretor da Cexim, na época, o dr. Simões Lopes, que trouxe gente boa. Vi que ia funcionar bem, porque ele tinha uma tradição que se mantém até hoje. O forte dele era montar equipes competentes, prestigiá-las, dar-lhes apoio e deixá-las trabalhar. Essa é a marca do dr. Simões Lopes. Quando ele foi para a Cexim, eu disse: “Agora vale a pena ir para lá, porque o homem sabe trabalhar”. Ele já tinha dado uma demonstração brilhante no DASP e tinha prestígio pessoal. Getúlio ainda estava mandando - aliás, ele tinha saído e estava voltando vitorioso das eleições. Eu disse: “É uma oportunidade excelente para trabalhar”. Tinha gente muito boa e aceitei o convite, dele e do assessor, o Gusmão.

É curioso referir duas personalidades bastante conhecidas, que estavam chegando ao Brasil naquela época e que começaram também trabalhar na Cexim. Um era o Garrido Torres, que tinha sido chefe do escritório comercial e tinha trabalhado lá por dez anos. Ele já era muito conhecido no Brasil, por via indireta – pessoas que passaram por lá ou viram trabalhos que ele mandava. Mas ele nunca tinha trabalhado no Brasil, estava chegando. Aceitou o lugar de diretor da *Conjuntura Econômica* e de assessor do dr. Simões Lopes. Era 1950 ou 51, e um dos fatos marcantes era a Guerra da Coreia. Pegamos a conjuntura internacional, o nosso mercado cambial e comércio exterior, a Guerra da Coreia e suas conseqüências.

Estava chegando também o Roberto Campos, jovem e ainda não conhecido no Brasil. O dr. Simões Lopes tinha-o conhecido numa reunião internacional e ficou entusiasmado com sua inteligência. Ele era do Itamarati, tinha trabalhado muitos anos fora, nos primeiros anos da carreira, mas já tinha-se notabilizado nas reuniões internacionais, principalmente na Conferência de Ministros, onde várias personalidades brasileiras ficaram impressionadas com o brilho com que ele assessorou a reunião. O dr. Simões Lopes tomou conhecimento de que o Roberto estava vindo para o Brasil, pediu que ele fosse seu assessor. Essa foi a primeira função governamental do Roberto Campos no Brasil, fora do Itamarati.

Trabalhamos juntos, nós dois, fazendo diagnósticos de alguns problemas especiais e pedido do dr. Simões Lopes, inclusive um reexame do setor de preços da Cexim, porque o dr. Simões Lopes queria que gente de fora, com um olhar inteiramente novo e fresco, examinasse, embora valendo-se das informações e consultando os profissionais do ramo.

Então, são essas as duas observações a fazer, sobre o Roberto Campos e o Garrido Torres, que estavam começando no Brasil naquela mesma fase. Formamos um time de assessoria e assessoramento do dr. Simões Lopes.

Fui trabalhar como sub-assessor na assessoria técnica na Carteira de Exportação e Importação, a Cexim (o nome Cacex veio posteriormente). Outra pessoa que deu uma contribuição muito importante lá – e eu acho que vale a pena vocês conversarem com ele – foi o Arnaldo Válder Blank.

I.B. - Aliás, isso é uma coisa que nós queríamos especificamente solicitar do senhor, que nos desse esse tipo de sugestão.

C.R. - O Válder tem uma experiência enorme. Naquela fase, foi um dos que ajudaram a montar a indústria nesse país – mas ficou por trás do pano. Nunca escreveu nada, nunca fez uma conferência e tem um conhecimento enciclopédico. Ele é de um valor extraordinário. Haja visto que está há uns cinco anos no grupo Antunes. Começou como diretor financeiro e hoje é presidente-geral da *holding*, é o número um depois do dr. Antunes. O dr. Antunes saiu da presidência, foi para a presidência do Conselho e o Válder ficou como o presidente-geral da *holding*, confirmando o valor pessoal que tem – porque ele não é parente do dr. Antunes e nem é homem rico.

P.M. - Dr. Casimiro, vamos voltar um pouco para a década de 40? O senhor poderia falar quanto ao papel que desempenharam os professores Gudin e Bulhões na profissionalização dos economistas no Brasil. E o dr. Roberto Campos? Ele já tinha

participação naquela Missão Abbink, no período em que ela trabalhou no Brasil, em 1948-49. O senhor poderia comentar brevemente sobre o papel dessas três personalidades?

C.R. - É verdade; o Roberto tinha trabalhado no Abbink. O dr. Bulhões chefiou a equipe brasileira, naquela época, como assessor do ministro da Fazenda, e o Roberto veio representando o Itamarati. A influência dos dois foi enorme e tem várias facetas. Talvez a principal de todas se constitua no exemplo que deram e no entusiasmo que despertaram. São duas pessoas extremamente competentes e com um espírito público enorme. Entusiasmados pela profissão e com uma boa vontade enorme para com os mais novos, eles orientavam, motivavam. Além do prestígio e da influência pessoal que tinham e continuam a ter, eles motivaram sobretudo pelo exemplo que deram. E o fizeram das mais variadas formas.

Como eu me interessei por moeda e crédito desde cedo (pois comecei em setor de moeda e crédito de banco), eu me inclinei para essa área, que era a do dr. Gudin. Desde logo fiquei muito chegado a ele. Inclusive, às vezes, fornecia estatísticas, fornecia informações e trocava impressões com ele. Anos mais tarde ele se aposentou, em 1955.

Vamos dar um pulozinho para do dr. Gudin. Em meados de 55 o dr. Gudin se aposentou, foi jubilado – era catedrático da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas –, porque fez 70 anos. E ficamos todos muito tristes. Sabíamos que ele tinha 70 anos e talvez não tivéssemos muito tempo de convívio com ele. Ele deixava a faculdade e, por uma questão legal – seus 70 anos –, tinha que ser jubilado. Mas ele estava com um vigor extraordinário, queria continuar dando aula e só saiu por isso. Ele se aposentou junto com o professor adjunto, catedrático substituto, o Ferreira Neto. Então, ele indicou o Roberto Campos e a mim para substituí-lo na cátedra.

Fomos nomeados. Roberto ficou como catedrático interino e eu como assistente, substituto eventual do Roberto. Mas, em vez de ficarmos os dois dando a mesma matéria, dividimos: eu fiquei encarregado de dar teoria monetária para o segundo ano, e o Roberto ficou dando política monetária para o terceiro ano. Este foi o ponto alto da minha associação com dr. Gudin, refletindo nossos vários anos anteriores de contato e estudos – eu preparava estatísticas para ele, etc. A vantagem que eu tinha é que eu estava no governo, tinha acesso às estatísticas e às reuniões da política monetária, ou o que na época se inventava dominar de política monetária do governo. A influência dos dois foi enorme. Eu poderia ficar falando horas, dando exemplos de como eles orientaram, ajudaram e estimularam toda uma nova geração de economistas, dando realmente seriedade à profissão no país, mesmo antes de ela ser regulamentada oficialmente.

Acompanhei o dr. Bulhões à Sumoc. Foi o dr. Bulhões que redigiu o decreto-lei criando a Sumoc. E com grande habilidade, porque ele estava ciente de que, se tentasse arrancar do Congresso uma lei, não sairia. Havia sempre oposições. E uma das maiores frustrações dos economistas brasileiros, dos monetaristas principalmente, era que o Banco Central não saía junto a esse projeto. O projeto era muito bonito...

[FINAL DA FITA 1-A]

C.R. - De modo que foi um gesto de extrema habilidade; não apenas competência técnica, mas habilidade política do dr. Bulhões (aproveitando que o governo tinha poderes para baixar decreto-lei) para vender o peixe dele, sem depender do Congresso. E fez muito bem, porque, se não tivesse feito aquilo, não teria saído nem a Sumoc. Ele criou a Superintendência de Moeda e Crédito como um embrião do Banco Central, como diz o próprio texto do decreto-lei. Mas, na prática, a Sumoc ficou como mero órgão de fiscalização, de inspetoria e de estudos econômicos, ou um pouco mais do que isto, encarregada da autorização de cartas patentes de bancos e instituições financeiras. Não era mais do que isto. Os depósitos compulsórios, que deviam ir para uma caixa especial da Sumoc, jamais o foram. Apesar dos esforços posteriores do dr. Bulhões junto às autoridades que estavam no poder, jamais se constituiu a caixa separada da Sumoc.

Do ponto de vista financeiro, a Sumoc virou uma espécie de apêndice do Banco do Brasil. O depósito compulsório lá ficava, e os voluntários, esses estão até hoje no Banco do Brasil. E houve, me parece, uma resistência muito grande do próprio funcionalismo do Banco do Brasil em não deixar a Sumoc se desenvolver. Muitos foram para lá e deram uma contribuição brilhante, excelente, em várias especialidades.

A orientação geral, nunca escrita, nunca posta no papel, foi no sentido de que a Sumoc não devia dar o pulo para o Banco Central. Isto era um erro histórico, e o argumento era: “O Banco do Brasil lá está e pode ser um banco central misto; então, para que desenvolver a Sumoc?” De modo não se criou um *staff* próprio da Sumoc. As pessoas eram contratadas apenas para cargos subalternos e eram desestimulados em todas as oportunidades, para que considerassem aquilo uma coisa temporária e arrandassem uma coisa melhor. É impressionante a política de pessoal seguida no *staff* da Superintendência. E o pior é que era gente boa e de boa carreira, mas que estava honestamente convencida de que era realmente um crime fazer o Banco Central fora do Banco do Brasil. Gente boa, convencida, convicta, e com influência. Realmente, isso explica porque a Sumoc não se conseguiu transformar no Banco Central nesse período inteiro; praticamente não cresceu.

O que se conseguiu fazer na Sumoc, então, já na minha fase, depois de eu ter passado pela Cexim... Fui para a Cexim e fiquei um ano e meio ou dois anos. O Válder Moreira Sales, diretor da Sumoc, pensou em aumentar o Departamento Econômico e então fui convidado para ser economista da Assessoria Técnica. Fui para lá, onde já estava o Herculano Borges da Fonseca, do quadro de advogados do Banco do Brasil mais estudioso de assuntos econômicos, de que ele gostava, embora nunca tenha deixado o lado jurídico. Chamamos Sidnei Lattini, um economista da nova geração extremamente entusiasmado em fazer coisas. Começamos a programar certos estudos novos na Sumoc, em 1952 e 53.

P.M. - O senhor me permite voltar um pouco atrás e tocar na questão da extinção da Cexim pela Instrução 70? A Cexim participou dos debates e das discussões que levaram à mudança de ministério, em julho de 53, e à aprovação da Instrução 70? Ou foi uma instituição decretada por via presidencial direta e a Cexim não participou? Houve surpresa quanto à extinção do órgão àquela época?

C.R. - Na verdade não houve extinção; mudaram o rótulo, e criou-se a Cacex. Seria preciso conferir o meu ponto de vista com o de outras pessoas, pois posso estar

enganado, mas eu tenho a impressão de que foi mais uma satisfação política, porque veio a corrupção, que campeou. Depois que saiu o dr. Simões Lopes, piorou muito a administração.

Na verdade, bastam três ou quatro funcionários corruptos para mudar o nome de uma instituição inteira. Eu diria que mais de 90% do pessoal era de primeira categoria, mas havia uma onda muito grande. Vocês sabem muito bem, pois já estudaram, que, no sistema de controle direto combinado com a taxa artificial de cambio, uma licença na mão de um indivíduo é como um prêmio de loteria. Isso estimula a corrupção tremendamente. E havia um tipo sofisticado de corrupção – ainda outro dia ocorreu aí, numa certa área, e eu estava lembrando os velhos tempos da Cexim.

Há o corrupto sofisticado, extremamente hábil; há os inábeis, que passavam a licença da ordem alfabética para cima; e há, ainda muito mais grave, o estelionatário, que falsificava o despacho. Mas esses casos foram raros.

O mais comum era feito com grande habilidade, mas não deixa de ter uma conotação moral muito grave. Havia casos difíceis e que duravam dois ou três meses, por causa das exigências e dificuldades. O indivíduo então acompanhava o despacho do gerente; se favorável, ele saía correndo para a empresa e dizia: “Olha, vocês estão sofrendo há meses, com esse negócio”. O requerente confirmava: “Realmente, já estou desesperado. Falei com o gerente, já até fiz uma cortesia com o diretor, fizeram exigências, eu cumpri... Não agüento mais”. Aí, o funcionário fazia a oferta: “Bom, se o senhor me der uma comissão – sem recibo sem nada, evidentemente –, amanhã ou no fim do expediente de hoje estará pronto”. O requerente exclamava: “Não é possível! Eu já falei com Deus e todo o mundo”. O funcionário retrucava: “Vamos fazer uma coisa: o senhor só dá o dinheiro de pois que estiver com a licença na mão e verificar que não é falsificada, nem nada, que é legítima”. O homem da empresa desconfiava: “Não é possível, isso é falsificado”. Aí verificava que era verdadeira mesmo e pegava a comissão. Mas botava a boca no mundo: “Está todo mundo roubando, do diretor ao gerente, ao contínuo. Sofri três meses, falei com Deus e todo o mundo e não saía nada. Agora, soltam ao mesmo dia! O sujeito vem aqui, pede comissão e, no mesmo dia...”

Eram malandros, jogavam cartas certas. Dentro da organização, eles não tinham feito nada! Não passaram na fila, não falsificaram nada, não prejudicaram em nada a empresa. Também ficava difícil descobrir lá dentro, pois não havia nenhuma irregularidade e a firma não denunciava o sujeito, porque ficava com medo: “Esse pode não ser o único corrupto. Talvez o chefe dele seja corrupto também, me põe numa lista negra e amanhã me aperta aí dentro”. Eles ficavam com raiva, falavam pelos cantos mas não denunciavam o funcionário - deviam denunciar, mas não denunciavam. Nesses casos, a autoridade pode estar lá e mandar examinar, mas não vê irregularidade nenhuma, pois o sujeito não passou na fila, não falsificou despacho, nem nada. Diz-se que há corrupção, mas o sujeito que foi solicitado a dar dinheiro não diz a quem deu.

Sem falar no fato de que havia espertinhos - não chegavam a ser corruptos, pois não eram funcionários - , sujeitos que ficavam no quadro verde - tinha um quadro verde em que se afixavam os resultados, antes de ir para o *Diário Oficial*. O sujeito ficava ali, fumando, conversando com o contínuo, tomando cafezinho. Quando se afixavam os resultados, ele anotava, saía correndo e ia à empresa, dizendo: “Olhe, tenho elementos para acelerar o processo. Eu não sou funcionário, mas tenho um funcionário que pode

ajudar”. O camarada dizia: “Bem; se vier a licença verdadeira, eu posso te dar a comissão”, e a licença já tinha sido dada. Por isso é que tinha muito malandro que não era dali mas que ficava ali olhando. Havia gente que não aceitava: “Não, espere aí. Eu hoje telefonei para lá e me disseram que já saiu. Você não está arranjando nada, isso é conversa fiada”. Mas às vezes pegava. O sujeito ficava ali olhando - era para o público olhar justamente. Só que a empresa não podia manter um funcionário o dia todo ali, olhando. Às vezes mandava, às vezes não mandava, mas o malandro estava sempre ali.

Então, tudo isso criou um clima de corrupção, sem falar na parte política. Eu não conheço, nunca li os processos mas, segundo parece, houve corrupção política, favor mamata política e não sei o que mais. Naquele escândalo todo que levou ao fim de Getúlio Vargas, surgiu muita coisa em termos de Cexim. Então, Cexim passou a ser nome feio, e era preciso mudar. Foi uma decisão política extinguir a Cexim. Mas, como não se podia extinguir o controle de exportação e importação, criou-se a Cacex. Foi uma forma de mudar o nome, a tabuleta. O órgão continuou.

P.M. - Em 1951-52 as importações brasileiras chegaram a ultrapassar 1.700.000.000 de dólares, quase o dobro da média do período 47-50. Aparentemente, houve uma maior liberalidade na concessão de licenças por parte da Cexim, com medo de que o conflito da Coreia deflagra-se uma guerra mundial. E a maior parte do desequilíbrio das contas do setor externo, na primeira metade da década de 50, esteve associada a esse acúmulo de atrasados comerciais, dessas importações elevadas em 51-52. O Brasil tinha atrasados comerciais de quase um bilhão de dólares em torno de 53. O senhor poderia falar rapidamente sobre a forma pela qual se liberalizaram essas importações em 51-52? O único receio era efetivamente que o conflito coreano detonasse uma nova guerra mundial, e o suprimento de matérias primas e o acesso a bens de capital fossem cortados?

C.R. - Talvez o grande problema fosse ainda a desatualização da taxa cambial. Vários fatores foram somados. O primeiro de todos foi a desatualização da taxa cambial. Em 50 ela continuava desatualizada. Não tinha saído a Resolução 70 ainda, que foi o primeiro esforço de atualização.

Exceto o câmbio negro, que era uma atualização espúria, a taxa oficial continuava naquela base de 18,92 ou 18,72, etc. Em vez de atualizar a taxa, fazia-se controle. Como o Brasil não tinha mentalidade exportadora e achava-se que, da exportação, o café era 80% ou 70% - e café não precisava desvalorizar, este era o raciocínio - , então, para que fazer desvalorização cambial? Encarece as importações e, para o café, não resolve. Café é uma política muito especial. Esqueciam-se de que o Brasil não pode viver de exportação de café, que era preciso estimular a produção de uma série de outros produtos. Mas achavam que isso não valia a pena. Era preferível controlar as importações para propiciar um certo equilíbrio no balanço de pagamento. E era uma situação insustentável, porque a inflação continuava internamente, embora não a taxas elevadas, mas continuava a taxa especial. Portanto, ficava cada vez mais barato importar, o estímulo a importar era cada vez maior. Daí essa pressão para o licenciamento.

Então, nessa conjuntura surgiu a Guerra da Coreia e o medo de que faltassem matérias primas importantes. Criou-se um grupo de trabalho - e o Blank pode dar um testemunho muito bom nisso, porque ele foi nomeado chefe do grupo. Era o Grupo

Misto de Produtos Especiais ou uma coisa assim. Era, juntamente com o Itamarati e outros órgãos brasileiros, um grupo misto interdepartamental do governo, para montar uma estratégia do que fazer com relação ao licenciamento de certas matérias primas essenciais.

O negócio começou muito racionalmente, diante do aspecto de desatualização da taxa cambial. Havia cobre, enxofre e uma série de coisas essenciais. Tinha que botar tudo isso numa lista. Inclusive, naquela altura, os Estados Unidos já estavam controlando, fazendo *stockpiling* desses produtos por causa da Guerra da Coréia. Era preciso sair correndo atrás de pistolão americano, para os Estados Unidos permitirem a venda. Não se sabia até onde iria a guerra, podia até degenerar em conflito mundial e, num dado momento, verificou-se que todo aquele sistema de controle de importação era um empecilho. Inclusive, muitos homens de negócio foram ao governo e disseram: “Isto é um absurdo, vocês estão controlando e fazendo cota para um negócio que o Brasil talvez nem consiga comprar. Pelo amor de Deus, guardem o controle para os não essenciais”.

O governo decidiu abrir. E abriu. Mas o problema é que a cada dia chegava uma nova solicitação para engordar a lista dos essenciais. E surgiu aquele velhíssimo problema: o que é essencial e o que não é essencial? O fenômeno típico era que a cada semana tomava-se uma decisão, alargando a lista dos materiais que deviam ficar livres de licenciamento e dar mais oportunidade de importação. Então veio uma série de coisas; era fio de cobre, era isto, era aquilo. Chegou um ponto em que se começou a pedir peça de automóvel. E veio uma argumentação pronta para isso: “Nós não temos indústria de automóvel e nem caminhão. (naquela época não tinha, tinha montagem apenas.) Suponhamos que o conflito da Coréia se prolongue e volte uma situação como a da guerra. (À guerra ainda estava muito fresca na memória . Isso era 1950-51 e, de 44-45, eram decorridos cinco ou sete anos apenas.) Na época, não se podia importar nada. Os caminhões arrebentavam, todo o nosso equipamento de transporte ficou em pedaços e não se podia importar nada, nem peça para caminhão”. Como o perigo era muito iminente, decidiram que peça para automóvel podia também, pois nós não produzíamos.

Então, primeiro foi para caminhão. Depois, para automóvel, porque, afinal, “automóvel serve para médico e para muita coisa, não é só para *playboy*. Nós não temos indústria de automóvel, e vamos ficar de novo como na guerra?” Ao final houve um ano que se importou uma quantidade enorme de buzinas para automóvel. Aí virou piada. Eu vi a estatística de buzina de automóvel. No final das contas, abriu-se tudo o que o Brasil não produzia e precisava.

O ruim não foi o abrir em si, talvez. É verdade que o pessoal pensava: “O sistema restritivo vai voltar e, se não se aproveita essa folga agora para pedir o quanto de licença for possível, nunca mais a gente tem outra oportunidade”. Toda vez que se abre um pouco o sistema de restrição, há a tendência psicológica de o sujeito pedir mais do que precisa, porque está pensando no amanhã ele pode precisar e não tem.

Depois, havia o estímulo brutal da taxa de câmbio. Embora a licença não garantisse a taxa de câmbio, todo mundo procurou importar o máximo possível, inclusive obtendo crédito lá fora, para se beneficiar da taxa - a taxa também podia mudar, e já começavam os economistas a criticar a taxa. Então, como havia uma

expectativa de mudar a taxa, uma expectativa de voltar um sistema mais restritivo, isso induziu o pessoal a pedir mais do que precisava. O ponto de vista do governo era: “Não tem importância. Eles pedem demais, mas não conseguem importar. Mais tarde estas licenças caducam” - as licenças tinham seis meses de prazo. O problema é que estas licenças foram renovadas. Os interessados conseguiram, se não me falha a memória, a interpretação judicial de que tinham direito permanente, embora fosse muito claro que as licenças tinham seis meses na maioria dos casos, ou no máximo um ano, quando era equipamento. De um modo geral, seis meses de validade, justamente para permitir à autoridade inverter o processo.

Quando as autoridades deram conta do problema, e quando realmente a questão da Guerra da Coréia amainou e se verificou que o conflito não ia degenerar em guerra mundial, eles foram computar as licenças. Primeiro verificaram que havia atrasos vultosos. Depois foram somar as licenças. (Pela primeira vez se fez estatística de licença, que não havia.) Mas surgiu a necessidade de montar uma estatística de licença, somou-se, e as autoridades ficaram assustadas com o volume que ainda poderia ser importado, em função das licenças, sem falar que já tinha sido importado.

Tentou-se tornar as licenças sem valor, mas as pessoas foram aos juízes, arrancaram mandados de segurança, e os juízes, contra toda orientação do Executivo, resolveram dar prorrogações. Alguns chegaram a dar com taxa cambial, em casos especiais, o que era uma irregularidade enorme. Não se tinha fechado o câmbio... Naquela época, o indivíduo ficava na fila para fechar o câmbio. Os atrasados comerciais em 63-64 eram um pouco diferentes, porque era o Banco do Brasil que ficava o câmbio. Do ponto de vista jurídico, muito mais irregular, o Banco do Brasil fechava o câmbio, recebia os cruzeiros e não emitia o câmbio. Na verdade, atrasado comercial era eufemismo; era atrasado governamental, porque o governo tinha vendido o câmbio, tinha recebido os cruzeiros e não correspondeu. Era inclusive crime passível de punição pela justiça. Só que foi feito pelo Banco do Brasil e com a melhor das intenções, no interesse do país. Ninguém processou o Banco do Brasil. Mas o atrasado comercial daquela época, se não me engano, tinha uma natureza diferente: o sujeito ficava com a licença na fila, para fechar o câmbio.

Além disso, descobriu-se o óbvio: a necessidade de coordenar o licenciamento com orçamento de câmbio. Pela primeira vez fez-se estatística de licenciamento; pela primeira vez reuniu-se pessoal de Carteira de Câmbio com a Cacex. Cada uma andava para um lado, embora o de Câmbio fosse membro do Conselho da Sumoc, e o da Cacex não era. Mas, fossem todos membros do governo, pela primeira vez adotaram o hábito de se reunir e fazer o orçamento de câmbio em função do licenciamento, do orçamento de câmbio.

Agora, o aspecto mais grave de todos, a distorção mesmo não foi o licenciamento excessivo, porque, se tivessem uma taxa realística de câmbio, ninguém importaria demais. O licenciamento à vontade estava certo; a distorção veio principalmente do fato de que havia uma taxa de câmbio fictícia.

P.M. - O professor Dênio Nogueira, numa palestra o mês passado, em São Paulo, sobre esse período, sugeriu que o dr. Bulhões chegou a se demitir do cargo que ocupava na época, em 48, quando o Brasil declarou ao Fundo Monetário a paridade de 18,50 cruzeiros por dólar. Ele considerava a taxa sobre valorizada, achava que deveria ser uma

taxa de valor mais elevado. Mas o argumento de quem estava envolvido nessa controvérsia era de que o café continuava sendo o principal produto de exportação do Brasil. A desvalorização poderia estimular a exportação de outros produtos, mas, quando a receitas provenientes do café, o fato de que a demanda internacional é enelástica em relação a preços poderia causar uma redução nas receitas totais da exportação do café. Portanto, o caso específico do café, que não é um produto do qual o Brasil fosse um marginal no mercado internacional, poderia afetar os preços externos, o controle interno, talvez o simples estímulo de preços; uma taxa de câmbio mais desvalorizada não seria a melhor medida para estimular as exportações de café, embora pudesse estimular outro tipo de exportações.

C.R. - É verdade. No caso do café, o preço poderia cair e, a curto prazo, reduzir a receita cambial total do país, embora, a médio e longo prazo, desestimulasse o plantio em outros países e mantivesse a fatia do Brasil nos mercados mundiais. Mas ninguém pensa a médio e longo prazo; todo o mundo está com as finanças quebradas, todo ministro que chega ficar por seis ou doze meses e quem é que vai pensar no médio prazo? E, de café, sempre se fez valorização, sempre, sempre, sempre. Até hoje. Delfim Neto fez, e fez violentamente, pensando na receita daquele ano. É uma constante no Brasil tirar o máximo da receita do café do ano e não sacrificar, porque o país está sempre enforcado.

Com isso estimulou-se violentamente o plantio na África e em outros lugares, e em 20 anos nosso café perdeu uma fatia importante do mercado, embora continue sendo o principal. Mas eu acho que estavam de acordo, salvo alguns mais radicais, que queriam que se pensasse no café a médio e longo prazo; estava todo o mundo de acordo que realmente ia cair a produção de café. O que não havia era coragem e base política para fazer um confisco do café e desvalorizar no comércio, solução que veio depois e que começou em 57, no tempo de Juscelino, com o primeiro confisco de café que se fez. Alkmin ainda era ministro da Fazenda, e o Lucas Lopes, o Roberto Campos e eu éramos assessores. Nós apresentamos está solução. Custou muito convencermos o ministro Alkmin, mas ele se convenceu e teve a coragem de fazer. A oposição foi violentíssima, mas era a solução. Teria sido a solução, já naquela época. Desvaloriza-se o café, mas com uma cota de retenção do produto; as importações, estimulam-se outras exportações de café e faz-se em confisco, para devolver sob forma de financiamento, sob forma de racionalização da cafeicultura. Mas não entregar na hora, o que fazia era derrubar o preço lá fora, e caía a receita do Brasil, ou pelo menos não aumentava e também não melhorava a receita do agricultor. Não houve força política para fazer isto.

Pensamos, na época, em fazer um sistema de taxas múltiplas, e até na Cexim estudou-se isso. Eu cheguei a preparar um documentozinho na época. Eu estava na Cexim e mostrei ao Roberto Campos, que ficou horrorizado: “Isso é o fim do mundo! Taxa múltipla, o Fundo está contra isso”. Eu disse: “Eu sei, mas vamos fazer alguma coisa. Politicamente não se vende nada, mas vamos fazer um sistemazinho de taxa múltipla, que no fundo é um confisco do café. Vamos começar por aí”.

Mas afinal, esse esquemazinho nem aprovação teve, não havia posição política para fazer. Houve covardia política. E é curioso que isto tenha começado no governo Juscelino. um governo muito político e que cedeu muito politicamente. Foi o Alkmin quem, por sugestão minhas, do Lucas e do Roberto, tomou a providência. Nós anunciamos a providência ao Fundo Monetário. Isso depois deu um incidente

curiosíssimo. A carta do Alkmin ao Fundo, o Lacerda queria ver e publicar, o que é uma outra história que vai dar uma conversa comprida. Depois, o Lucas foi Ministro e agüentou o rojão. Inclusive, o governo teve que botar tanques passeando lá perto dos cafezais e não sei o que mais. Foi o ministro da Guerra do Juscelino quem pôs, porque a reação era violentíssima. Mas começou se a colocar em circulação o esquema que está em vigor até hoje: confisca-se a receita do café na hora da exportação, regula-se o preço de oferta lá fora e devolve-se à cafeicultura mediante racionalização.

Foi um esquema que começou na época do Alkmin, por sugestão minha, do Roberto Campos, e do Lucas, que éramos assessores pessoais do Alkmin. Ficou até hoje. E mereceu o repúdio das figuras mais ilustres. O dr. Whitaker, figura ilustríssima de São Paulo, sempre foi contra o confisco e nunca entendeu o porquê do confisco. Não era um confisco definitivo, era um confisco na exportação, para devolver de forma organizada e, enquanto não se devolvesse, era um instrumento de política monetária precioso no combate à inflação. Então, o problema da época era este: todo o mundo estava de acordo que não se podia dar ao luxo de derrubar a receita do café, mas faltava a coragem para fazer o confisco.

Eu vi que uma das perguntas feitas pelos senhores era sobre a discussão de fazer ou não a reforma cambial. Isso foi já em 56.

P.M. - O senhor poderia começar a tratar disso um pouquinho antes, na época em que o professor Eugênio Gudín era ministro da Fazenda

[FINAL DA FITA 1-B]

P.M. - O Fundo Monetário, naquela época empenhado na liberalização do comércio internacional, tinha uma postura contrária às taxas múltiplas de câmbio, e defendia uma taxa única para exportação, de preferência livre e não determinada administrativamente a nível artificialmente baixo. O professor Bernstein chegou a submeter um relatório ao governo brasileiro. O professor Gudín já havia saído do Ministério e era ministro o Whitaker, exatamente naquela época. Esse relatório foi a base do plano que o ministro Whitaker submeteu ao governo Café Filho em setembro de 55 e que não foi aceito pelo gabinete do presidente da República, porque se julgava em governo transitório. O presidente Kubitschek tomaria posse dali a poucos meses e era uma decisão muito drástica para ser tomada naquela situação. As características maiores do plano do professor Bernstein e as do plano do ministro Whitaker foram as mesmas características de alguns planos que se tentou implementar ainda durante a administração do Presidente Kubitschek, de eliminar a sobrevalorização da taxa de câmbio para exportação. O senhor poderia falar alguma coisa sobre isso?

C.R. - Pois não. A questão é que o Fundo era ambicioso demais nas sugestões. A dificuldade toda é que o Fundo queria reformas mais radicais e simplificações mais evidentes, ainda se batendo muito pela taxa fixa de câmbio. Só agora ele está começando a desconfiar que talvez tenha alguns defeitos mais sérios, mas o Fundo se bateu demais, e se bateu numa fase de pós-guerra caracterizada, inicialmente pelo menos, por inflação latente. Depois de removidos os controles de preços, aquele excesso de meios de pagamentos se traduziu por inflação aberta. E realmente como

restabelecer pura e simplesmente as paridades de após-guerra, se a inflação tinha sido diferente em todos os países?

Perece que julho de 48 era a última data para anunciar a paridade. Ainda era cedo em termos de após-guerra para se restabelecerem as paridades - e restabelecer em caráter provisório. O Fundo não ajudou muito neste sentido. Aquela paridade de 18,50 foi um desastre, porque estava evidentemente desatualizada. A nossa inflação claramente tinha sido mais forte que a dos Estados Unidos; não mais forte que a de alguns países, não mais forte do que a da Alemanha ou alguns países europeus, que tinham sofrido muito com a inflação, mas certamente muito mais do que a inflação sofrida pelos Estados Unidos. O que atrapalhou foi tudo a questão do café, como sempre.

O fundo era a favor de uma atualização, mas a uma fixação da paridade. Nós achávamos que era preferível talvez deixa-la flutuar um pouco, arranjar uma solução especial para o café e deixar a taxa flutuar um pouco dentro de certos limites, para encontrar o seu destino. Tanto que, eu acho que ainda no tempo do dr. Whitaker, o Roberto Campos foi ao Fundo Monetário fazer uma exposição, defendendo um sistema de taxas flexíveis. Foi uma exposição brilhante, que eu cada vez mais acho que vai ficar como uma exposição histórica. Da última vez que estive com o pessoal do Fundo Monetário, nós nos lembramos: “Manda imprimir de novo, reeditar em folheto ou *staff paper*, porque é um documento histórico”. Foi a primeira vez que no *board* do Fundo se apresentou, da forma inteligente e racional, o sistema de taxa flutuante. Ele liquidou com a argumentação dos outros, mas ficou como o sujeito que ganha a discussão e não leva. Foi brilhante a sua discussão. Está nos documentos internos do Fundo, nos documentos brasileiros, e deve estar arquivado em algum lugar o documento em inglês transcrevendo a exposição do Roberto Campos .

Talvez, como ele faz as coisas com muito empenho, tenha pecado pelo excesso de brilho e de ambição ao apresentar a tese; talvez devesse ter contemporizado um pouco politicamente, porque era uma novidade muito grande para o Fundo. O Fundo tinha certa razão de ser contra as taxas flutuantes, porque a experiência do pós-guerra, tanto de controles diretos como de taxas flutuantes, tinha sido negativa: queda de câmbio, movimentos especulativos de capital precipitando desvalorizações, tudo o que se repetiu recentemente, erros que se repetiram e que dão muita razão ao Fundo Monetário e às pessoas que se bateram por um sistema ideal - o problema é eliminar a inflação; eliminada a inflação, porque estar mexendo nas taxas cambiais? Pode-se mexer eventualmente. O desequilíbrio do balanço de pagamento é um indicador de que a política monetária está errada. E não estar desvalorizando a toda hora, em vez de corrigir a causa. A pressão sobre o balanço de pagamento é efeito, e eles tinham muita razão nisso, isso é muito verdadeiro. Eles achavam que só deviam desvalorizar quando houvesse um desequilíbrio fundamental na economia, o que pode ser provocado por uma grande inflação já ocorrida e irreversível. Então, conserta-se, faz-se uma desvalorização e, daqui por diante, trata-se de combater a inflação. Havia uma grande dose de sabedoria nisso. Apenas, havia em exagero na colocação, e só mais recentemente eles aceitaram a idéia de que não se pode combater a inflação e acabar com ela em um ano. O que é preciso é acabar por etapas, aos poucos, sob pena de reduzir o nível de atividade econômica, aumentar o desemprego, interromper o crescimento do país, etc. E isso é um preço caro demais para se pagar por um sistema cambial bonito. Pois só mais recentemente eles aceitaram o peixe; só com essas

minidesvalorizações do sistema brasileiro é que eles estão enxergando um pouquinho melhor. Mas naquela época, a intolerância era muito grande e o trabalho do Bernstein não ajudava muito a vender o peixe.

Desenvolvemos um trabalho que foi a base de toda a discussão no governo Kubitschek, que basicamente era o seguinte: uma das dificuldades mais importantes era a desvalorização combinada com simplificação cambial; não era apenas desvalorização, atualização da taxa, mas era eliminação do sistema de taxa múltipla. A Instrução 70 foi um passo para a atualização da taxa, mas criaram-se categorias cambiais não porque se tivesse uma mania da taxa cambial múltipla. Isso eu tive ocasião de defender junto ao Fundo como assessor do governo. Nós não tínhamos aduaneira; a nossa tarifa aduaneira era específica, não era *ad valorem* e tinha sido feita durante ou antes da guerra. Então, aqueles valores por peso tinham sido destruídos pela inflação. Mas como no pós-guerra o controle de câmbio levou o controle de importação, protegia-se a indústria brasileira com processos violentos, proibindo a importação do similar ou fazendo cotas. A indústria se desenvolveu na base desse sistema protecionista, até violento demais, na base da proibição pura e simples. Funcionou bem, mas pode ter induzido a distorções nos casos em que não havia concorrência interna. Nos casos em que havia plena concorrência interna, ela própria ajustava um preço razoável para o consumidor. Mas quando não havia e a proteção era total, eliminava-se a concorrência estrangeira, deixava-se o consumidor à mercê do produtor e não se estimulava a melhoria da produtividade, a vender mais a preço unitário mais baixo, a ganhar mais no produto, etc. Mas funcionou bem. Como fazer isso, nós o dissemos várias vezes ao Fundo Monetário: “Podemos atualizar a taxa, mas não podemos fazer uma taxa única, porque não tem” Eles perguntavam: “Então, por que não atualizam? Respondíamos: “Isso depende do Congresso. Os senhores estão aí até hoje e não conseguiram aprovar a lei do GATT no seu Congresso. Nós também temos problemas como vocês, aí nos Estados Unidos. Até hoje a lei do GATT não foi aprovada no Congresso americano; até hoje!”

Já no tempo de Osvaldo Aranha tinha umas conversas (das quais eu não participei, apenas tomei conhecimento) de nível inferior. Inclusive eu antes já tinha apresentado uma caraminhola, uma bolação em termos de taxa múltipla, que o Roberto Campos achou péssima. O Roberto pensava que teríamos tarifa, porque a idéia de taxa única do Fundo Monetário, por mais bonito que fosse o seu plano, era um desastre. O Brasil não aceitaria, mesmo não conhecendo nada de economia, porque instintivamente ele sente que está errado. (Há certas coisas que a coletividade sente que estão erradas e não faz, mesmo que o economista mais brilhante venha querer provar, e isso é que salva mesmo o país.) Era impossível fazer uma unificação de taxa. Atualização, sim; unificação, impossível.

Então, saiu a resolução. As idéias começaram a evoluir em termos de taxa múltipla. O sistema que eu tinha bolado - nem falei qual era o sistema, e acho que não tinha muito orgulho em mostrar -, era uma solução desesperada, uma atualização de taxa cambial combinada com uma tarifa grosseira embutida nas taxas múltiplas. Mas o que tentamos dizer junto ao Fundo, e eu disse várias vezes: “Nós não somos favoráveis, o importante...”

Aí, as opiniões se dividiram, porque havia economistas brasileiros da época que achavam que precisava-se de uma taxa múltipla. Perfeito, perfeitíssimo; defendiam o sistema de taxa múltipla e deixavam o Fundo desesperado. Creio que a do Roberto e do

Bulhões era diferente, mas a minha posição era que a taxa múltipla pode ser um mau necessário, enquanto não se monta a tarifa: somos pela taxa única, mas quando tiver uma tarifa. É muito diferente a colocação. O pior é que havia economistas brasileiros que falavam aos quatro cantos - e às vezes com o ministro, que não era economista -, nas taxas múltiplas *per se*, como sistema. E havia outros países latino-americanos que também defendiam as taxas múltiplas como solução.

I.B. - Esses economistas brasileiros estavam integrados no aparelho governamental?

C.R. - Estavam; tinha gente ligada à CEPAL, ao ISEB, tinha gente de todas as colorações. Não era o núcleo do Dr. Gudin, do dr. Bulhões, Roberto, Dênio Nogueira, eu e outros, não. Nós tomamos uma posição pragmática: não tem tarifa, tem que ter taxas múltiplas, ou então não sai nada. Café, a situação era especial: confisco, esse era o esquema. Agora, vender politicamente, tinha-se que vender dentro e lá fora, no Fundo. Tinham duas frentes para brigar: a frente interna e a frente externa. Este prolegômetro é necessário fazer para entender a nossa posição pragmática na época. Quando saiu a Instrução 70 eu bati palmas, - e acredito que outros batessem também - porque era o que eu vinha pregando, embora eu não tenha participado. Como sair? Não tem tarifa? Tem que atualizar a taxa? Então, só podemos fazer através de taxas múltiplas. A Instrução 70 foi inteligente e certa naquele momento.

P.M. - De quem foi a Instrução 70?

C.R. - Foi de Marcos de Souza Dantas, um homem que entendia profundamente de câmbio e amigo pessoal do Osvaldo Aranha. Osvaldo Aranha tinha uma desconfiança danada dos economistas teóricos e dizia: “Vocês são uma raça perigosa, são animais híbridos: vocês não fecundam, não reproduzem nada”. Marcos de Souza conhecia câmbio profundamente e montou um esquema baseado em estudos de taxas múltiplas que existiam por aí. Nós vínhamos conversando muito sobre isso no Brasil, e também havia experiência latino-americanas. Não sei até que ponto Marcos de Souza Dantas achou que tinha feito um sistema definitivo - ele não tinha uma sensibilidade maior para problemas de tarifa e não era economista -, mas montou um sistema eficaz, no meu ponto de vista. Eu achava que a taxa múltipla era um mal necessário para se chegar à tarifa e começar a atualizar, deslanchar o processo de atualização da taxa de câmbio. Isso dava uma solução ao café, porque dava ao café uma categoria e, depois, dava aos outros produtos outra categoria. Tinha o nome pomposo de taxa múltipla, mas era o confisco. De modo que eu fiquei muito feliz na época, porque começamos a marchar para a racionalidade.

O outro sistema que se fez posteriormente e que se apresentou ao Juscelino, era um sistema deliberado para preparar a tarifa brasileira. Havia até uma vantagem: como há 30 anos não se atualizava a tarifa, não se sabia nem quais os níveis desejados, e tínhamos um projeto de fazer sobretaxas cambiais, o que é muito diferente de taxas múltiplas, porque nós unificávamos a taxa de câmbio e criávamos sobretaxas. Essa sobretaxa é uma tarifa disfarçada. Não era câmbio, embora o Fundo Monetário o classifique de taxa múltipla: “Isso é um subterfúgio”. Nós dizíamos: “Absolutamente; isso é fisco, é aduana disfarçada”. Então, com essa sobretaxa, nós unificaríamos a taxa de câmbio e faríamos um primeiro teste com a tarifa brasileira de modo que, quando se levasse ao Congresso a tarifa, já teríamos um *feeling* dessa sobretaxa. Esta foi a nossa concepção ao apresentar ao governo e ao Fundo Monetário. O Fundo Monetário, nesta

altura, resolveu comprar o nosso peixe, porque viu que não sairia nada se não fosse dessa forma. O Bernstein, sujeito muito inteligente, se convenceu. Convencemos o Otávio Paranaguá, figura notável de brasileiro e negociador tremendo. Ele já é falecido. Figura notável, negociador, homem de *feeling* para defender o Brasil lá fora. Um homem que passou quase toda sua vida no exterior, é o negociador mais feroz que eu já vi. Aprendi muito com ele. Não cheguei a me tornar tão feroz quanto ele, porque não tinha estômago para fazer certas coisas que ele fazia. Coisas tremendas, inclusive coisas que nunca mais se fez. Ele exigia poder ler os pareceres do Fundo, que eram reservados, e dizia: Eu quero ler o parecer. Se não, vou fazer um banzé tremendo aqui”. O pessoal entregava, constrangido, e ele mudava o parecer! O pessoal ainda argumentava: “Mas o parecer é nossa opinião técnica”. Ele retrucava: “Pois é; mas eu não quero que fique assim, como está”. Ele uma vez disse de um sujeito que brigou com ele: “Olha, esse camarada não viaja mais para a América Latina. Eu veto, como diretor”, e botou o sujeito na geladeira. Ele tinha estômago para fazer isso, mas ficou muito querido, por incrível que pareça. Os membros do *staff* hoje se lembram dele com saudade.

Bem, mas ele concordou conosco e, então, tivemos aquela famosa reunião no começo de 56, com Juscelino, em que o assunto foi apresentado e o Juscelino bancou o Pilatos. Como bom político, ele chegou na reunião e disse: “Como é que vou fazer? Veja a dificuldade de eu tomar uma decisão. Tenho aqui um grupo de ilustres técnicos brasileiros e estrangeiros, todos a favor de fazer essa reforma cambial; e tenho, por outro lado, gente muito boa que não quer. Acontece que essa gente do outro lado são os que estão nos cargos, que tem a responsabilidade decisória. Os outros são assessores. E o ministro da Fazenda não quer fazer”. Ele tinha pedido reservadamente ao ministro da Fazenda que não fizesse e, tendo pedido reservadamente ao Paranaguá que votasse contra, disse: “O dr. Paranaguá também não quer”. O Paranaguá, que era a favor, virou a casaca na hora. Aliás, o Roberto Campos disse meia dúzia de coisas desagradáveis ao Paranaguá. Estava tudo combinado e, chega na hora, o Paranaguá dá para trás; o Alkmin dá para trás, a pedido do Juscelino; o Lucas a favor; o Sebastião Pais de Almeida, presidente do Banco do Brasil, contra. Juscelino então disse: “Bem, eu tenho um ministro contra; o presidente do Banco do Brasil, contra; o secretário do Planejamento, a favor; o dr. Roberto Campos, presidente do BNDE, a favor; o representante do Fundo Monetário, dr. Bernstein, a favor; o dr. Paranaguá, nosso homem no Fundo Monetário, contr. Olhem, eu vou sair dessa. Passo a bola para o ministro da Fazenda e vamos decidir agora. O ministro quer fazer?” O Alkmin disse: “Não; não quero, porque acho que não é oportuno. Não é que eu tenha algo contra o mérito, mas acho que politicamente não é oportuno”. Disse então o Juscelino: “Estou de acordo. Eu quase não pude tomar posse e tive há pouco o problema de Aragarças e Jacereacanga. Além de tudo, isto vai elevar o custo de vida brutalmente, e eu não faço nada que eleve o custo de vida”. O Alkmin, que estava com esperança de que eu fosse a favor dele e contra o Bernstein, disse: “Casemiro, sua opinião?”, e eu disse: “Sou 100% a favor da reforma e vou reiterar meus pontos de vista”. E comecei a falar. Eu era assessor pessoal do ministro.

P.M. - O dr. Osvaldo Aranha e Marcos de Souza Dantas estavam presentes também?

C.R. - Não; não estavam. Eles não participavam mais do governo, não estavam presentes, não tomaram conhecimento do assunto e nem foram consultados, que eu saiba. foi uma coisa muito reservada. Era reforma cambial e só se conversava com gente de dentro do governo. Eles não estavam mais.

I.B. - O Osvaldo estava na ONU nessa época.

C.R. - Não sei; Marcos de Souza Dantas estava como diretor particular, e não foi.

P.M. - Dr. Casemiro, o texto proposto dessa reforma era exatamente o que o ministro Whitaker já havia apresentado?

C.R. - Não; eu acho que não era não. Era um texto novo. Como era reservado, muita coisa ficou apenas verbalmente. Como quando se falava em reforma cambial havia um problema seriíssimo, procurou-se então botar o menos possível no papel. Tudo estava mais ou menos na cabeça e, uma vez dada a luz verde, é que ia se montar, que se iam fazer as instruções e tudo o mais. Havia a recomendação de que não se pusesse nada no papel, porque um funcionário indiscreto poderia levar uma cópia para o jornal. Estava na cabeça do pessoal. Acho que nessa reunião não foi apresentado nenhum documento escrito, que eu saiba. Repetia-se uma ladainha já muito conhecida. Mas então, nós, os técnicos derrotados, mudamos de estratégia. Eu disse: “Nem tudo está perdido, porque a 71 continua em vigor”. Então, lutamos por uma atualização pura e simples da 71, com apoio do Fundo, e conseguimos a atualização. Partimos para a tarifa, já que achávamos que politicamente era muito mais fácil fazer as sobretaxas para depois obter a tarifa. Mas uma vez que não queriam, mudamos a nossa estratégia: resolvemos fazer a tarifa. Paradoxalmente, foi a forma com que vendemos o peixe. Em seis meses revertemos a nossa tática junto aos políticos, formamos um grupo misto de trabalho no Ministério da Fazenda, com gente da Confederação do comércio, da Confederação das Indústrias e em contato com o Congresso, para fazer uma tarifa aduaneira brasileira, já que inclusive o Juscelino e o ministro proibiram de falar em forma. Inclusive o Roberto Campos tinha falado de público e foi admoestado, por estar sendo impertinente e criando problemas, falando em reforma quando o ministro já tinha dito que não fazia. Ele chegou a dizer: “Só mesmo a ignorância explica o adiamento da reforma cambial”. E o ministro Alkmin tomou isso como uma ofensa pessoal e o Roberto começou a ser um pouco excluído das reuniões, a não ser consultado a partir daquele momento, o que colocou numa posição muito difícil, porque o Alkmin gostou imensamente de mim. Eu não o conhecia, fui recomendado a ele pelo Lucas e pelo Roberto, e o homem gostou tremendamente de mim. Era um homem extremamente educado, um homem sério, não era de negociatas e estava querendo administrar bem, ouvia os técnicos - não seguia, porque consultava o Juscelino e outros, e chegava à conclusão de que não podia. Mas ouvia, e ouvia até às 11 horas da noite, e tínhamos a oportunidade de debater longamente com ele. E mudou o curso da coisa, deixou de ser feito no Conselho de Desenvolvimento, que era um grupo do Lucas Lopes e Roberto Campos, para ser feito na Fazenda: o Gérson Augusto da Silva, o Knack - representando a Confederação Nacional da Indústria - , o Mangia, a Lúcia Pirajá e outros.

Acompanhei, como assessor do Ministro, todo o tempo de trabalho, em contato com o Congresso. Tivemos a sorte enorme de alguns elementos do Congresso toparem a parada. Muito inteligentemente, eles viram que a tarifa de proteção à indústria só tinha conotações políticas positivas. Então, houve uma coisa extraordinária: oposição e governo no Congresso se uniram para apoiar. O Faraco estava lá, e o Basílio Machado Neto, era do comércio e era deputado. Ele e o Faraco, que era da Comissão de Economia, ajudaram muito. Houve então uma coordenação dos técnicos executivos com o Congresso fabulosa, que às vezes não existia dentro do próprio Executivo. Trabalhou-

se a seis mãos no Congresso e preparou-se uma tarifa com 15 pautas tarifárias, de zero a 150%.

Quando o trabalho ficou pronto, chegou a hora de vender o peixe, aquela idéia preliminar. O Fundo já tinha comprado, em caráter temporário - nós mostramos que era uma atualização, que era finalmente a simplificação cambial que eles queriam e que aí se podia fazer uma taxa cambial única, e o resto era fisco; aí, era só uma questão de discutir com o Gratt. O Gratt torceu o nariz: “Então vocês vão deixar de lado todas as negociações feitas”. (Negociações fictícias porque, para negociações de tarifa antes da guerra, o pessoal ia para se divertir no exterior, não tinham sentido nenhum. Faziam-se missões e iam para conversar.”

O Gratt estava torcendo o nariz. Nós sentimos que, se o Fundo desse o parecer positivo, a parada com o Gratt estava ganha, porque ele era tecnicamente muito subsidiário do Fundo. O *staff* do Fundo era incomparavelmente melhor e com mais prestígio, e a nossa estratégia deu certo.

Montamos. Eu fui negociar no Fundo em nome do ministro da Fazenda, acompanhado pelo Knack, da Confederação da Indústria, e pelo Valentim Bouças, que era assessor do governo. O Valentim tinha o dobro ou o triplo da minha idade e não estava na função de assessor; ele tinha uma função importante, estava chefiando a delegação nas negociações, falando em nome do ministro para vencer aquilo. E vendemos para o Fundo, que aceitou porque era uma simplificação, finalmente. A gente saía das taxas múltiplas, fazia uma taxa única e o resto eram sobretaxas. O Fundo deu um parecer favorável, brilhante. Eu defendi isso, primeiro junto ao *staff*, e depois fiz uma apresentação junto ao *board*, com o Paranaguá, que era nosso representante. O Paranaguá tinha um prestígio tremendo. Quando ele percebia a argumentação toda e via que o negócio fazia sentido, aí ele era um leão, era um rolo compressor. Arranjamos um parecer belíssimo. Com esse parecer, mandou-se uma outra delegação e obteve-se a vitória dentro do GATT. O Brasil jogava fora as tarifas, todas as negociações feitas, impunha a tarifa que bem entendesse e começava a negociar no GATT a partir daquela tarifa. De modo que foi uma vitória estrondosa no GATT, foi uma simplificação brilhante e fez-se a primeira tarifa brasileira *ad valorem* que há 30 anos não se tinha. Acabou-se com as taxas múltiplas.

No último momento, foi curioso, o Juscelino hesitou. Aliás, há um ano atrás ele me chamou para testemunhar e disse: “Casemiro, estou escrevendo minhas memórias e quero trocar algumas impressões com você. Aquelas discussões sobre câmbio e tarifas, como é que foi aquilo? Eu tenho algumas anotações, mas estou em dúvida”. Então eu contei essas coisas para ele conferir. O próprio Alkmin, alguns anos atrás, tinha-me chamado. O Lucas me pediu para encontrar com ele e conferir algumas coisas, porque ele estava escrevendo sobre o assunto.

Mas foi interessante porque, no último momento, com tudo combinado - eu já tinha falado com o pessoal do Fundo, já tinha percebido que o ambiente estava em princípio favorável no *staff*; tinha que vender ao *board*, mas o Congresso estava 100% a favor, e inclusive já tinha lido o trabalho...

[FINAL DE FIRA 2-A]

Mas então, com tudo pronto, faltava a autorização do presidente e do ministro da Fazenda, e não havia. O Executivo tinha que escrever uma carta ao líder da maioria e dizer que estava de acordo com a tarifa. Ele me disse: “Olhe, Casemiro, muito cuidado! Está tudo muito bonito, mas o Juscelino está muito preocupado com o custo de vida. Como é que você me faz esse negócio de 150%?”

Fomos falar com o Juscelino. O Roberto já tinha falado, o Lucas já tinha falado, e fui eu também, levado por Alkmin. Nessa altura já havia dois times, e eu ia ficar numa situação meio constrangedora, porque era do time do Roberto e do Lucas - eu tinha sido posto lá por eles! O Alkmin conversava comigo mas não queria conversar com os outros dois. O Roberto e o Lucas me diziam: “Casemiro, você, que agora é o único que tem acesso ao Alkmin - pois infelizmente ele não nos ouve mais - veja se você fala com ele, se o convence de certas coisas”. Eu dizia: “já conversei, e tenho a impressão de que ele está de acordo. O problema é o presidente, que está vendo aspectos políticos”. A coisa estava nessa base.

Fui então conversar com o Juscelino e disse: “Presidente, vou-lhe demonstrar que isso não afeta o custo de vida”. Ele eu quero ver! Vocês economistas são uma maravilha para fazer demonstrações quantitativas. Depois sobe tudo, Eu já não caio mais na conversa de vocês”. Eu retruquei: “Mas, presidente, é que as coisas que nós dissemos não foram feitas. Quando sobe, sobe porque o déficit está enorme, e expandem-se os meios de pagamento mais do que o necessário. Acaba subindo, mas por outras razões; não por aquelas”. Ele disse: “Bem; então vamos ver como é a história”. Eu continuei: “Bem ; vou dizer por que não deve subir o custo de vida, do lado dos custos. Essa tarifa apenas vai substituir o sistema de taxas múltiplas em vigor. Nós temos atualmente cinco categorias cambiais, que correspondem a quatro ou cinco níveis tarifários disfarçados. A primeira categoria, podemos considerar nível tarifário zero. Ela representa a taxa cambial propriamente dita; há só problema de atualizá-la, mas já foi atualizada. Há ainda outras quatro categorias. Hoje, na verdade, temos cinco categorias cambiais, que são os cinco níveis tarifários, de zero a tantos por cento. A quinta categoria hoje corresponde mais ou menos a 150% de nível tarifário. Agora, aqui temos 15 níveis tarifários, de 0 a 150, e está aqui o confronto entre eles e os cinco atuais. Nós desdobramos os cinco níveis tarifários em 15, calculamos a incidência média implícita em um e a incidência média nos outros, distribuímos pelas categorias de produtos e vimos que o nível tarifário novo, tomando por base aqueles produtos e não pressupondo nenhuma alteração fundamental na composição dos produtos, correspondente a um nível tarifário médio de 28% de sobretaxa sobre os produtos que pagam. Toda a importação dá um nível médio de 9% mas, como não é correto fazê-la incidir sobre o petróleo, trigo e uma série de coisas que não pagam, fazemos apenas sobre os que pagam. Isso dá uma incidência média de 28%, que é um pouco menor do que a incidência média para as cinco categorias hoje, embora haja um pouco de mudanças da estrutura, pois é uma reclassificação das cinco categorias. Há algumas injustiças nessa categoria, mas basicamente fica a mesma coisa, e é até uma incidência média um pouco mais baixa”. Ele retrucou: “Estou convencido da sua demonstração. Está bonita, mas não estou tranquilo, porque nunca vi sair igual”. Eu disse: “Mas se o senhor expandir o crédito e continuar com o *déficit* do governo, vão subir os preços e vão ter que desvalorizar por esta razão, e não por pressão de custos; é outra história. E, olhe, presidente, a situação está meio feia. O Congresso está a favor, está todo mundo a

favor. Tenho certeza que o Fundo Monetário vai ficar a favor. E o Executivo? No final ele acabou cedendo e disse: “Vou ceder, mas tome nota: no fim do ano nós vamos conversar sobre isso tudo”. E realmente, no fim do ano, tinha subido tudo, ele me cobrou e eu disse: “Presidente, subiu tudo, mas por outras razões: descontrolou o crédito e tudo o mais”.

Então, realmente, para vender o peixe aqui dentro, foi mais difícil vender à presidência da República do que ao Congresso, e do que ao Fundo. Vendido ao Fundo, vendeu-se ao *Gatt*. Isso, em resumo, explica o que se faz naquela época, a filosofia implícita, a tática política que tivemos, e a virada que fizemos no sistema, que já tinha começado com Whitaker e que aperfeiçoamos para apresentar ao Juscelino. Mudamos violentamente para o que era a solução final. Vimos que, paradoxalmente, o que nos parecia politicamente mais difícil era politicamente mais fácil, e então fomos direto para a solução mais fácil.

P.M. - Posso fazer duas perguntas relacionadas a isso? A primeira é a seguinte: O Fundo Monetário concordou com a idéia de que a imposição da lei das tarifas votadas em agosto de 57 representava na verdade, se não uma eliminação do sistema de taxas múltiplas, pelo menos um grande passo, uma grande aproximação no sentido da adoção de uma taxa mais unificada, uma simplificação do sistema cambial. Eu queria saber a sua opinião sobre isso. E a seguinte: qual era na verdade a razão fundamental pela qual o apoio do Fundo era requerido naquela ocasião? Simplesmente os credores internacionais do Brasil dependiam fundamentalmente da reação que o Fundo teria na condução econômica por parte das autoridades? Por que tão necessária conseguir o apoio do Fundo Monetário para essas alterações?

C.R. - Era provavelmente pela influência do Fundo sobre a comunidade financeira internacional, o governo americano e os bancos privados. Ainda hoje é importante; talvez não tão importante, mas ainda é. Um parecer negativo do Fundo... O Fundo não gosta dessa situação e tem reclamado do governo americano e dos bancos privados: “Vocês não tem nada a ver com meu parecer. Isso é um parecer reservado, interno. Vocês não deviam tomar conhecimento. Não queremos ficar na posição de termos que amolecer nossos critérios mais rígidos por considerações políticas do governo americano ou de quem quer que seja”. O Fundo sempre reagiu muito a isto. Mas o parecer acaba sendo sabido. É reservado, mas o governo americano recebe e acaba-se sabendo se o parecer é negativo. O pessoal do *staff* é muito competente, tem informações inclusive confidenciais, tem acesso aos arquivos. Ainda que eles não tem acesso ao parecer, os banqueiros privados têm acesso à informação de que o Fundo deu um parecer negativo, e isso já põe um pé atrás. O Fundo não gosta de ficar nessa posição, detesta. Mas é uma verdade.

Até certo ponto o Fundo ajudava os técnicos brasileiros a venderem certas idéias óbvias. Não aceitávamos todas as imposições do Fundo, mas uma parte era certa: a atualização da taxa cambial, para evitar distorções na economia interna e desequilíbrio maiores no balanço de pagamento. Isso era obviamente certo. Então, esse ponto, essa pressão do Fundo, a gente trazia para junto dos políticos: “Olhem, o Fundo quer. Se não, não se arranca dinheiro do Fundo”. A gente usava o Fundo como pressão junto aos políticos para obter coisas que achávamos certas, embora brigássemos com o Fundo porque ele ia muito além do que nós achávamos razoável para o Brasil.

Tivemos brigas monumentais com o Fundo. Mas em uma boa parte eles estavam certos e a gente usava o Fundo como pressão aqui dentro. Também havia esse aspecto: o Fundo pecava pela simplicidade, pela ambição excessiva de combater a inflação em certas situações. Passando o tempo, eles viram que a coisa era muito mais complexa do que estavam pensando, mas, como havia muita desorganização política, na verdade dava a impressão de que todos esses desequilíbrios eram de puro desleixo dos políticos. Às vezes o desleixo era tão evidente que os problemas de ordem estrutural ficavam para o plano secundário, e o esforço dos economistas brasileiros era mais no sentido de evitar o obviamente errado. A situação nunca chegava, como ocorre agora, ao ponto em que é preciso decidir na margem o que é certo e o que é errado, de uma forma mais sofisticada. A situação era tão abertamente errada que a questão era apenas evitar o óbvio, os déficits excessivos - déficit de conta corrente; nem era déficit de investimento, financeiro inflacionário não programado. Se ao menos a inflação fosse programada, como é hoje, mas não; era o caos, era a desorganização. Daí a impressão de que os economistas da época são excessivamente monetaristas, o dr. Gudin, Bulhões, eu e outros. O próprio Campos nunca foi monetarista, mas ficou visto assim, porque a bagunça financeira e monetária era tão grande, que tudo o que se dizia era com relação à política monetária. Era para desbastar o excesso, mas ficou a pecha de monetaristas, quando na verdade havia problemas de estrutura muito graves a resolver, mas é que a confusão... Era tudo na base do *easy way*; o político manda imprimir...

Numa das discussões com o Fundo dalamos em emissões excessivas e em problemas de desvalorização cambial. O Brasil nunca ia desvalorizar. O Juscelino tinha avisado pelos jornais: “Nos meus dois últimos anos de governo, não faço uma desvalorização cambial, não mudo uma tarifa de serviço público”. Essa notícia chegou ao Fundo Monetário e esbodegou todas as negociações. Eu, que estava encarregado das negociações, disse: “Não é isso; ele disse que não faz desvalorização, mas o fato é que o presidente não vai anunciar, vai escolher a oportunidade e fazer. Apenas, ele não vai dizer a ninguém”. Disse-me um técnico do Fundo: “Eu estou desconfiado de que ele não quer fazer mesmo”. E realmente nós apresentamos toda a argumentação menos em termos de inflação do que em termos de utilização racional dos fatores. Então mostramos ao Juscelino: “À medida em que o senhor permite que a tarifa de avião Rio-São Paulo seja igual à tarifa de ônibus (porque era igual na época), o número de pessoas que anda de avião ou que manda transportar carga pesada por avião é uma brutalidade. Estamos importando avião e nos endividando. Há uma demanda artificialmente elevada por aeronaves, porque o governo não deixa reajustar o preço da tarifa. O número de gente andando de aviões entre Rio e São Paulo! Só não anda quem tem medo de avião. E enviam carga pesada! Um negócio mais absurdo que a inflação é o problema da utilização irracional dos fatores. Estamos importando aeronaves”. O Juscelino argumentou: “Nas o Brasil precisa de aviões”. Respondemos: “Precisa sim, mas não dessa forma”. Ser igual à tarifa rodoviária era uma distorção que entrava pelos olhos. E os serviços de utilidade pública estavam quebrados, mas o político demagogo não deixava atualizar as tarifas de energia elétrica. Era isso o que se combatia, tanto que uma vez eu levei ao Fundo - e eu vou contar da outra vez com mais detalhe -, um programa com o orçamento monetário, fechando, brilhante, com uma expansão monetária aceitável.

P.M. - Foi em que ano isso?

C.R. - Isso foi em 57. Berrei, discuti com *staff* e com o Per Jacobsson, que era grande economista. E ganhei Jacobsson na discussão. Eu tinha quantificado tudo. O Per Jacobsson disse: “O senhor ganhou, mas ainda não estou muito convencido, porque o senhor me provou (e muito bem) que não vai permitir que os meios de pagamento subam mais do que um certo grau de inflação julgando inevitável, levando em conta o crescimento da economia. Então, o senhor ganhou em termos de controle monetário, pois o senhor não pode fazer mais do que isso. Mas para mim não é suficiente, depois que ouvi o seu presidente dizer que não muda as tarifas de serviço público. Além do controle monetário, talvez o mais importante seja que se detenha a distorção dos fatores. Avião àquele preço! O senhor está destruindo o serviço público, o senhor está desorganizando a economia. O senhor me provou aqui, muito habilmente, que o seu programa monetário está um brinco. Mas isso prova que os senhores têm elementos para evitar que a moeda seja um fator autônomo de desorganização. Agora, não completaram o programa com a remoção de distorções, de modo que, para mim, o programa não está bom ainda. Talvez o governo americano apoie por razões políticas, mas eu não sou político”.

Fiz uma série de escaramuças com ele, não aceitei exatamente o que ele disse, mas falei: “Não; vamos fazer por etapas. A gente fecha o negócio, saca parte do dinheiro agora e, daqui a seis meses, a gente saca outra parte, etc”. Ele disse: “Bem; vamos conversar, porque no passado os senhores do governo prometeram uma coisa e depois não fizeram”.

E eu vim para o lado de cá chamar a atenção do presidente: “Aqui entre nós - não tem ninguém do Fundo ouvindo -, eles estavam 100% certos. E o que ele disse também é a minha opinião, e a opinião do Roberto e do Lucas, e ela corresponde ao interesse do país. Não basta fazer o controle monetário”. O presidente disse: “Mas você vai aumentar as tarifas, vai aumentar o custo de vida; vai aumentar o transporte de avião, e vai ser uma aberração da gasolina, ih, rapaz, vou ser crucificado! Isso é muito bonito, chegar aqui com o parecer no pé do ouvido. Mas quem vai decretar esse negócio sou eu”. Eu respondi: “Mas o senhor não tem alternativa”. Ele perguntou: “Por quê”, e eu expliquei: “O senhor vai pagar o subsídio de onde? Aquilo não é cobrado do usuário, o senhor vai tirar do bolso do Tesouro, e muito mais, porque, o preço sendo mais alto, o usuário já não usa tanto. O preço sendo mais baixo, vai ser usado mais do que o necessário, o senhor vai desequilibrar o balanço de pagamento, e vai ter que emitir e fazer uma expansão monetária, elevando-se o custo de vida”. Então, disse essa frase notável de político: “Casemiro, você não tem sensibilidade política. Você não está olhando o problema político. Pode ser que, eu emitindo para cobrir déficit de serviço público das companhias de transporte aéreo, provoque uma emissão monetária e isso seja tão inflacionário ou até mais do que o impacto dos custos. Mas há diferença política enorme. Quando há emissão de papel moeda para atender às atividades econômicas, todo o mundo bate palmas, pois todo o mundo está precisando de dinheiro”. Eu disse: “Mas dinheiro não é capital, não é renda. Não vamos confundir dinheiro com renda real”. Ele retrucou: “Mas ninguém sabe disso, ninguém sabe. É você quem está falando isso. Todo o mundo fala. Outro dia o senador Viváqua disse: 'Falta dinheiro nesse país. Vejam o dinheiro *per capita* nos Estados Unidos e o dinheiro *per capita* do Brasil. É ridículo o papel moeda *per capita* neste país”. Eu disse: “A comparação está toda errada”. Juscelino respondeu: “Pode ser que este já errada, mas só você, o Roberto, o Lucas e mais uma meia dúzia de pessoas sabem. Todo o mundo acha que é falta de dinheiro. De modo que, quando tem mais dinheiro na praça ninguém

xinga o governo. Quando os preços sobem, o pessoal xinga o português da quitanda, xinga o homem da empresa, mas não o governo. Agora, quando é o decreto, como no aumento da gasolina, quando é o decreto... E eu estaria fazendo no meio do governo. Se eu fizesse no início, eu ponho culpa no governo anterior, que me obrigou a fazer isso. O próximo governo vai poder fazer - guardem esses pareceres todos e não joguem fora não, porque eu acho que faz sentido. Mas não dá mais. Vocês me venderam esses peixes no início do governo, e eu fiz umas desvalorizações cambiais e uma série de coisas. Agora, no, meio, eu ponho culpa em quem? No próprio governo? É o reconhecimento do fracasso”. Eu disse: “Mas é sempre de corrigir”. Ele protestou: “Não, essa não! Essa vocês vão vender ao governo do Jânio. Ele vai-se candidatar, vai ganhar e vai aceitar todas essas idéias de vocês. Com aquele tipo carismático, ele vai tocar pau no meu governo mesmo, e vocês vão poder apresentar”. O que foi exato. Jânio tornou-se candidato, ganhou, nós apresentamos as idéias, ele aprovou e botou em vigor.

Isso é que é conversar com político. Juscelino dizia: “Há uma diferença política enorme, e me crucificam se no meio do governo, eu aumentar a gasolina. Que posso fazer? O país vai pagar o preço da distorção dos fatores”. A má utilização dos fatores é muito pior do que a inflação. E não saíram as medidas. Brigou-se com o Fundo, veio a história da famosa briga com o Fundo. Mas vocês vêem como é que se faz a política nos bastidores. É a luta do técnico querendo ganhar 30%, vender 10% do peixe.

P.M. - Era uma certa sensibilidade política, também.

A política de Juscelino não era de continuísmo.

C.R. - Não era, não. Juscelino me disse: “Vieram você e o Roberto, me chateando, e eu fiz a desvalorização da moeda. Depois de Aragarças eu fiz uma porção de coisas. Mas, que diabo, agora, no meio do governo? Vão botar a culpa em mim. Estou dizendo a vocês que não dá. Tenham a santa paciência”. Perguntei: “Por outro lado, pode o país agüentar durante dois anos distorções? A inflação continuando e agravando essas situações? Não era preferível o senhor fazer sacrifício? O senhor se sacrifica politicamente, mas faz uma coisa que pelo menos um grupo seleta de pessoas no país vai registrar para a história”. Ele se negou: “Não; eu já fiz muito sacrifício. Essa não, espere aí! E tome cuidado com o Frondizi, heim! Ele não agüenta seis meses e está seguindo todo o negócio do Fundo do figurino, na austeridade. Não renova salário por dois anos. E não agüenta seis meses, meu filho; ele não agüenta”.

Para nós o Frondizi era uma paradigma. Aliás o Frondizi agüentou demais. Juscelino dizia: “Casemiro, tome nota: não dura mais de seis meses”. Mas o Frondizi durou um ano. [risos]

I.B. - Na ocasião desses entendimentos todos, qual era o seu cargo oficial?

C.R. - Meu cargo era o de assessor pessoal do ministro para assuntos monetários internacionais. Eu era consultor do Conselho do Desenvolvimento, que foi uma coisa inteligente, feita agora de novo pelo Veloso. Era uma forma de termos uma reunião de ministério (acho a idéia muito válida, muito feliz) para assuntos de política econômica, presidida pelo presidente da República. Havia uma secretaria geral, com o Lucas

Lopes. O Conselho era apenas uma reunião ministerial, e o que funcionava mesmo era a Secretaria. Ele nomeou alguns consultores especiais, porque eles não queriam colocar pessoas em regime de *full-time*. Uma coisa aliás que o Veloso deveria fazer (eu vou lembrar a ele). Eu acho interessante uma idéia que me ocorreu, a de engajar a cooperação de gente que não tem tempo de ir para cargo governamental, mas que pode uma vez de, 15 em 15 dias, perder duas ou três horas e discutir assuntos de interesse do governo.

Ele convidou uma série de pessoas, inclusive do governo, como eu, que estava numa função como chefe do Departamento Econômico da SUMOC e assessor pessoal do ministro. Eu fiquei como consultor do Conselho do Desenvolvimento para assuntos de moeda e crédito; o Lattini ficou para assuntos de balanço de pagamento - ele tinha montado estatísticas de balanço de pagamento dentro da Sumoc; Glycon de Paiva, para assuntos de mineração; o San Thiago Dantas, para assuntos jurídicos; e tinha lá uma dezena de pessoas que se reuniam de vez em quando com o Lucas e o Roberto, para discutir assuntos de política. E era extremamente interessante, porque não tomava tempo das pessoas - se fosse excessivo, era capaz de gente não comparecer, o San Thiago não poderia comparecer e tudo isso. Mas era uma coisa bastante interessante. Eu era também membro do Conselho de Política Aduaneira. Eu tinha participado dos estudos e fui então nomeado da bancada do governo. Eu e Gérson, representando o governo. Mangia também, que era do Ministério do trabalho, Industria e Comercia. Portanto, eu era chefe do Departamento Econômico da Sumoc, assessor pessoal do ministro da Fazenda, membro do Conselho de Política Aduaneira, especial do Conselho de Desenvolvimento e, de manhã cedinho, professor da faculdade. Já dá para distrair.

Mas a gente olha esses tempos passados, e vê, por exemplo, o Veloso que diz: “Casemiro, é uma trabalhadeira. Tem tanta coisa para ocupar tempo, pressões internas...” Eu digo: “Te consola. Você não trabalhou no meu tempo e no do Roberto. Te consola. Está uma maravilha, hoje, inclusive com grandes equipes de gente nova, qualificada”. Não tinha equipe naquela época; tinha um pessoal prático. Se precisasse de coisas práticas, tinha; mas não tinha um *staff* de base acadêmica para ajudar. Era só um craque. A gente tinha que fazer sozinho as coisas, e só tinha ajuda quando era um negociozinho de câmbio. Aí tinha um sujeito bom em câmbio, que você chamava para fazer.

I.B. - As pressões políticas deviam ser mais intensas.

C.R. - Para você obter a nomeação de uma pessoa, era um inferno. De vez em quando vinha nomeado um sujeito errado; era filho de um senador, o cara não servia para nada e ficava encostado lá sem trabalhar. Eu vou falar ainda com vocês da organização da Sumoc. Foi uma coisa, uma epopéia! Agora faleceu o dr. José Maciel Filho. Quando ele chegou lá, nós ficamos apavorados. Era um político de linguajar meio largado, e de vez em quando dizia uns palavões. Paradoxalmente, ele deu um impulso enorme à Sumoc. Dos anteriores, o Válter ficou algum tempo, começou a desenvolver e depois foi embora; depois vieram uns elementos muito conservadores, não queriam mexer nas coisas e o pessoal do Banco do Brasil lá, botando o pé em cima; não queriam gastar nada.

Quando o dr. Maciel Filho Chegou, nós apresentamos os planos e foi ele que desenvolveu a Sumoc. Não foi o Válter, que já tinha saído. Nós apresentamos os

planos e ele disse: “Olhem, isso aí vai custar dinheiro e vai precisar de gente”. Eu confirmei: “Vai”. Ele continuou: “Olhe, em primeiro lugar eu acredito que vocês entendem do assunto, estejam bem intencionados, e eu não gosto de ir para um lugar e não realizar nada. Por outro lado, vou ter que nomear um bocado de gente a pedido de políticos, de modo que as duas coisas combinam muito bem”. Eu retruquei: Eu acho que se combinam muito mal. Nós precisamos escolher gente categorizada para cá. Se vem pistolão político para cá, então não se resolve nada. O sujeito não vai querer trabalhar, etc.” Ele disse: “Não; nem todo pistolão político é assim. Tem muita gente, rapaziada boa, que o pai é importante e pede, mas são bons. Não é assim”. Eu exclamei: “Mas isso não é critério de escolha!” Ele disse: “Mas tem que ser. É a concessão política. Vamos fazer uma coisa: eu vou nomear essas pessoas para cargos secundários. Vocês nomeia os chefes e subchefes e, às vezes, assessor qualificado e de confiança. O resto, que é de remuneração inferior, eu vou nomear, mas você vê as fichas desse gente, experimenta o sujeito e, se o camarada não prestar, você me manda. Aí eu chamo o pistolão dele e digo. Fulano, por ser senador e apoiar o governo, tem direito a ter dois analistas classe A. Perguntas: “Mas por que analista classe A? Esse é o fim da carreira”. Ele respondeu: “Senador tem direito a botar um camarada em fim de carreira”. Perguntamos de novo: “Bem; e deputado?” Ele respondeu: “Bem; deputado é classe B”. Aí o Lattini perguntou: “E vereador?” Ele disse: “Vereador a gente manda àquela parte; vereador não tem pistolão aqui”.

Nós ficamos profundamente desalentados com aquele negócio. Ele disse: “Olhem, eu tenho o nome deles todos aqui. Estão todos aqui no fichário. A minha secretária é muito bem organizada e botou tudo aqui. Têm trezentos e tantos nomes”. Aí eu disse: “Bem; o senhor quer ler alguns para ver se a gente conhece?” Ele começou: “Senador Alencastro Guimarães, governador Régis Pacheco...” O pessoal disse: “Espera aí! Essa gente vem trabalhar conosco?!” Ele respondeu: “Não; esse é o pistolão. Eu não sei o nome do camarada. Eu mandei organizar o nome dos pistolões. O deles eu não sei. Eles vão mandá-los. Vocês examinem”. Curioso é que 80% dos empistolados deram certo: 20% não deram, sendo que apenas 1% era porcaria mesmo, de mau caráter, sujeitos postos na rua. Outros foram afastados, foram indo embora, e 80% era gente muito boa, que se interessou. Uns eram de boa família mas estavam meio encostados, meio sem sentido na vida, se interessavam por economia, tiraram o curso, se tornaram economistas, e estão na carreira - e começaram lá, um pouco desajustados. Estavam naquela fase de desajuste do rapaz que não sabe para onde vai. Mas foram motivados e 80% deram certo. Começou nesta base. Houve verba à vontade, e inclusive arrastou a má vontade dos funcionários do Banco do Brasil.

P.M. - Isso foi que ano?

C.R. - Em 53-54.

P.M. - O professor Bulhões saiu da Sumoc quando o professor Gudin deixou o Ministério?

C.R. - Exato: quando o Getúlio morreu, saiu o Maciel Filho e veio o dr. Bulhões. Aí nós batemos palma, porque o Maciel tinha feito um desenvolvimento fabuloso e o dr. Bulhões vinha agora coroar, dar uns retoques finais na organização. Já encontrou aquilo organizado, encontrou seus alunos e amigos lá, de modo que foi uma festa.

[FINAL DA FITA 2-B]

C.R. - ...e anunciou ao dr. Bulhões que era contra o confisco do café. Dr. Bulhões botou o chapéu na cabeça e foi embora.

P.M. - Esse foi o Whitaker, não é?

C.R. - Eram dois instrumentos, pobres instrumentos de combate à inflação e de política de café: depósito compulsório nos bancos e o confisco. Ele veio com esse problema. Curioso: o Whitaker esteve duas vezes como ministro da Fazenda - figura extraordinária, grande mérito. Uma, em 1930-31, durante a depressão, e ele batalhou pelo equilíbrio orçamentário com a maior violência. Vinte e cinco anos depois, veio uma fase de inflação desbragada e virou depósito compulsório.

P.M. - Qual era a justificativa que ele apresentava para isso?

C.R. - As coisas são sempre mais complexas. Por que? Porque todo governo vinha e aumentava o depósito compulsório dos bancos, não consertava o déficit, e isso apenas diminuía o multiplicador do sistema bancário, da expansão primária feita pelo déficit; só isso. E correspondia, interpretado de outra forma, a um empréstimo de graça feito pelo sistema bancário ao Tesouro. E o Tesouro nem vendia ORTN, porque a idéia de vender ORTN só veio mais tarde.

Então, não se combatia a inflação, não se reduzia o déficit e todo ministro que vinha aumentava o depósito compulsório. No final, não tinha mais autorização legal para fazer, já tinha estourado e já tinha perdido a eficácia: o pessoal trabalhava na margem (eram 18%, e só tirava 18% na margem do que crescesse do depósito). Ficou no máximo, não atingiu a finalidade e ficou ineficaz.

Mas o dr. Bulhões veio com o objetivo, primeiro de mudar a lei e obter mais autorização, de depois consertar outras coisas. Como banqueiro, vendo esse problema, o dr. Whitaker já estava cheio do negócio do depósito compulsório. Mas o que foi um pouco dramático é que ele era ministro da Fazenda. Se ele não acreditasse que um ministro da Fazenda pudesse combater a inflação, ele não deveria ter aceitado o cargo. Mas ele veio, um homem sério, pediu que o dr. Bulhões ficasse, o dr. Bulhões ficou e foi fazer um esforço, mandou liberar o compulsório e o confisco cambial. O dr. Whitaker, como homem do café, achava aquilo um absurdo. Ele não percebeu. Mas ele tinha uma certa razão histórica.

R.G. - Também tirou o compulsório do café?

C.R. - Não; não chegou a fazer não, mas ele vinha *con malas intenciones*. Ele já vinha anunciado que ia acabar com aquilo. Se se fizesse a atualização cambial, teria caído o preço do café lá fora, o suficiente para desestimular a produção em outros países. De fato, o Whitaker não estava de todo errado. Mas naquele momento, ele entra como ministro, e... O dr. Bulhões estava para ajudar. Ele anunciou, mas não podia anunciar naquele momento, e não podia depois. Realmente, foi muito ruim, ruim demais para o dr. Bulhões. Quando o dr. Gudin foi embora, ele quis ir embora também. Chegou o dr.

Whitaker, fez um apelo para ele ficar. Ele ainda tentou, fez um esforço, mas com essa ele foi embora.

P.M. - Nós vamos ter outra oportunidade de poder continuar essa entrevista.

C.R. - Vamos, com muito prazer.

P.M. - E vamos entrar na política monetária. Falamos hoje muito de política cambial. Falta toda a política monetária.

C.R. - De política monetária, há umas boas.

[INTERRUPÇÃO DA FITA]

C.R. - “Dr. Alkmin, não vou mais argumentar com o senhor. Não é possível argumentar. Eu estou argumentando com os fatos. O senhor me desculpe a expressão, o senhor está enrolando. Eu estou argumentando com fatos, de modo que não dá para conversar”. Ele disse: “Espere aí, doutor; esse negócio de fatos não é assim em política, não. O que é importante é a versão, e não o fato. Sem falar que existe muita versão que é apresentada como fato, mas é versão e não fato. O sujeito pensa que viu assim, mas o outro já viu diferente, e é impressão pessoal. Você sabe, esse negócio de testemunha, eu já fui do júri em Belo Horizonte. (Fui convidado porque eu era personalidade.) Cada testemunha que chega diz que viu uma coisa, mas não viu. De forma que esse negócio de fato... Se você ainda tivesse arranjado um argumento arrasador...”

Eu senti de várias pessoas da época a necessidade de conferir. O próprio Alkmin - que faleceu no ano passado - me disse, há alguns anos atrás: “Eu estou escrevendo um livro, as minhas memórias, e preciso conversar com você”. Respondi: “Com o maior prazer. Posso ir tomar um uísque em sua casa. Há anos que não o vejo. Mas então o senhor vai publicar as suas memórias? Muito bem”. Ele disse: “Um momento! Eu falei que estou escrevendo; não falei que vou publicar”. Eu perguntei: “Mas não é a mesma coisa”? Ele contestou: “Não; há uma diferença enorme. Estou escrevendo por uma satisfação pessoal. Agora, se vou publicar, isso é outra história muito diferente. Tenho que corrigir o negócio, pois já estou me esquecendo de algumas coisas”.

O Juscelino também me perguntou sobre esses casos todos: “Aquele negócio do Fundo, como é que foi mesmo?” Eu fui à casa dele, comentei os prós e os contras, etc.

I.B. _ Aliás, está para sair o primeiro volume das memórias do Juscelino.

C.R. - Disse-me ele: “Quero conferir com você. Você participou desses casos todos, e a minha memória já está meio falha”. Eu disse: “Bem; minha versão dos fatos, até onde participei, eu vi assim”. Ele ia dizendo: Ah! está muito bem; eu acho que está certo.” Pascoal Carlos Magno ajudou a fazer umas anotações.

Depois, foi o próprio Lucas: “Casemiro, sabe que eu estou escrevendo umas memórias?” Exclamei: “Também o senhor?” Ele confirmou: “É sim. Eu queria conversar com você sobre esses casos todos. Você sabe, eu tive um enfarte...” Ele teve

um enfarte. Eu e o Paulo Pook estávamos negociando e ficamos no espaço. O Juscelino querendo brigar com o Fundo; o ministro da Fazenda, tendo um enfarte, ficou incomunicável; e eu, que estava negociando em nome do Brasil, fiquei no espaço. (O Roberto Campos tinha sido alijado, substituído da presidência do BNDE por Juscelino, a pedido do Jango.)

O Lucas ficou incomunicável. Quando eu telefonei, a senhora dele disse: “Casemiro, você está proibido de falar com meu marido, você e o Paulo Pook. Você é o número um da lista. Ele só falava no seu nome. E vou tomar a liberdade de nem deixar ele saber que você telefonou, porque no momento que ele souber vai ficar numa aflição danada”. Então, depois dessa, não podendo falar com o meu chefe, o ministro da Fazenda, e estar negociando em nome dele, com o presidente querendo brigar com o Fundo, vocês podem ver a minha posição nessa história toda. Mas agora, anos passados, ele se recuperou o enfarte, está muito forte, está escrevendo as memórias e quer conferir. Então vamos conferir. É muito interessante.

I.B. - Aliás, é um hábito que os americanos têm, de escrever memórias; e os brasileiros não.

C.R. É excelente; é um bom hábito, mas.

I.B. - Facilita muito a missão do historiador.

C.R. - Depois vou mandar a você também a reação do Jean Schweitzer, do Fundo, que foi um homem muito vivido. Ele aliás, nos recebeu muito bem, depois da Revolução. Na negociação, o Schweitzer desempenhou um papel muito bom. Essas caraminholas brasileiras, correção monetária e uma série de coisas, o pessoal do *staff* do Fundo reagiu contra, e ele, que não era economista (ele era do ministério de finanças), aceitou tudo. Ele disse: “Olha, acho que funciona, faz sentido. Na França, quando a gente não tem autorização legal, a gente de vez em quando faz algumas coisas por trás do pano, obriga o banco a comprar, a aplicar letras do Tesouro. Eu entendo isso percebi e estou de acordo com os senhores”. Foi uma surpresa para mim que o *staff* onde estavam os economistas que eu esperava tivessem mais sensibilidade para essas coisas novas, não tivessem a devida sensibilidade, e que um homem prático, que veio do ministério das finanças, tivesse.

A.S. - O Alexandre Kafka já era representante do Brasil no Fundo nessa época, não?

C.R. - Não. Ele só foi agora, depois da Revolução, em outubro de 66. Estava terminando o governo Castelo Branco, deu-se a vaga, e a Kafka foi então, em 1966.

I.B. - Ele é muito amigo do Roberto Campos, não?

C.R. - Sim; muito amigo.

I.B. - Mas ele estava fora do governo até essa época.

C.R. - Estava fora, sim. Ele estava na Universidade de Virgínia. O Bicalho, que era o nosso representante, saiu - ele tinha ficado lá uns seis anos. Deu-se a vaga e o Roberto teve a idéia de convidar o Kafka. O dr. Bulhões gostou muito e convidou-se o Kafka,

que estava fora do Brasil há bastante tempo, lecionando na Universidade de Virgínia. Mas ele não teve participação até outubro de 66.

I.B. - O senhor se lembra do primeiro nome do Bicalho?

C.R. - Maurício Chagas Bicalho. Ele é mineiro; ilustre representante do estado. Mineiro típico, no bom sentido da palavra. Com sensibilidade política muito grande, muito hábil ele fez carreira em Minas e é muito amigo do Benedito. A família Bicalho é muito conhecida, e ele ocupou alguns postos oficiais em Minas. Depois, foi nomeado presidente do Banco do Brasil, já no começo da década de 60. Esteve lá algum tempo e depois foi nomeado diretor do Fundo Monetário, onde ficou vários anos. Não tinha experiência internacional nenhuma - era um homem vivido, mas não falava nem inglês.

P.M. - De Minas para o Fundo Monetário Internacional.

C.R. - Eu admiro a coragem dele, porque um sujeito mais tímido não teria aceitado. Aprendeu inglês lá. Era muito hábil, bom político, e tinha sempre uma assessoria técnica boa. Correu o risco de ficar sendo assessorado pelo *staff*, e não pelo Brasil. Mas depois colocou-se um rapaz daqui junto a ele. Ele não é bobo, não; é muito hábil, cauteloso, sempre telefonando para cá, viajando para cá, de modo que supriu as deficiências e, com o tempo, foi aprendendo aquele jogo. É hoje considerado um sujeito entendido em assuntos de Fundo Monetário Internacional. Mas a fase inicial foi bastante difícil.

I.B. - A mudança que o Fundo Monetário está fazendo agora, buscando uma flexibilidade maior, foi influência pela política brasileira desses últimos anos?

C.R. - Foi, sim, um pouquinho.

Aquela colocação do Brasil foi cedo demais. Eu pessoalmente estou muito mais próximo do Fundo do que dos que querem a liberação do câmbio; estou 20% próximo ao Fundo e muito distante dos que querem flexibilidade. Quem quer flexibilidade é gente que não entende nada, tem um treinamento acadêmico e não tem vivência do mercado e da história econômica, da história das operações de câmbio. O sujeito que leu tudo o que se fez - os relatórios das Nações Unidas, da Liga das Nações - , que realmente estudou a história das operações cambiais nesse século, não se mete na taxa flexível de câmbio com facilidade. Tanto que o Brasil não tem taxa flexível de câmbio. O Brasil tem taxa fixa, mudada com rapidez, mas o nosso sistema não é de taxa flexível. O nosso sistema é de taxa fixa, administrada pelo governo e atualizada com uma frequência muito boa. E por isso está funcionando. É apenas um sistema de atualização arbitrária da taxa cambial feita pelo governo. É uma posição em que o governo tem reservas cambiais tão boas que pode dizer ao mercado: “O mercado é livre, mas eu compro e vendo à minha taxa”. E o mercado todo, sendo livre, alinha-se à taxa do governo.

Você tem realmente um sistema de livre formatação de taxa de mercado. Forma-se uma taxa de governo porque ele é o maior comprador e o maior vendedor, é o único que tem reservas grandes. Nenhum banco particular operador pode competir com o Banco Central. Tem-se realmente um sistema de livre formatação da taxa, no sentido de

que é tudo livre para comprar ou vender o que quiser. Agora, o governo entra e diz: “Eu compro e vendo à minha vontade, à minha taxa; o resto se ajusta”.

I.B. - E os países de moeda forte provocaram todo aquele movimento especulativo?

C.R. - Não; quando dera, deram porque, no caso do Brasil, quando a taxa fica desatualizada, o pessoal percebe, começa a comprar, e acelera a desvalorização e uma série de desequilíbrios; ou, quando percebem que o governo não tem reserva para manter a taxa. E o governo atualiza, como faz sempre; ele tem reservas para pagar para ver, e ninguém brinca de especulador, porque leva na cabeça. É o grande sucesso no nosso sistema: temos reservas e atualizamos a taxa, com a frequência suficiente para não deixar montar a especulação. E não vale a pena a gente tomar dinheiro emprestado, porque, se você tomou o dinheiro, você paga mais na taxa de juros do que ganha na desvalorização ou na retenção da exportação. Não compensa tomar dinheiro emprestado para antecipar a importância ou para reter a exportação. Por quê? Porque temos um sistema de taxa de juros reais, e não apenas nominais, um sistema realista de taxas elevadas de juro, o que também é fundamental para o sistema. Então, com boas reservas, com a atualização freqüente da taxa e uma política de taxas reais de juros altos, cabe a especulação?

Agora, quando você não tem essas condições, você não segura a política cambial. Basicamente, o Fundo Monetário está certo. Só que ele levou esta regra de estabilidade um pouco longe demais e perdeu a autoridade. Mas o extremo oposto não vai a lugar nenhum; o especulador toma conta do mercado, começa a brincar, brincar, brincar. Aliás, o próprio estatuto do Fundo, desde o início, previa, o próprio estatuto do Fundo, desde o início, previa controles diretos para o movimento especulativo de curto prazo. Sempre houve uma cláusula de escape. Sabia-se que o governo não podia deixar o pessoal ficar brincando com especulação de câmbio, passando o dinheiro de um país para outro.

[INTERRUPÇÃO DA FITA]

2ª Entrevista: 13.03.1975

C.R. - Dos três instrumentos clássicos de política monetária, o primeiro, a reserva compulsória, tinha as implicações acima.

P.M. - Acerca da utilização das reservas compulsórias dos bancos comerciais no Banco do Brasil, como fonte... A não esterilização das reservas...

P.M. - Nós gostaríamos de ouvir os seus comentários sobre a utilização ou não desses três instrumentos clássicos de política monetária no período: redescontos, reservas compulsórias dos bancos comerciais junto ao Banco do Brasil, e as operações de *open-market*, que na época eram inexistentes, dada a inexistência de demanda por títulos do governo.

C.R. - Bem; primeiro, posso falar historicamente sobre as reservas compulsórias, levando em conta essas indagações aqui.

Com relação aos depósitos bancários compulsórios, o instrumento foi criado pelo Decreto-lei de 1945, que criou a Sumoc. Foi criado pela primeira vez no Brasil. Nós sabemos que é um instrumento de controle monetário relativamente recente e, como tal, foi inventado nos Estados Unidos. E, mesmo nos Estados Unidos, parece-me que foi utilizado pela primeira vez uns dez anos antes de sua criação do Brasil. Foi em 35 ou em 38 e, portanto, mesmo nos Estados Unidos, onde foi inventado, era de utilização relativamente recente. Foi com o entusiasmo dos relatórios americanos sobre a eficácia deste depósito que o dr. Bulhões o concluiu no projeto de Decreto-lei que redigiu para o governo, naquela época, criando a Sumoc, o embrião do Banco Central.

Devo notar algumas diferenças importantes com relação ao sistema americano, o *legal reserve requirement* dos bancos comerciais. O sistema americano, por ter informações mais completas, com base semanal, sobre a liquidez dos bancos, funcionou praticamente desde o início na base da média da semana ou da quinzena dos saldos diários dos depósitos e de caixa, o que dá bem mais flexibilidade ao instrumento. Ao passo que, no sistema brasileiro, esse recolhimento era devido com base na posição do fim de mês, podendo ser recolhido até o fim do mês seguinte. Depois reduziu-se isso para o dia 25, de modo que, com uma defasagem de 20 a 25 dias em relação ao fenômeno que se queria atingir com essa medida. Outra diferença fundamental é que, no sistema americano (que se pretende implantar um dia no Brasil), esse depósito pode ir a zero a qualquer momento; ele é disponível, ele não é depósito congelado; é um instrumento adicional de liquidez, que pode ser usado por um, dois ou três dias, desde que ele depois aumente a liquidez além da média, para que a média quinzenal dos saldos diários fique dentro. De forma que há uma assistência financeira embutida. Antes de ir ao redesconto, o banco utiliza o próprio depósito compulsório, saca e pode ir até zero.

Nós examinamos várias vezes, em vários governos, principalmente no governo Castelo Branco (de que eu participei), a possibilidade de dar essa flexibilidade ao depósito compulsório. Mas infelizmente não se conseguiu um sistema de informação bancário suficientemente eficaz e fidedigno, que desse às autoridades a tranqüilidade para permitir que o sistema bancário utilizasse até zero, num dado momento, sob o compromisso de restabelecer e manter a média para a semana ou para a quinzena. Isso refletiu, vamos dizer sinceramente, uma falta de confiança, não só na capacidade de informação estatística, mas mesmo no grau de cooperação das instituições financeiras privadas. O governo não quis correr o risco de um mal-entendido, de os banqueiros usarem toda a reserva, e depois não recolocarem, sob desculpas diversas. Isso poderia ter um impacto sério, prejudicial à política monetária. Então, talvez tanto ou mais do que a dificuldade de informação estatística, foi no fundo a falta de confiança no grau de cooperação do sistema bancário privado, embora isso jamais se tenha dito por escrito em lugar nenhum, nem mesmo, creio, nas atas do Conselho Monetário. Mas, nas conversas informais, o que se sentiu foi isso.

Então, o nosso é um sistema em que o depósito fica congelado, como se fosse uma aplicação ilíquida, totalmente ilíquida, até o momento em que a autoridade resolva reduzi-lo, ou então quando um banco individual tem uma queda - ele comprova a queda e obtém *pro rata* do valor caído, uma liberação. E os recolhimentos, como eu disse, são feitos numa defasagem de 20 a 25 dias. É o sistema que sempre esteve em vigor, muito seguro porque baseado em apurações contábeis, mas não muito flexível, não com a flexibilidade que ele deve ter.

Segui-se também o sistema americano (e não inglês) de o banco ter que manter o depósito compulsório, independentemente da caixa que ele queira ter em papel moeda corrente; independente dos depósitos voluntários que ele mantenha junto à autoridade - naquele tempo junto ao Banco do Brasil, onde estão até hoje -, para a compensação de cheques; independentemente da sua liquidez voluntária. Então, o depósito tornava-se realmente um ônus, porque não servia para resolver problemas de liquidez imediata, e levava `utilização maior do redesconto do que era necessário. Isso é um detalhe da sistemática de rigor, que tinha as suas repercussões, evidentemente, sobre a eficácia do instrumento.

Outro aspecto que tem sido muito mencionado é o fato de que, não tendo a Sumoc organização financeira própria, funcionando como uma dependência material do Banco do Brasil, na verdade não só os depósitos voluntários ficavam no Banco do Brasil, como os depósitos compulsórios. Eu mesmo usei este argumento muitas vezes como arma de discussão técnica - e política, também. O mais grave não é que os depósitos compulsórios fiquem no Banco do Brasil, embora isso seja inconveniente do ponto de vista de divisão de atribuições.

Depois que criamos o orçamento monetário... A técnica do orçamento monetário serve para duas coisas: a primeira e mais importante é para programar uma expansão, contração ou estabilidade; enfim, programar um comportamento quantitativo para os meios de pagamentos em um período dado, geralmente um ano, com distribuição mensal, semestral, trimestral. Em segundo lugar, para impor uma disciplina nas operações das instituições oficiais que lidam com grandes recursos, principalmente para o Banco do Brasil. Então, o orçamento monetário teve duas finalidades: primeiro, ser o instrumento de programação quantificada da política monetária e, evidentemente, depois um instrumento para a verificação, a conferência, o controle da execução (que alguns chamavam de camisa de força), para o Banco do Brasil e outras instituições que lidam com grandes recursos. Se aceitarmos a idéia de que o orçamento monetário é bem feito e é rigorosamente implementado, a rigor, a preocupação de que os depósitos compulsórios ou voluntários dos bancos fiquem ou não no Banco do Brasil passa para um segundo plano, e diminui um pouco o valor do argumento. Esse argumento tem sido utilizado pelo Banco do Brasil, até hoje, para dizer que estão exagerando a questão. Mas há outras conveniências além dessas. Mesmo o governo revolucionário tem conseguido botar o Banco do Brasil razoavelmente dentro do orçamento monetário. Portanto, não é mais verdadeira a noção de que, pelo simples fato de os depósitos compulsórios estarem do Brasil, o efeito monetário seja nulo. Pelo contrário, é maior do que (e essa era uma grande objeção que se fazia) quando a autoridade aumentava os depósitos compulsórios dos bancos comerciais, cujo coeficiente de multiplicação é menor do que o do Banco do Brasil. Ele mantém um encaixe, a proporção entre caixa e depósito maior. Quando se transferiram os recursos para o Banco do Brasil, ele como não tinha preocupação de caixa, utilizava esses recursos, quer dizer em primeiro lugar...

[FINAL DA FITA 3-A]

C.R. - Continuando; ele multiplicava a transferência para o Banco do Brasil; não apenas neutralizava o objetivo, os efeitos que se queriam objetivar com a medida do aumento

de depósito compulsório bancário, como até aumentava, porque o coeficiente de multiplicação do banco do Brasil era maior. mas isso nos velhos tempos da indisciplina completa, de pressões políticas de toda sorte em cima do Banco do Brasil.

A Resolução 108 (ou a Instrução 108, como se dizia naquela época), do dr. Gudin e do dr. Bulhões, determinando uma caixa própria da Sumoc, não para os depósitos compulsórios já existentes no Banco do Brasil, mas para aqueles que viessem a aumentar, esse era um começo de reforma do Banco Central, feito de forma ativa e de maneira eficaz. No começo, ele passava o controle monetário para a Sumoc. Evidentemente, este dinheiro, assim esterilizado na Sumoc, tinha um efeito mais moral do que prático porque, se o Banco do Brasil continuasse com acesso ao redesconto, de pouco adiantaria que esse dinheiro ficasse numa gaveta na Sumoc, quando o dinheiro ia pelo redesconto ao Banco do Brasil, para atender ao Tesouro. O aspecto era mais moral, mais educativo, do que 100% eficiente. Era preciso continuar controlando outras coisas para que aquilo tivesse eficácia. mas isso servia para chamar a atenção de que era preciso separar as coisas para a eficácia da administração.

O orçamento monetário surgiu historicamente, como um exercício estatístico, no Departamento Econômico da Sumoc e, anteriormente, no Departamento de Estudos Monetários e Financeiros, criado em 1953 ou 54, na administração do diretor José Soares Maciel Filho, e que foi instalado por mim. Como chefe, criei e instalei o departamento e chamei pessoas para trabalharem comigo e desenvolverem estatísticas e técnicas de análise monetária. Essas pessoas convidadas por mim, tornaram possível esse trabalho. Havia, por exemplo, o Paulo Pereira Lira, que tinha 22 ou 23 anos naquela época, aluno brilhante da Faculdade de Ciências Econômicas; o Eduardo da Silveira Gomes Júnior, que já se tinha formado; Basílio Martins, economista que veio do Fundo Monetário há pouco tempo. Esses foram os que trabalharam mais diretamente no esquema do orçamento monetário. Também tivemos na época uma ajuda muito boa do Alexandre Kafka, da Fundação Getúlio Vargas.

Na fase inicial, antes de pensarmos em orçamento monetário, pensamos - e foi aí a contribuição muito importante do Kafka -, numa consolidação das contas das autoridades monetárias brasileiras. Não havendo o Banco Central, a autoridade monetária estava pulverizada em vários órgãos, não se tinha noção de conjunto, e o nosso primeiro trabalho importante (além de apurar aquelas séries estatísticas básicas de meios de pagamento, créditos, etc.), o trabalho mais sofisticado que fizemos foi justamente a consolidação das contas das autoridades monetárias, para se ter uma idéia do banco central brasileiro hipotético que existia no meio daquela confusão. O que fizemos não foi apenas somar, mas eliminar as relações de débito e crédito internas das unidades que são consolidadas de forma a figurar apenas com suas relações de débitos e créditos com o exterior. Tivemos nesta consolidação o Banco Central misto. Então, dentro deste consolidado, separamos as contas típicas de banco central de outras contas que não são típicas dele, para então, dentro do balancete consolidado (que resultava num banco central misto), separamos as contas que eram típicas de banco central. E, confrontando recursos com aplicações, vimos qual o saldo líquido que estava alimentando as outras operações, e vice-versa. Foi nesse ponto que o Alexandre Kafka nos deu uma colaboração muito boa. Ele, com informações menos precisas mas com uma visão muito boa do problema, já tinha feito, com alguns auxiliares uma consolidação na Fundação Getúlio Vargas. Confrontamos as nossas idéias com o trabalho dele, vimos uma coincidência enorme e levamos adiante certos aspectos que

ele não tinha levado, por não ter tido tempo, elementos, ou acesso às informações que então tivemos. Tivemos sobretudo mais tempo para refinar a metodologia. Mas foi de fundamental importância para a consolidação o trabalho do Alexandre Kafka, naquele momento. Era nos idos de 1954, se não me engano.

Esse instrumento nos permitiu coisas importantes, além de separar o Banco Central implícito, dar ordenação àquelas várias autorizadas monetárias e ao Banco do Brasil, misturando com operações de outra natureza. Definir o Banco Central, deu-nos um instrumento de política monetária muito bom para analisar as causas da expansão e contração dos meios de pagamento, porque fizemos a consolidação das contas dos bancos comerciais e, depois, a consolidação do sistema criador de moeda, onde eliminamos ou ressaltamos, em contas separadas, as relações dos bancos comerciais com a autoridade monetária, a base monetária. Tivemos, então, uma consolidação final. E, pela primeira vez no país, se pode realmente fazer uma análise quantitativa direta das causas da expansão e contração dos meios de pagamento. Antigamente, o que se fazia era uma análise da estatística de meios de pagamento. Então, vinha aquela de meios de pagamentos, tinha-se a informação do déficit do Tesouro e, depois, tinha-se a informação separada do redesconto. Mas pela primeira vez, tivemos um balancete consolidado, fechando ativo com passivo. Depois, evidentemente, confrontamos posições em fim dos períodos e fizemos as variações. Portanto, a expansão dos meios de pagamento passou a ser uma variação do balancete consolidado do sistema monetário. Evidentemente, a variação de qualquer conta de um balanço é explicada pela soma algébrica das demais variações; é igual à soma algébrica das variações das demais contas. Então, pela variação das demais contas, explicamos as causas de contração e expansão dos meios de pagamento no período dado, analisando quais foram deflacionárias e quais foram inflacionárias.

P.M. - A partir daí, do que seria um tipo de análise *ex-post*, o senhor observava a variação...

C.R. - Daí partimos para a projeção, e veio o orçamento monetário.

P.M. - Um instrumento de política.

C.R. - Um instrumento de política, sim.

Feita esta metodologia partimos para o conceito *ex-ante*, que era então puramente *ex-post*. O conceito *ex-ante* é a previsão, já em termos de programação. Então, partimos de uma concepção do que é desejável em termos de expansão de meios de pagamento para o próximo período, para oferecer às autoridades um instrumento de controle. Admitimos uma certa taxa inevitável de inflação de custos, devido ao crescimento da economia, e então admitimos que, se permitíssemos uma certa expansão de meios de pagamento, partindo de uma concepção muito crua de que não haveria uma mudança estrutural importante na velocidade de circulação da moeda, ela teria aquele comportamento estacional, aquelas variações estacionais, mas haveria mudança estrutural importante a curto prazo. Faríamos pesquisas permanentes para detectar modificações estruturais e reintroduzir na programação. Daí, tiramos do orçamento monetário tetos para as operações das instituições financeiras oficiais, principalmente para o Banco do Brasil.

P.M. Havia poder para exigir o cumprimento?

C.R. - Até aí é metodologia, não é?

Levamos para o Conselho Monetário, o ministro gostou; o presidente do Banco do Brasil da época visivelmente não gostou.

A.S. - Quem era o ministro da época?

C.R. - Tivemos várias fases. A primeira vez que se levou isso a nível de ministro foi ao ministro Osvaldo Aranha. O dr. José Soares Maciel Filho, apesar das críticas que faziam, de que ele era um político que só se interessava por política, a verdade é que ele se entusiasmou com o trabalho, achou extremamente interessante e levou ao Osvaldo Aranha. O Osvaldo Aranha disse: “Olhe, isso é muito interessante, e tem um outro trabalho, feito pelo Banco do Brasil”. O Banco do Brasil tinha feito um trabalho testando separar as contas. Ele tinha uma equipe boa de contadores com ambição a economistas, e eles tinham feito uma separação de contas do Banco do Brasil. O coordenador desse trabalho era um rapaz extremamente sério, competente e dedicado. Na época, sua especialidade profissional era contador, mas tinha muito talento, e tanto tinha que fez uma carreira muito bonita no serviço público. É o José Lopes de Oliveira, hoje presidente do IRB.

Tivemos uma confrontação. O Osvaldo Aranha disse: “Bem, vamos ver. Já temos dois esquemas”. Evidentemente, o nosso esquema era bastante mais refinado do que o outro, mas não chegou a ser realmente adotado pelo Conselho Monetário, em termos de orçamento. Ficou como exercício nosso, como sugestão nossa, e depois, como ponto de referência para analisar a implementação e mostrar às autoridades que a expansão monetária estava excessiva. Ficou como instrumento de trabalho e de análise do Departamento Econômico da Sumoc.

R.G. - O pessoal que estava fazendo o orçamento monetário tinha perfeita consciência, no que se refere a expectativas inflacionárias? Quando se projetava o orçamento monetário...

C.R. - Eles tinham uma certa idéia; perfeita consciência já era demais. O ministro da Fazenda mudava de seis em seis meses ou, na melhor das hipóteses, de ano em ano. Era extremamente difícil você calcular a expectativa.

Por outro lado, a inflação não era tão violenta naquela época. Ela nos assustava mas, quando olhamos para trás hoje e vemos que nos assustávamos com inflação de 12 ou 15%, eu acho até graça. Mas nós nos assustávamos com o problema da aceleração da inflação porque, com a fraqueza política e a incompreensão dos problemas monetários, o processo inflacionário tinha tendência a acelerar, e sabíamos que, depois que adquirisse um certo impulso, seria extremamente difícil controlá-lo. Era fácil controlar quando a inflação estava em 12%; e era bem mais fácil, também, porque boa parte era uma questão apenas de botar um pouco de ordem no desperdício, no déficit de custeio, que era assunto político, e não na questão redução dos investimentos. O dr. Gudín, quando entrou, fez uma declaração que assustou muita gente: “Se for necessário, suspendemos as obras públicas. O país tem que pensar em termos de décadas e não de um ano”. Mas, a rigor, o que você pode cortar num programa de emergência são as

novas obras públicas. Dispensar gente é extremamente difícil. É muito mais desejável você cortar custeio do que cortar investimento, mas, infelizmente, é incomparavelmente mais fácil cortar investimentos do que cortar custeio. E, na prática, infelizmente, todo ministro que vinha, mesmo com as melhores intenções, queria reduzir as despesas de investimento e ficava lutando para reduzir as de custeio. Geralmente não se conseguia reduzir as de custeio, por razões políticas, e o esforço de contenção se fazia principalmente na redução de investimento - e assim mesmo de fôlego, pois vinha pressão geral para fazer as obras. Geralmente, todo programinha de emergência para reduzir o déficit cortava investimento, e não o custeio. São aspectos tristes do esforço.

Mas o dr. Gudín mais uma vez chamou atenção de que mesmo assim valia a pena um programa de emergência: “Afinal, o país não vai quebrar porque evitam-se novas obras públicas durante seis meses”. (Têm obras que não podem parar, porque já estão no meio e será um prejuízo enorme se pararem. Vão se evitar novas, para tomar fôlego e controlar a situação.)

A situação mundial na época não era inflacionária. Já tinha passado aquele pós-guerra, havia tendência de recessão, àquela altura, nos Estados Unidos, e não havia inflação mundial. As tendências inflacionárias eram muito bem controladas, embora com a Guerra da Coreia houvesse um recrudescimento de alta de preços, por questão de *stockpiling*. Mas não havia influências externas importantes no sentido de inflação. Os problemas não eram tão graves assim. Portanto, com um pouco de disciplina e continuidade administrativa poderia-se ter reduzido a taxa de inflação sem interromper o desenvolvimento econômico. Era essa a nossa convicção.

Ainda sobre o orçamento monetário, quando o dr. Bulhões assumiu, evidentemente falamos com ele sobre o orçamento monetário. Começou a pensar em transformar o Conselho Monetário num instrumento de política, e calculamos débitos para o Banco do Brasil. Infelizmente, o dr. Bulhões ficou relativamente pouco tempo. O dr. Gudín ficou menos tempo ainda, e estava muito preocupado com o controle do Banco do Brasil. Todo o mundo e até o Fundo Monetário sabia que, quando o governo apresentava os planos, ele dizia: E os senhores vão controlar o Banco do Brasil? Isso já era sabido no estrangeiro. Mas nem o dr. Gudín e nem o dr. Bulhões ficaram o tempo suficiente para controlar a situação, embora tenham tomado providências de emergência importantes. O dr. Whitaker também ficou pouco tempo, relativamente.

Veio o governo Kubitschek. Já durante a campanha de Juscelino, o Lucas Lopes, um homem de confiança e que gostava muito do Roberto Campos, convidou o Roberto para coordenar a parte econômica, uns seis meses das eleições. E eu, Dênio Nogueira, Lattini e várias pessoas fomos convidados para ajudar a fazer o Programa de metas e o programa de controle da inflação. Produziu-se um documento amarelo, que deve existir ainda, mas eu não sei mais onde é que está. Antigamente eu guardava tudo isso, mas perdi com o passar do tempo. Era o famoso documento amarelo em que se estabelecia um programa simultâneo de desenvolvimento econômico e combate à inflação. Não mencionamos o orçamento monetário neste documento; enunciamos os princípios gerais, apenas. Evidentemente, tínhamos a intenção de colocar em funcionamento o orçamento monetário, embora, creio, ele não tenha sido explicitamente mencionado nesse documento amarelo.

Nesse documento amarelo os senhores vão ver um gráfico de que eu ainda me lembro, e que dizia: “Ritmo dos investimentos globais”. nos dois primeiros anos de combate à inflação, tinha a curva dos investimentos muito modesta, e então subia nos outros anos; era a nossa forma de mostrar a necessidade de compartilhar os dois objetivos. E compatibilizar significava não ser muito ambicioso nos dois primeiros anos em matéria de investimento e, em parar o crescimento, dar prioridade à limpeza da casa em termos fiscais e monetários.

Aquele gráfico define a filosofia do programa, e acho que atende algumas perguntas que estão aqui. O gráfico define muito claramente o que está no texto. Nossas intenções, porém, não foram seguidas pelo governo. Fizemos o orçamento monetário, que não foi aprovado como orçamento monetário propriamente, mas como programa monetário; foram aprovados pelo Conselho da Sumoc, na época, débitos para o Banco do Brasil. Inclusive, calculamos a estacionalidade das operações das várias carteiras do Banco do Brasil. O presidente do Banco do Brasil na época era o dr. Sebastião Pais de Almeida. Ele jamais acreditou na metodologia do orçamento monetário e jamais escondeu o seu ceticismo com relação a esse instrumento. As reações em nível gerencial foram variadas. Alguns se opuseram porque achavam que era um absurdo, uma camisa de força; outros gostaram muito, principalmente os da administração geral, em nível de superintendência, e diziam: “Casemiro, há anos estamos atrás de uma coisa como essa. Nós temos um problema de limite para as agências; é preciso pôr limite. Como o Banco do Brasil trabalho com recursos do governo, e não com poupança ou recursos de depósito voluntários, não se pode dizer a cada um que se limite aos depósitos captados. Ou melhor, pode, mas na base da demanda. Ora, na base da demanda não se pode trabalhar. Então, é preciso ter uma quantificação desse tipo. Isso está ótimo, porque agora, partindo daí, nós podemos distribuir por agência. Para nós, é um instrumento formidável. Vocês agora produziram aquilo que queríamos, inclusive o argumento para tapar a boca dos gerentes: não pode passar do orçamento monetário”. Mas essa é a reação de gente que queria acertar, queria trabalhar, queria cooperar.

Finalmente, o orçamento monetário, ou melhor, a programação, esbarrou com a realidade política. As coisas não saíam como deviam, os déficits não foram reduzidos, outros problemas, surgiram, o governo cedeu politicamente em questão de salários, deu mais aumentos que o necessários, e não reajustou tarifas - isso ainda no começo do governo. Tivemos uma reunião melancólica já em 1956, porque os marítimos pediram um aumento muito superior ao do custo de vida, e o presidente da República, junto com o Parsifal Barroso, ministro do Trabalho, decidiu dar. O almirante Lúcio Meira, ministro dos Transportes e homem extremamente enérgico, disse: “Bem eu acho excessivo, mas isso de achar excessivo é com o ministro da Fazenda. O problema comigo é que eu tenho que aumentar as tarifas, porque as empresas, tanto do governo quanto as particulares, já estão em déficit, de modo que é muito simples: é só aumentar.” Aí veio a decisão política: não pode aumentar a tarifa. Disse ele: “Mas tem que dar aumento de salário e não pode aumentar a tarifa? Então, aumenta o déficit a ser coberto pelo governo”. Tivemos uma reunião dramática, em que o ministro da Fazenda, o Alkmin, foi contra; o Lúcio Meira foi contra. Veio o argumento a favor: "Isso é um compromisso da campanha eleitoral, vice-presidente João Goulart. Além disso, há uma pressão muito grande e vai haver revolta.. Disse o Lúcio Meira: “Revolta? Eu ponho a tropa lá e acabo com essa revolta. O governo dá o que é razoável, de acordo com o custo de vida. Ele pode dar um pouquinho mais, mas decidir contra aumento das tarifas...”

Então pediram-me que fizesse uma exposição, e eu comecei a falar sobre a gravidade do déficit que já existia e que ainda incluía um novo déficit; sobre a ineficiência, em termos de utilização de fatores da economia, desses subsídios; e que isso iria prejudicar o orçamento monetário, uma vez que, quando há um *cost-push* irreversível pelos salários, você tem que rever o orçamento monetário porque, se não, se tentar manter o mesmo orçamento monetário, quebra tudo. Eu estava no meio da exposição quando o ministro Parsifal Barroso disse: “Quem é esse jovem?” Disse o Alkmin: “É o Casemiro. Você não conhece o Casemiro?” Ele então me disse: “Moço, eu acho que o senhor pode economizar o seu fôlego. Isso é uma questão que já está decidida pelo presidente da República e o vice-presidente, e eu acho que não devemos perder tempo. A minha sugestão é a de que nós, os ministros, suspendamos a reunião, uma vez que a decisão já foi tomada de cima”. Eu disse: “Bem; mas eu queria então apenas gastar mais cinco minutos e comentar os efeitos que vão surgir daí; só isto”. Pediram que eu contasse. Eu expliquei isso, expliquei aquilo, que haveria distorção dos fatores da economia, que teriam que fazer outro orçamento monetário porque, se mantivessem aquele, quebrava tudo, e uma série de coisas.

Eu quero mencionar o seguinte em termos de orçamento monetário, atendendo à sua pergunta: com a revolução de 31 de março de 1964, redigimos a reforma bancária e monetária que criou o Banco Central. Resolvemos, com base na nossa experiência de muitos anos, colocar em texto de lei o orçamento monetário. A lei pela primeira vez menciona o orçamento monetário, como instrumento básico de quantificação de política, e a obrigatoriedade de ser feito e aprovado periodicamente pelo Conselho Monetário Nacional. Como daí a um ano podíamos não mais estar em nossos lugares, era preciso ficar o princípio na lei. Então, a diferença é que passou a ser, não uma sugestão de técnica ao ministro da Fazenda, mas um documento de vida legal. E ainda é uma obrigação legal do Conselho monetário, até que se mude a lei.

A.S. - Dr. Casemiro, quais eram, então, os instrumentos de controle monetário que existiam?

C.R. - Eu me dediquei um pouquinho mais ao orçamento monetário.

A.S. - Como se controlava...

[FINAL DA FITA 3-B]

C.R. - Quando se fala em controle, fala-se sempre em termos de conjunção da política fiscal, da política financeira, principalmente a própria questão do déficit de caixa do governo, com a política salarial. Definidas essas duas, você pode então definir as linhas mestras da política monetária e utilizar instrumentos de controle.

Suponhamos que o déficit de caixa do governo vai ficar tal como programado, e suponhamos que os reajustamentos salariais vão ficar dentro de uma base razoável, e a elevação do custo de vida, mais um pouquinho, por conta de aumento de produtividade. Sendo assim, não se vai duplicar sem mais aquela o salário, porque estraga tudo, não é isso? Partindo do pressuposto que se tomou conta direitinho da parte fiscal e que os salários vão ser revistos dentro de uma base razoável, você ainda tem uma expectativa

de *cost-push* - não se pode acabar em um mês com a inflação e com a taxa de crescimento -, e você então permite uma certa expansão no orçamento monetário. Mas, para ser atingida esta expansão, você precisa antes de mais nada impor disciplina aos órgãos oficiais, às autoridades monetárias ligadas ao governo, principalmente o Banco do Brasil, que ainda está ligado ao processo de criação de moeda. Então, você faz uma estimativa dos recursos não monetários que vêm ao sistema oficial, poupanças, parafiscais, confiscos (como o do café) e tira daí uma resultante. Dessa resultante, programamos a expansão monetária desejável. Um instrumento de controle monetário é o teto crédito do Banco do Brasil, porque, se ele disparar na frente, há duas hipóteses: ou ela dispara com poupança, ou com recursos que já estão no sistema. Então, não há expansão inflacionária maior (mas há o inconveniente de que ele pegue uma fatia maior do sistema financeiro, deprimindo-se o sistema privado).

Há um aspecto qualitativo aí muito importante, embora o quantitativo continue atendido. Eu acho que sempre esteve implícito a preocupação do Brasil não tomar uma parcela excessiva na programação do sistema financeiro. Sempre se procurou imprimir ao Banco do Brasil, de um modo geral, uma expansão semelhante à expansão dos meios de pagamento globais, exceto em assuntos de crédito agrícola, quando ele tem, sozinho, 90% do conjunto. Mas isto é outro aspecto. Se tudo funcionasse bem e se não houvesse surpresas especiais, você, a rigor, não precisaria utilizar o depósito bancário compulsório, não precisaria utilizar redescontos na programação global. Você utilizaria o redesconto apenas para um ou outro banco que tivesse um problema de liquidez, ou se o sistema estacionalmente precisasse de um pouco mais de dinheiro (os problemas estacionais também eram colocados na programação). Há faixas extras de refinanciamento para a produção. O sujeito recebe por nove meses a ser liquidado, com faixas extras de até 120 dias para comercialização, e os próprios meios de pagamento. O volume de crédito, sofre flutuações sazonais, e isto era embutido razoavelmente na programação. (Quando eu falo no orçamento monetário, estou falando do ano como um todo.)

Se tudo corresse bem, não seria preciso utilizar os depósitos compulsórios. Na prática, as coisas nunca saíam conforme previsto pelo programa. Às vezes o Tesouro, por pressões especiais, tinha que soltar dinheiro, isso antes da Revolução, muito mais do que estava prevista; e o que havia de dinheiro partia também do Banco do Brasil, que por sua vez apanhava o dinheiro na Carteira de Redesconto, levando papéis legítimos de redesconto. Dava a impressão formal de que o Banco do Brasil estava tomando dinheiro para a carteira agrícola, mas não se sabia até que ponto ele estava tomando o dinheiro para a carteira agrícola e para a carteira de crédito industrial; ele podia já ter esse dinheiro e, naquele momento, estar tomando para dar ao Tesouro. Em outras palavras, o déficit era sempre maior do que o autorizado pelo Congresso, sempre maior do que o previsto pelos assessores do governo.

Essa era a grande frustração. Então colocava-se com freqüência o dilema: deixando isto como está, ou tentamos compensar? Quem levava a culpa, quem pagava o pato eram os bancos comerciais, porque a primeira reação do assessor do governo era dizer: “Vamos reduzir o multiplicador dos bancos comerciais. Já que os políticos estão fazendo a besteira, vamos então reduzir o multiplicador”. Você reduz o multiplicador aumentando os depósitos compulsórios, e a expansão excessiva global é, então, menor do que a que seria se fosse o mesmo multiplicador. Mas isto era um remendo para ganhar tempo, para ganhar uma certa, que era a racionalização das finanças públicas nos

seis meses adiante. Era sempre a esperança que nunca morria no economista assessor do governo: “Quem sabe se, com o tempo...”

Na prática, o tempo ia passando, os erros se repetiam ficavam os depósitos compulsórios tão somente reduzindo o multiplicador. Mas funcionava, porque acabava havendo a expansão monetária excessiva, de qualquer forma. Eu estou me referindo à excessiva, porque a expansão programada, uma expansão desejável, pode ser perfeitamente provocada por um déficit do governo. É uma forma perfeita autêntica de colocar dinheiro em circulação, e não era isso o que estava errado. O que estava errado eram duas coisas. Primeiro, o fato de ser mais do que o razoável em termos de provocar uma expansão monetária aceitável. E estava errado porque era muito desperdício, e não apenas em obras públicas. Se ao menos os déficits fossem de obras públicas, o custeio estivesse equilibrado, e o déficit global gerasse a expansão dos meios de pagamento desejável para a economia, não haveria maiores objeções; era segurar dos outros lados, e pronto. Como o país está crescendo e sempre há alguma inflação, essa é uma forma perfeitamente autêntica de financiar o Tesouro pelo Banco Central, aumentando o papel-moeda em circulação, multiplicando para dar uma expansão monetária desejável.

O problema, repetindo, é que era mais do que o desejável, ou pelo menos, aquilo que nós achávamos desejável e que não era feito racionalmente: havia desperdício de custeio, má utilização de fatores, serviços públicos quebrados, demagogia das tarifas, ineficiência dos setores públicos.

Tentou-se anular déficits excessivos através do único instrumento mas, logo chegou ao máximo, tornou-se ineficaz. O máximo era 25%. Quando chegava a 20%, ele só podia tomar 25% na margem, o que era muito modesto. A vantagem do depósito compulsório é que, embora ele só possa ir até 25, 28 ou 30% dos depósitos, quando vai de 15% para 25% ele pode recolher 100% na margem. Aliás, não convém 100%, porque os bancos têm que guardar sempre uma proporção do aumento de depósito e liquidez. Mas você tira 15%, porque vai guardar como liquidez voluntária, e absorve 85% de qualquer aumento, no processo global de 15% para 25%. Isso tem uma eficácia de contenção enorme e, como só atinge os bancos que estão-se expandindo também torna-se mais suportável, embora talvez não muito justo para com os bancos mais dinâmicos. Mais suportável pelo sistema, porque não se obriga nenhum banco a reduzir o crédito, e os que não tiveram crescimento do negócio de depósito não recolhem nada na margem, e fica suportável. Fez-se muito isso. Jamais se quis contrair meios de pagamento. Falava-se em retirar de circulação, mas nunca se retirou nada. O que se queria era reduzir o efeito, a multiplicação da expansão do governo. (Nem era da expansão do governo, porque há uma parte da expansão do governo que é uma forma perfeitamente legítima de se botar dinheiro em circulação).

Agora, as frustrações eram que nunca se tomavam medidas básicas, não se racionalizavam as tarifas dos serviços públicos, não se atualizava a taxa cambial, induzindo distorções da economia. Só restava, a curto prazo, o recurso de reduzir o multiplicador do sistema bancário comercial privado, o que reduzia momentaneamente o impacto inflacionário do governo. Mas não era justo e nem era suficiente. Então, era uma história de fracassos sucessivos da programação.

A.S. - E o redesconto?

C.R. - O redesconto requer uma sessão especial. Eu sugeri uma reforma total do redesconto em 64, e foi aceita pelo Conselho Monetário Nacional.

O redesconto era um animal misto. Hoje tem o redesconto de liquidez e tem o refinanciamento oficial. Eu propus essa diferenciação, mas antigamente era um animal misto, era duas coisas. Um banco que tinha um problema de caixa e sanava em três, quatro ou cinco dias, peida um redesconto e levava o papel. Mas este papel era redescontado a 10%, e ele estava emprestando a 30%. De modo que o problema de caixa se resolvia, ele não liquidava, ficava quietinho, de 90 a 120 dias, já financiando expansão com dinheiro barato do governo. Uma das coisas fundamentais que eu fiz foi separar em linhas distintas, preços distintos e documentos distintos. Redesconto de liquidez devia ser por 15 dias, renovável por mais 15 e mais 15, desde que o banco, antes de cada vencimento, explicasse por que precisava de mais de 15; isso era caro, para ele não utilizar esse dinheiro para refinar suas atividades internas. E, depois, linhas de refinanciamento para a produção, que era 4% sem correção monetária. Mas aí tem que provar no papel que realmente financiou atividade, com comercialização em até 120 dias, e descontando um papel que comprovasse realmente que foi comercializado, naquela região do país, aquele tipo de produto (era só para certas épocas do ano e certas áreas do país, para atender o problema da sazonalidade, da necessidade interna). Com isso, separavam-se alhos de bugalhos na faixa de redesconto. Antigamente, até 64, era uma confusão belíssima.

A.S. - Era uma taxa única de redesconto?

C.R. - Era uma taxa única. Aliás, havia uma bobagem: promissória era 10%; duplicata, considerada um negócio sacrossanto, era 9%; para café era 7% - para comercialização era um pouco mais barato, e produção sempre foi barato, 4%. Mas o redesconto comum, não controlado, é que virava financiamento indiscriminado.

Havia certos momentos, como aconteceu este ano, em que o Tesouro não gasta nos primeiros meses e tem um superávit, o balanço de pagamento tem um déficit, e você tem uma contração na economia a curtíssimo prazo. O pessoal entre no redesconto, resolve, compensa e alivia. Até aí era muito legítimo. Mas, como o pessoal levava papel de 120 dias para o redesconto, daí a pouco o governo começa a gastar de novo, o balanço de pagamentos invertia, e o pessoal não trazia de volta o dinheiro. O redesconto era cremalheira: apertou a liquidez, solta o redesconto; folgou a liquidez, não devolve o redesconto. Não existia *open-market*; não era necessário o *open-market*.

A política de redesconto foi extremamente deficiente pela não pela não distinção suficientemente precisa entre o que era redesconto de liquidez e o que era refinanciamento. Havia faixas extras de refinanciamento para produção e para comercialização, e havia o redesconto comum, no redesconto comum, não havia redução de prazo e ele era barato. De forma que, nos momentos de aperto, subia o redesconto, mas não baixava quando folgava o dinheiro. As autoridades muitas vezes se preocuparam com isso, muitas vezes telefonavam aos bancos, sugeriam que liquidassem, e eles faziam ouvidos surdos. A autoridade ficava pedindo, ficava sugerindo ou tentando compensar por outro lado, mas o Tesouro continuava mandando brasa, de modo que não havia outras formas de compensar. Às vezes se fazia uma retenção do redesconto do café. Mas chega o momento que você tem que devolver, de modo que os instrumentos ficavam precários. O mais deficiente de todos foi o

redescoto, em termos do combate à expansão monetária, muitas vezes por falta de compreensão das autoridades que estavam no governo (isso historicamente) e dos próprios banqueiros, que viam sempre como instrumento de expansão: era um instrumento misto de liquidez, expansão dos negócios... Uma cremalheira danada: subia e não baixava.

P.M. - O senhor disse que não havia necessidade de operações de *open-market* porque, mesmo que hipoteticamente houvesse tomadores para os títulos do governo, a sua crítica era de que o déficit era excessivo, envolvia certas distorções na economia e não deveria sequer ser financiado por formas não inflacionárias do tipo colocação de títulos da dívida pública?

C.R. - Não; eu digo que o *open-market* teria sido útil, se existisse. Não havia crédito público; portanto, não podia haver o *open*. Mas um instrumento muito mais importante do que o *open* é o redescoto. Mesmo sem o *open* poderiam ter controlado melhor a moeda e o crédito através do redescoto. E foi muito deficiente; ele era de uma eficiência formidável, enorme, para atender a crise de liquidez, e não havendo a questão de cheque BB, não havendo *open*, a dependência do redescoto era muito grande, o que dava uma força enorme à autoridade, justamente pela dependência dos bancos redescoto. O instrumento é fortíssimo, mas foi mal administrado.

É claro que nem sempre a autoridade conseguia distinguir se a causa vinha da expansão do redescoto ou se vinha do Tesouro. O problema é que, momentaneamente, o Tesouro estava em ordem, e aí vinha a pressão dos negócios pelo redescoto. Até certo ponto era razoável atender. O problema era que depois folgava o dinheiro e o redescoto não voltava atrás. Ainda em 64 eu senti isso, quando assumi o Redescoto, pois já conhecia o fenômeno; senti e levei ao menos uns seis meses para conseguir mudar o redescoto. Nesses seis meses senti claramente - e já era o governo revolucionário, já tinha orçamento monetário e tudo. Eu fazia reuniões com os banqueiros e dizia: “Olhem, folgou a situação, está na hora de devolver. Devolvam”. Um ou outro devolvia, mas 95% não devolviam. Por quê? Estava um dinheiro barato. Aí eu vi que o *moral suasion* não funciona, não funciona mesmo! Quando é questão de dinheiro, você vai devolver um negócio em que você está ganhando uma diferença de juros que é uma beleza? Essa foi uma das razões por que tivemos que mudar mesmo, mudar para valer.

Bem; eu acho que temos que marcar aí um outro dia para continuar essa novela.

P.M. - E o senhor depois vai contar a história da ruptura com o Fundo Monetário.

C.R. - Ah! é verdade; a tarifa eu já terminei. Eu gostaria de falar um pouco mais sobre a reforma do redescoto, que eu tive de fazer, e o porquê. Isso é importante. Houve uma batalha feroz, e a oposição foi tão grande - isso já no governo revolucionário -, que eu quase perdi a parada. Chegou um momento em que o Roberto Campos e o Dr. Bulhões me chamaram ao gabinete e disseram: “Casemiro, acho que nós temos que mudar esse negócio aqui. Está certo um mês ou dois, mas a pressão está grande demais”. Perguntei: “Mas desde quando os senhores se impressionam com pressões?” Aí eles disseram: “A pressão vem de gente boa, dos melhores banqueiros deste país:”. Respondi: “Não obstante vir dos melhores banqueiros, eu já conversei com todos eles e não me convenci

dos argumentos. Não é questão de teimosia, mas estou profundamente convencido de que isto é válido e razoável. E o argumento, o único argumento que me apresentaram - e eu não aceito - é o de que amanhã pode vir um governo que não merece a confiança dos banqueiros e usar isso como chantagem em cima deles”. (O Jango, nos últimos meses, mandou suspender o redesconto aos bancos paulistas, como pressão política. Estava muito recente o fato ainda, e eles disseram: “Espere aí, vocês são formidáveis, são nossos amigos, gente séria, mas põe 15 dias aí, e amanhã vem um cara como o Jango, que nos obriga a liquidar”. Eu argumentei: Esta hipótese não pode ser aceita. Assim não se faz mais nada. Sempre que se fizer uma coisa mais rigorosa, isto pode ser modificado. Esse argumento eu não aceito.”

Mas, voltando à minha conversa com o Roberto e o Dr. Bulhões, eu disse: “Dr. Bulhões e Dr. Roberto; os senhores estão impressionados com esse argumento, o único que me foi apresentado. O resto todo é baboseira, não faz sentido. Em 90% dos casos, um banco que tem uma diferença de caixa, cobre dentro de 15 dias e, se não cobrir, ganha mais 15, mas explica! Não fica, como eu fico, com cara de idiota telefonando para banqueiro, pedindo, e ele dizendo que vai pagar antes do tempo. Aí nós não temos controle das coisas. Agora, se todos os bancos estão com redesconto estourado em 15 dias, aí nós teremos um fenômeno de liquidez mais sério; ou o governo está deflacionando por outro lugar, ou o balanço de pagamento... E, se não tem remédio automático, nós temos que liberar o compulsório, liberar dinheiro do governo em qualquer área, para eles poderem pagar o de 15 e limpar. Alguns bancos estão fora, outros dentro do redesconto de 15 dias, e podem estender. Agora, se todo o sistema está... Eles retrucaram: “É, mas o argumento...” Eu disse: “o argumento que me apresentam é o de que não é possível financiar com 15 dias a produção, com juros de 32%. Mas redesconto não é para financiar a produção. E, justamente para o sujeito não misturar com bugalhos, tem que ser 30% de juros, senão ele vai querer financiar a produção como redesconto de 15 dias e ficar renovado, como têm uns brincalhões que estão fazendo”. Eles disseram: “Mas têm uns que tiveram que renovar”. Eu disse: “Dr. Bulhões, tome nota: têm uns que estão renovando e bancando moleque; tome nota: esses bancos não vão muito longe”. Eram o Mineiro do Oeste, o Predial do Rio de Janeiro, uns três ou quatro. Nenhum deles mais existe, isso não serve. Um deles chegou lá e eu disse: “O senhor está há oito meses renovando os 15 dias no redesconto”. Ele renovava o Rio, liquidava em São Paulo e tirava em Belo Horizonte; mas consolidando o banco oito meses nos 15 dias estourados. Depois de 15 minutos de confabulações, o sujeito disse: “Ah, D Casemiro, o negócio é o seguinte: estamos modernizando toda a organização e tivemos que comprar um computador”. Eu disse: “Mas os senhores compraram um computador com redesconto de 15 dias a juro de 32%? Eu esperava uma resposta mais hábil dos senhores!”

I.B. - A sua argumentação de manter os 15 dias foi aceita nessa ocasião?

C.R. - Vou dizer na próxima vez.

Eu disse ao Roberto: “Isso é muito simples. O Conselho Monetário decide mudar a regra e eu deixo um parecer por escrito, meu voto contrário, dizendo que não aceito os argumentos apresentados. Mas, pelo amor de Deus, não se prendam por minha causa. Os senhores são homens de maior responsabilidade, são ministros e têm mais visão do problema. Agora, eu vou dar um parecer ao Conselho”. Eles exclamaram: “Não, Casemiro, assim não vai dar”. Eu retruquei: “Então não se faz” Eles disseram:

“Você está mais dentro do assunto do que nós E, se você não está de acordo, não se faz”. Eu disse: “Eu não estou de acordo”. Nós tínhamos o hábito de sempre tomar decisões ao mesmo tempo. Às vezes um cedia, outro cedia, eu cedi várias vezes, mas desta vez eu disse: “Esta não cedo; realmente não cedo. Chamem os banqueiros para uma reunião, para discutir no Conselho Monetário na minha frente” Inclusive meu amigo Gastão Vidigal foi chamado. Dei uma surra nele, uma argumentação de rachar.

P.M. - O Gastão também era contra?

C.R. - Era contra, e eu disse a ele: “Pelo amor de Deus, Gastão, você é um sujeito que não aparece no redesconto; é fanaticamente exemplar. Os outros abusaram e expandiram os negócios com dinheiro do governo, coisa que você nunca fez. Eu esperava essa atitude de todo mundo, menos de você. Isso foi inclusive para ser justo com os banqueiros que trabalham bem. Você não pode ser contra, porque você não é o tipo de banqueiro que abusa do redesconto” Ele disse: “Mas você sabe, os companheiros são todos contra, por causa daquele negócio com o Jango”. Eu disse: que negócio do Jango? Pelo amor de Deus! O dia que o seu banco precisar de redesconto, é só telefonar e o dinheiro vai antes de você assinar o papel”. O Boavista também ficou com receio.

Depois ele teve a prova que o sistema funcionava. Ele sofreu uma corrida injusta. Camaradas de dentro do Boavista, terrorista, telefonaram para os clientes, conta por conta, dizendo: “Seu fulano de tal, a sua conta tem um saldo de tanto aqui, não tem? Quem está falando é um funcionário do banco. Como eu tenho pena do senhor, estou lhe avisando para vir apanhar o seu dinheiro, porque o banco está quebrando”. Isso foi de dentro do banco.

P.M. - Em que ano foi isso?

C.R. - Foi em 65, se eu não me engano. O Boavista teve uma corrida de 13 milhões de cruzeiros, numa época em que ele era ultra-sólido, através dessa campanha. E o banco tem um nome, todo o mundo sabe que é um banco sólido, conservador. Mas esses camaradas lá de dentro - eram dois - conseguiram ter credibilidade.

Também houve coisas bonitas, empresas que souberam e disseram a ele: “Olhe, estou tirando dinheiro dos bancos tais, tais e tais, e estou depositando no seu banco. Eu soube que está havendo uma corrida, uma campanha, e é um absurdo”. Grandes empresas tiraram de outros banco e depositaram lá. Houve coisas desse tipo. E eles conseguiram impressionar muita gente. Eu disse ao Portela: “Portela, de quanto você precisa? E não fale em limite, rapaz. De quanto você precisa?” Ele disse: “Uns 13 milhões. Eu posso levar uma parte hoje e ...” Respondi: “Não essa, não. Você leva já, correndo”. Ele perguntou: “Você trouxe um *bordereau*? Eu disse: “Que *bordereau* o quê. Você assina uma nota promissória Deixa isso para lá. Você leva o dinheiro e me diz depois do almoço se precisa de mais. Um banco da sua categoria! Você sempre foi exemplar, nunca abusou. Um dia, você precisa... Para isso é que existe autoridade monetária. Você não tem prazo de 15 dias; isso é emergência, e te dou logo 30 dias de saída. No fim de 30 dias vamos conversar e, se você precisar de renovação, se o fenômeno continuar, nós renovamos”.

Com o tempo, os banqueiros foram-se aquietando.

A.S. - E esse sistema se mantém até hoje?

C.R. - Era uma coisa menor, sempre na base de capital e reserva e passei para o depósito de liquidez. Como o redesconto de liquidez é proporcional ao depósito do banco, deve ser proporcional, e não ao capital e reserva.

[FINAL DA FITA 4-A]

3ª Entrevista: 09.04.1975

P.M. - A pergunta que vou fazer ao senhor é a seguinte: no programa de estabilização monetária em 58, Campos e Lopes sugerem uma elevação de média anual de preços de 14 a 15%, tal como prevalecia nos dez anos anteriores a 58. O senhor comentou na entrevista anterior que hoje nós achamos graça de preocupações com taxas desta magnitude, mas que essa taxa criava tensões intoleráveis para a economia. (Essa é uma citação do programa.) O déficit do setor público e seu financiamento inflacionário eram apresentados, à época, como a causa e a razão principal das tensões inflacionárias na economia brasileira. Nós gostaríamos de ouvir opinião sobre essas causas desse processo inflacionário e, particular, se no seu entender havia alguma incompatibilidade entre a execução do Plano de Metas do governo Kubitschek e essa meta de estabilização de preços.

C.R. - Muito bem. Temos dois aspectos na taxa de inflação da época. Dado o sistema político de tarifas demagógicas de serviços públicos, e também de manutenção demagógica de nível artificialmente baixa da taxa de câmbio, do preço da moeda estrangeira em moeda nacional, a taxa de inflação da época não refletia exatamente a inflação potencial; não é comparável com as taxas que temos hoje. Acho que 15% naquela época era mais grave do que 30% hoje, com um sistema quase todo montado na base de correção monetária, em que as distorções na economia são bastante minimizadas. Portanto, não devemos subestimar os 15% do Brasil naquela época - e sabemos que 15% na Europa e nos Estados Unidos são muito mais graves do que 30% no Brasil, pela falta do instituto da correção monetária. No Brasil, não só havia falta do instituto da correção monetária na época, mas havia uma política deliberativa, de demagógica, de reprimir artificialmente lá em baixo certos preços fundamentais, o que gerava distorções sérias na economia. Não havia a defesa da poupança pela correção monetária. Havia em estímulo ao superendividamento, ao sobreendividamento, porque a primeira tendência é sempre a taxa de juros tornar-se negativa, pelo menos em uma fase inicial, havendo o desestímulo à poupança, o superendividamento e distorções na utilização de fatores.

Como é aqueles 15% impressionavam tanto? Primeiro, por causa desses fatos, eram graves do que 30% hoje, segundo, porque havia o perigo de esses processos crescerem cumulativamente e se agravarem mais. O terceiro aspecto é que é muito natural a tendência de comparar taxas anuais, e 15% em um ano, como eu já disse, talvez sejam mais graves do que 30% hoje. Há outro aspecto grave: é que isso ficava anos a fio sem solução, de modo que, por exemplo, a taxa de um período em que não houve correção cambial e que não houve correção adequada de tarifas públicas, isso

pode cobrir três ou quatro anos e, se somarmos tudo, dá uma inflação ostensiva, registrada, de uns 50%, e uma inflação potencial parcialmente reprimida de muito mais.

Isso é para explicar por que achávamos que o assunto era realmente grave na época e, à primeira vista, a percentagem é um tanto ridícula. Por exemplo, o presidente Juscelino tinha de público feito uma declaração de que, no resto do governo dele - faltavam dois anos e meio -, ele não faria uma modificação de taxa cambial. Até aí não parecia sério, porque ninguém anuncia se vai fazer, Mas ele pretendia realmente não fazer nenhuma modificação de tarifas de serviços públicos. E justamente a fase final do seu governo foi a mais desequilibrada em termos orçamentários, com expansão de créditos, etc. Nós podemos ter uma idéia do que era - e acho aliás que é um estudo extremamente útil e que ainda não foi feito -, fazendo um levantamento da época e tentando estimar a inflação potencial reprimida, ainda que grosseiramente, e somar cumulativamente, através do tempo, este *lag* resultante da falta de atualização, ou da atualização insuficiente de preços básicos na economia.

Mencionei a demagogia das tarifas de transporte aéreas Houve um momento em que elas chegaram praticamente a se equalizar com as de transporte interurbano por ônibus, aumentando a demanda para compra de aviões no exterior, uma demanda artificialmente inflamada. Tudo isso eram fatos extremamente graves, como a ineficiência das empresas públicas (hoje elas são padrões de eficiência, ou quase padrões de eficiência, mas naquela época eram de uma ineficiência enorme, eram fontes de empreguismo, etc.). De modo que tudo isso contava como pano de fundo para a preocupação. Havia muito de política de inflação corretiva, também, não apenas com a preocupação de preços, mas inflação corretiva, e isso estava implícito em várias recomendações do programa.

O outro aspecto era o da compatibilização de dois objetivos teoricamente incompatíveis nos seus termos extremos: combater com rapidez a inflação e promover o desenvolvimento econômico. A compatibilização se entende em termos de acordo de meio termo, até que ponto sacrificar um em favor do outro, porque são incompatíveis no sentido de que operam no sentido inverso. Todos nós sabemos, a eficiência cada vez maior de combater a inflação é negativa do ponto de vista do nível de atividade econômica e do crescimento. Então, são políticas que agem no sentido inverso. O problema é de gradação e de opção entre os tipos de combinação a fazer entre as duas coisas, que tipo de ênfase dar. Decidiu-se na programação que era tão importante arrumar a casa para poder desenvolver bem, que se aceitou um nível de investimentos mais modesto nos primeiros dois anos, quando haveria maior ênfase do combate à inflação. Daí aquele famoso gráfico do documento amarelo, em que, apanhando por quinquênio, a curva de investimentos totais começava assim e depois fazia isto. Os dois primeiros anos eram de combate à inflação Aliás, está escrito em cima: “combate à inflação:.. Houve uma decisão

P.M. - Não elevar o nível de novos investimentos públicos.

C.R. - Exato. Públicos e outros de um modo geral. Aí era o nível global de investimento. O investimento público, era muito importante não elevá-lo muito nesses primeiros dois anos, sacrificando o impulso do desenvolvimento. Haveria algum, mas não um impulso brilhante. Fizemos isso em favor de um combate mais eficaz à inflação, não apenas em termos de índice geral da inflação e de remoção de distorções,

prejudiciais à utilização dos fatores, mas para termos melhores condições de depois acelerarmos o processo de crescimento.

P.M. - O senhor disse que essa foi a sugestão apresentada ao presidente Kubitschek?

C.R. - Sim.

P.M. - No entanto, 56 foi o ano que acusou o déficit mais elevado da década de 50 no setor público, enquanto proporções da receita. Isso significa que houve abandono das sugestões do documento amarelo? O déficit do setor público tinha duas origens. Uma era essa o senhor chamou à atenção, o financiamento do déficit das empresas de serviços públicos, Rede Ferroviária Federal, etc., empresas que tinham déficits extremamente elevados e que eram financiados pelo Tesouro. Mas parte do déficit do governo era também destinado a financiar esses programas de desenvolvimento, como o Plano de Metas, por exemplo.

C.R. - Eu não me lembro mais das quantificações - é preciso pesquisar tudo de novo -, e não posso dar uma impressão quantificada do que era, mas o que eu senti foi que, embora houvesse essa preocupação em ter uma curva ascendente, havia também uma preocupação qualitativa no que diz respeito às finanças públicas. Era importantíssimo reduzir os déficits de custeio muito mais do que sacrificar as obras públicas essenciais. O que parece, o que se sentiu. é que o governo fez as duas coisas. O próprio presidente se entusiasmou e promoveu a aceleração dos programas de metas, porque tinha um espírito construtivo, um espírito otimista, etc. Ele não foi bem sucedido na contenção do desperdício de custeio, de redução dos déficits, por razões políticas. mas não quis deixar de fazer o que era essencial e até fez, talvez, sem a cautela recomendada inicialmente. Mas sobretudo, não se fez esforço válido nenhum em reduzir o déficit. Com exceção da rede ferroviária, e com muito cuidado

Aliás, não existia rede ferroviária ainda; ela foi criada, acho, naquela época, também por sugestão, como parte do programa de racionalização: reunir tudo numa rede ferroviária nacional, em uma só companhia, e reduzir o custo através da uniformização de equipamentos e eliminação de ramais ineficientes. Mas fez-se relativamente pouco para reduzir os déficits. Havia os problemas políticos bastante conhecidos Só para fazer um parênteses, no caso da rede ferroviária, houve um momento em que o déficit da rede era 1/3 do déficit de caixa total, uma brutalidade! A reforma do sistema ferroviário brasileiro, de forma muito simples e esquemática, tinha duas etapas. Uma era eliminar os ramais deficitários, pura e simplesmente erradicá-los - fácil do ponto de vista técnico, difícil do ponto de vista político; o segundo, refazer as linhas, reestruturar e modernizar, porque a nossa rede ferroviária foi montada no fim do século passado e início deste século, uma época em que não tinha transporte rodoviário, não havia caminhão - não digo que não houvesse estradas, mas não havia em parte nenhuma do mundo, nem nos Estados Unidos, transporte rodoviário no sentido importante da palavra; não tinha, e o transporte de passageiros era deficiente. De modo que representou um progresso no transporte de passageiros e de cargas, e as linhas foram preparadas para a estrutura econômica do Brasil da época, e para resolver problemas de transporte de passageiros de médios curso e custo, médio sobretudo, apenas. Era uma estruturas de 50 anos que estava aí, ultrapassada, ineficaz. Já tinham sido construídas rodovias, já havia transporte da indústria automobilística, absolutamente eficazes para transporte a média distância, perfeitamente econômicos, de carga e de passageiros. Persistia a rede ferroviária por

saudosismo, inércia e pressões políticas locais; uma excrescência. Tinha de eliminar área de curto *range*, pôr toda fora, ficar só com o tronco central, que vai para longe - o resto, acabar mesmo, porque a solução era cara. Não era questão de competição, não; era inadequado. Era uma solução certa há 50 anos atrás

Agora, a segunda etapa, mais difícil, que acabou não sendo feita adequadamente e a que agora se está dando uma ênfase importante, era refazer e modernizar troncos e algumas extensões necessárias. Naquela fase era relativamente simples - do ponto de vista técnico - erradicar, fechar estações. Só isso dava uma redução brutal no déficit. Mas houve resistência política, e cada vereador daquelas cidadezinhas por onde a rede ia deixar de passar, vinha fazer pressão política no governo para não tirar. O governo era muito sensível a essas coisas. Era a predominância do irracional, do sentimental, da política imediatista, sobre a solução racional, óbvia. Infelizmente fez-se muito pouco na época para reduzir o desperdício e o déficit do custeio, e o presidente não quis sacrificar as metas. Então, os déficits foram enormes.

IB. - Será que foi levado em conta o aspecto de absorção de mão-de-obra pela rede ferroviária? Eu estava vendo outro dia que ela tem 120 mil funcionários. É um negócio incrível não é?

CR - Isso existe em todas as redes ferroviárias do mundo, em maior ou menor grau, mas a nossa tem muito. Os Estados Unidos têm mais, porém

P.M. - Mais funcionários por quilômetros, digamos assim.

C.R - Ah! Tem mais. Os Estados Unidos têm o *feather-bedding*, como eles chamam lá.

I.R. - Há um milhão de pessoas que dependem...

C.R. - Lá é por barganha coletiva, o problema de o sujeito continuar desempenhando uma função que existe historicamente e que não tem mais. Os Estados Unidos têm um irracional até hoje, por pressão dos sindicatos. Tem funções que não existem mais, como a de foguista. Os Estados Unidos não têm foguista. É irracional. Não é que ela não possa competir; é que ela não compete nos termos adequados. Então foi realmente um déficit. Deste o início começaram as decepções dos técnicos que organizaram e sugeriram ao presidente. Mais do que o sacrifício do objetivo da inflação, medida pelo índice geral de preços, foi a não redução do desperdício na medida adequada. Fez-se alguma coisa: uma reforma cambial. Aliás, não foi bem reforma cambial; fez-se um expressivo reajustamento da taxa cambial, o que ajudou um pouco a combater o problema do déficit do balanço de pagamento. Houve alguns ajustamentos cambiais no início de 56 e 57. O governo começou com algumas reservas cambiais, sem atrasados, o que vinha de 55, da austeridade do Dr. Gudin e da alta de preço do café em 54-55. Eram algumas reservas razoáveis; mas não eram fabulosas.

Em 57 houve um começo de desaceleração na inflação. Esse é outro aspecto interessante de quantificar. (Acho que o Mário Henrique andou trabalhando nisso, de forma muito rápida pelo menos.) Sentimos isso na época. Em parte foi uma espécie de *open* através do câmbio. O ministro da fazenda descobriu que, quando há déficit no balanço de pagamento (que houve já em 57) e o governo utiliza as reservas, vende aos importadores os dólares e absorve cruzeiros. Isto é deflacionário, é uma espécie de *open*

pelo câmbio. Em vez de vender letras do Tesouro, ele vende o câmbio. Tem o mesmo efeito anti-inflacionário em termos de reduzir a base monetária. O ministro Alkmin, na época, fez isso.

P.M. - Deliberadamente?

C.R. - Sim; deliberadamente, embora talvez não conhecesse todo o mecanismo de análise. Mas ele estava preocupado com que a taxa de câmbio não crescesse muito, para não ter efeito de custo. O raciocínio era errado. Nós tínhamos que ajustar a taxa para defender o balanço de pagamento, e suportar algum efeito, se houvesse; mas ele e o presidente estavam preocupados em não fazer outras desvalorizações cambiais, porque que tínhamos forçado um pouco. Aquela época ainda era a dos leilões de câmbio. Ele aumentou a oferta nos leilões e começou. O diretor de câmbio na época, o Paulo Pook Correia, passou a não dormir à noite. As reservas que ele estava guardando para emergência mais sérias começaram a ser gastas para fins de efeito positivo de custo.

Acho que o efeito de meio de pagamento não foi muito bem percebido pelo governo. O governo vendia o ágio e botava ágio no bolso, embora ele fosse para uma conta. Na época, tinha o ágio sobre a taxa oficial, que se formava em termos de oferta e procura no mercado, leilão de câmbio. No final era um leilão de autorização de câmbio, porque a taxa era fixa, a sobretaxa, a taxa declarada ao Fundo. então, o governo tinha uma entrada líquida de recursos e sentiu que isso aliviava a caixa.

P.M. - O saldo líquido da Conta de Ágio e Bonificações.

C.R. - Isso foi uma espécie de *open* efeito com o câmbio e, combinado possivelmente com o aumento da oferta de bens vindos do exterior, propiciado por essa maior quantidade de câmbio colocado, teve dois efeitos positivos, imediatos, mas de curto fôlego. Reduziu a oferta monetária e aumentou a oferta de bens importados.

P.M. - Mas isso não foi mais que contrarrestado logo depois pelos outros dois principais componentes da expansão da base: empréstimos do Banco do Brasil ao setor privado e o déficit do Tesouro?

C.R. - Ah! foi. Talvez a oferta de bens tenha influído mais do que o efeito sobre a base monetária, que foi anulado por outras coisas. Mas o fato é que, num dado momento em 57, sentiu-se uma tendência à desaceleração, uma folga dos preços. Isso teve um psicológico positivo de curto prazo. Se bem aproveitado, talvez tivesse valido o sacrifício do combate à inflação. Mas como não foi aproveitado, o efeito sobre a base monetária foi anulado pela desregramento na área fiscal e pela expansão de crédito do Banco do Brasil. De modo que restou apenas o efeito positivo de curto fôlego, o aumento da oferta de bens pela importação.

Logo adiante, esgotadas as reservas cambiais, entrava o país em dificuldades. Começou-se a sentir isso já em 59, 60, quando o governo começava a renegociar no Fundo alguns empréstimos além do que tinha sido programado no início do governo. Quando o governo assumiu havia algumas reservas; mas havia uma incidência de pagamentos da dívida pesada, foi feita uma renegociação e a dívida foi adiada - negociação apenas parcialmente bem sucedida, porque o Banco Mundial se recusou a financiar os projetos brasileiros, preocupado com a inflação. Nós então tiramos

ostensivamente os projetos e os levamos todos para o Eximbank, que órgão do governo americano, onde obtivemos financiamento. Mas, com o passar do tempo, foi-se tornando cada vez mais difícil, na medida em que nossa situação era criticada pelo Fundo Monetário e mesmo por brasileiros, observadores daqui, e a credibilidade para negociações se reduzia fortemente.

Qual é o outro ponto da sua pergunta?

P.M. - O senhor tinha prometido falar alguma coisa sobre o rompimento de relações com o Fundo em 59. Eu presumo que esteja ligado a essas negociações para o reescalonamento da dívida, às atitudes do Fundo quanto à inflação e aos dispêndios governamentais.

C.R. - As negociações com o Fundo foram-se tornando extremamente difíceis, porque passaram aquele crédito inicial do primeiro ano e a boa impressão causada pela apresentação técnica dos programas do governo brasileira - o que era uma novidade para a época, pois acho que talvez nenhum país da América Latina apresentasse programas de governo com aquela qualidade, aquela metodologia, planos plurianuais, prevendo para vários anos. E as figuras de Roberto Campos e de Lucas Lopes causaram uma impressão muito boa e deram um crédito de confiança em várias áreas.

Mas isso foi-se desgastando com tempo, à medida que o governo Juscelino, sem sacrificar as metas, não tomava providência para o equilíbrio do balanço do pagamento. Equilíbrio não, porque não, porque não se pensava em equilíbrio nas transações correntes, mas em poder mostrar aos de fora que não se estava provocando um equilíbrio artificialmente, através de inadequada política cambial, por uma expansão excessiva do crédito. Tinha-se autoridade para pedir aquilo que era razoável para financiar déficit de transações correntes. Isso é uma coisa perfeitamente esperável de um país em processo de desenvolvimento. Mas perde-se a autoridade quando se começa a misturar naquele déficit, que seria perfeitamente justificável, distorções e exageros oriundos de puro *mismanagement* monetário e fiscal. De forma que o crédito lá fora ficou cada vez mais difícil e cada vez mais dependendo do Fundo Monetário, cuja opinião era cada vez mais restritiva em relação ao Brasil.

Em condições normais, já há dificuldade de conversar com o Fundo Monetário; já havia, naquela época, mais do que hoje, por causa de uma certa ortodoxia monetarista, bem intencionada mas muito esquemática, no Fundo. E, de acordo com a sabedoria convencional da época, havia certas coisas que tinham que ser feitas, em termos de política monetária, por pessoas que tinham-na estudado nos livros. Alguns tinham vivido um pouco do problema na Europa, mas se recusavam ver o problema estrutural da América Latina. A CEPAL ficava gritando seus argumentos, mas ninguém os ouvia em Washington. A CEPAL também prestou os grandes serviços com a argumentação que apresentou, que foi um instrumento de barganha, de argumentação política dos países da América Latina. Mas, justamente porque ela sempre assumiu uma posição política muito definida, os argumentos técnicos perdiam também um pouco do mérito e da receptividade técnica. Como eles tinham muito *parti-pris* e tomaram uma posição de crítica violenta e contundente ao Fundo Monetário, deixaram de ter aquela influência que podiam ter tido e que o Prebisch teve durante muito tempo.

[FINAL DA FITA 4-B]

C.R. - Em condições normais de pressão e temperatura, dialogar com o Fundo já era uma parada. Agora, dialogar em termos da política que o Juscelino estava implementado a partir da metade do governo, isso praticamente inviável. Nós, os técnicos, nos recusamos a entregar os pontos e aceitar a inviabilidade, e ficamos nos esforçando para aproximar as duas pontas. Conversamos em Washington, chamando a atenção para o fato de que, afinal, estávamos falando em termos de Brasil, não de um governo passageiro, e que o governo passageiro estava fazendo muita coisa útil. Havia problemas políticos que eles não tinham condições de julgar em Washington, e o governo brasileiro jamais delegaria ao Fundo Monetário as suas funções de administrador e a sua faculdade de decidir da oportunidade de certas medidas fundamentais que afetavam nossa economia. Combatemos algumas idéias que achávamos simplistas demais em termos de controle monetário.

Mas, por outro lado, ficava muito difícil defender coisas obviamente erradas que estavam sendo feitas aqui no Brasil. Com o tempo, foi-se formando uma imagem em Washington. Periodicamente, iam pessoas aqui do Brasil, economistas bastante quistos lá, defender posições brasileiras na base da advocacia econômica. Eles eram recebidos sempre com muita simpatia, como um colega que tem que defender uma causa difícil, mas não ao ponto de não conseguir convencê-los.

Como eu disse da outra vez, essas discussões foram-se tornando cada vez mais difíceis, até que houve um ponto em que precisávamos fazer mais uma negociação no Fundo e sacar um dinheiro. A propósito do pedido de saque, tivemos que apresentar a política brasileira - e o importante nem era o saque, que não era tão grande (apenas era $\frac{1}{4}$ da *tranche* da nossa cota). Já era a segunda ou terceira proposta da *tranche*. (No Fundo Monetário, quem saca sobre a *tranche* de ouro, saca o dinheiro por telex, porque está sacando o seu próprio ouro; mas, quando saca a primeira *credit-tranche*, tem que fazer um *statement of policy*.)

Ainda no tempo do ministro Alkmin, quando negociamos no exterior (aliás, eu negociei pessoalmente), escrevemos um *statement of policy* de uma página, que foi aceito para sacar a primeira *credit-tranche*. Mas para a terceira *credit-tranche* já era preciso apresentar uma justificação mais ampla, dentro do modo de se proceder, porque então já se percebia que havia um desequilíbrio mais importante na economia, e o Fundo não é (e nem poder ser) um sistema em que o mundo saca automaticamente e não diz para quê. Aquilo é uma cooperativa de crédito, e não dão dinheiro para jogar fora. O princípio em si é muito certo: o sujeito sacou sobre o próprio ouro, é automático; na primeira *credit-tranche*, você faz um *statement of policy*. A partir da segunda ou da terceira a coisa fica mais séria, tem que discutir. E chegamos a esse ponto.

P.M. - Isso dói em 58?

C.R. - Sim, em 58. A situação já estava extremamente difícil. O presidente tinha feito a declaração e, do ponto de vista político, ele achava que seria confessar. Fazer uma crítica ao próprio governo já não tinha mais aqueles efeitos favoráveis de 57. Já estavam acabando as reservas, os déficits continuavam sem solução e o reajustamento do salário mínimo era em bases demagógicas, realmente com poucas perspectivas.

Depois, era muito grande a pressão política sobre o presidente, da parte de João Goulart, que exigiu, segundo eu estou informado, a demissão do Roberto Campos, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Segundo me dizem (não tenho nenhum documento, mas comentaram comigo na época) o presidente relutou muito mas cedeu à pressão de João Goulart e pediu ao Roberto Campos que se demitisse. Para o Lucas Lopes, ministro da Fazenda, isso era um desprestígio. Sem falar na passeata contra o Roberto Campos, feita por gente da pior espécie e que o presidente recebeu no palácio. Exibiram *slogans* contra o Roberto Campos e estava uma situação insustentável.

Ele era muito difícil e não pedia demissão, porque tudo era para desprestigiá-lo. Era teimoso, continuou lutando, e o presidente acabou solicitando que ele pedisse demissão. Afinal, veio a demissão e, a partir desse momento, o Lucas ficou profundamente frustrado, magoado com o Juscelino, extremamente preocupado com tudo, o que talvez explique por que ele teve um enfarte.

Eu estava numa negociação final e o Lucas tinha dito a mim e ao Paulo Pook Correia, que fomos negociar: “Vejam se podem chegar a um acordo com este homem (era o Per Jacobsson), mostrem as dificuldades que estamos levando aqui no Brasil. Ele tem que nos ajudar, pois somos o último reduto da racionalidade. Para os outros, para o resto, pode ser naquela base. E não sejam puristas demais. senão não se conserta isso. Eu já obtive o máximo que podia do presidente, e estou sentindo inclusive que ele está com vontade de brigar com o Fundo. Isso será um belo bode expiatório, do ponto de vista político. De modo que essa é mais uma razão para se chegar a um entendimento em termos que convenham ao Brasil e que possam ser executados. Não adianta estar prometendo coisas que depois não se executem”.

O Lucas tinha muita preocupação a este respeito. O Alkmin tinha sido criticado por ter prometido ao Fundo uma série de coisas que não tinha a mínima intenção de cumprir. (Isso virou anedota, mas não acho verdadeiro, não, porque eu participei das negociações; é uma caricatura.) *O staff* do Fundo é muito competente e não aceitaria uma baboseira qualquer, Mesmo que houvesse intenção de o ministro fazer uma brincadeira de mau gosto e escrever qualquer coisa que não pretendesse cumprir, evidentemente não seria aceito pelo Fundo Monetário. Diga-se a favor do ministro Alkmin, ele resistiu muito às pressões políticas para gastar o dinheiro, resistiu muito a acabou sendo posto na rua pelo próprio amigo, o presidente Juscelino, por causa do café. E há aquela — ela famosa carta do Alkmin ao Fundo, de que Carlos Lacerda e muita gente mais fez *blague*. Há muitos anos eu não vejo essa carta. Seria um bom exercício ler de novo. É uma carta em que se apresentava a política monetária, fiscal, e anti-inflacionária brasileira.

P.M. - Em que ano foi isto?

C.R. - Isto foi em 57. Foi a virada do café, em que pela primeira vez se mencionou no Brasil - e a primeira vez foi a mais difícil - o confisco do café na exportação. O governo estava prevendo safras importantes, o preço ainda estava bom, ele é quem tinha que comprar o excesso para não derrubar o preço e precisava de recursos não inflacionários, para poder comprar ordenadamente os excedentes. Só havia uma forma de fazê-lo: retenção na cambial de exportação, ou o que se denominou de confisco cambial pelos opositores da idéia. Diga-se em favor do ministro Alkmin que ele viu que, do ponto de

vista político, era uma coisa altamente negativa, uma bomba tremenda, e ele aceitou. Foi invenção de técnico, mas ele não via outra saída, como anunciou na carta, e foi a primeira vez que o Brasil se falou realmente em confisco, que eu saiba. Ele não usou a expressão confisco, evidentemente, mas falou na retenção de parte da receita de exportação com vistas à compra do excedente.

Por razões políticas, ele considerou a carta confidencial e não divulgou - as relações do Fundo com os países membros são confidenciais. O país tem que dizer uma série de coisas ao Fundo; nunca diz tudo nessas cartas, mas diz algumas coisas que não quer que venham a público, porque seria criticado e até poderia, pelo próprio fato de anunciar anular o efeito esperado. Alkmin, então, não quis divulgar a carta, e correu o boato grosseiro de que ele tinha prometido nessa carta entregar a Petrobrás ao Fundo Monetário Internacional, uma coisa grosseira e que foram dizer ao Carlos Lacerda. Olhem se Alkmin ia falar em Petrobrás por escrito, ou mesmo a inteligência do Alkmin.

Mas o Lacerda acreditou nisso. Ele era deputado atuante na Câmara, estava na auge da atuação e exigiu a divulgação da carta, achando que tinha um trunfo para derrubar tudo. Se o Alkmin tivesse realmente prometido a entrega da Petrobrás, seria um negócio de arrasa-quarteirão. O Alkmin não queria que publicasse, para que o pessoal do café não soubesse que estava-se planejando o confisco. Ele não mostrava a carta, e dava a impressão de que tinha alguma coisa grave e tinha realmente, o confisco do café, que ele não queria espalhar. Já estava tudo preparado para puxar o gatilho quando entrasse a safra de 57-58; se não me engano, uma grande safra. E havia programa de combate à inflação, para arranjar recursos e comprar o excedente. Os conselheiros políticos vieram e discutiram: publica, não Publica. etc.

O Alkmin, depois de muitas meditação, achou uma fórmula salomônica e mandou dizer ao Lacerda o seguinte: “Eu não posso esconder essa carta do Congresso, porque o Executivo não pode ter segredos para com o Congresso. Agora, essa é uma carta reservada, a nível dos três poderes do governo, de forma que, se o deputado Carlos Lacerda vai receber essa carta como membro e tem direito a ler, se ele quiser dar aos jornalistas para divulgá-la, são exclusivamente de sua responsabilidade as repercussões sobre o interesse do Brasil, aqui e no exterior”.

P.M. - Passou a bola para o Lacerda.

C.R. - O Lacerda, quando leu, se desinteressou do assunto. Não tinha nada que ver com o petróleo, nem direta e nem indiretamente, e, não sei por quê, não quis explorar a questão do café. Ele, como homem, político, deve ter sentido o que ali havia, mas se desinteressou; leu e não deu divulgação. Os outros partidos também leram e não deram divulgação à famosa carta.

Alguns cínicos da época inventaram uma anedota - não era verdadeira -, em que diziam que tinham perguntado ao Alkmin, e essa carta que você para o Fundo?” Ele disse: “Olhe, essa carta, quem escreveu foi o Casemiro e o Paulo Pook. Eu nem sei inglês! Eles me trouxeram, e eu assinei. A carta é do Casemiro e do Paulo Pook”. Isto foi uma maldade, realmente, porque não foi isso. O que ele disse, no debate que teve com o Lacerda, antes de entregar a carta, foi o seguinte: “Vocês estão curiosos, mas essa é uma carta escrita pelos meus técnicos, em discussão com os técnicos do Fundo Monetário. Depois de muita discussão, chegou-se a um entendimento. Eu examinei as

implicações políticas da carta, e é uma carta que qualquer ministro, no meu lugar e naquelas circunstâncias, teria assinado. Eu não gosto de assinar cartas, vocês sabem muito bem, mas, sem assinar aquela carta não se chegaria a um acordo com o Fundo”. Interpretaram maldosamente de novo: “Se, para obter dinheiro do Fundo, é preciso assinar uma carta...” Mas não foi essa a intenção, e ele várias vezes me chamou para explicar: “Olhe, está correndo um boato maldoso a nossa respeito, sobre a carta. Eu quero reiterar o que já disse”, e explicou à assessoria técnica que jamais jogaria a responsabilidade de ministro nas costas de um assessor: “Seria uma indignidade. O que eu quis dizer - talvez eu tenha me expressado mal -, é que a carta foi mostrada basicamente numa discussão da minha assessoria técnica, do governo brasileiro, com a assessoria do Fundo. Não aceitei algumas coisas e propus mil e umas outras, mas é basicamente um documento que surgiu da discussão técnica. Realmente há limitações de ordem política, não é exatamente o que os técnicos queriam, nem de lá, nem daqui. Mas, repito, qualquer ministro na minha posição teria assinado essa carta, porque é tecnicamente certa. Se foi politicamente inexecutável ou não, isso é o outro aspecto”. Esta foi a explicação do anedotário que surgiu na época, com relação à famosa carta do Alkmin.

P.M. - Ela nunca foi dada à público?

C.R. - Não.

P.M. - E o senhor não tem um exemplar, hoje, já passados quase 20 anos?

C.R. - Eu guardei essas coisas todas, mas à medida que mudava de lugar, fui fazendo uns amarrados, e hoje eu tenho uma série de papéis amarrados em Petrópolis. Um dia eu tenho que pegar isso tudo e começar a ver. Não tenho muito lugar para essas coisas, mas eu acho que guardei esta carta. Em todo caso, existe um registro no Banco Central, que tem toda a correspondência com o Fundo Monetário, sem exceção, inclusive a famosa exposição do Roberto Campos sobre a taxa flexível de câmbio, feita em 56, e que foi extremamente interessante. Embora o registro seja muito sucinto, ele também faz parte de documentação oficial.

P.M. - Ele não é aberto ao público, não?

C.R. - Não, ao público não; agora, qualquer investidor pode pedir autorização ao Banco Central.

P.M. - O arquivo da Sumoc que fica com o Banco Central?

C.R. - Ficou com o Banco Central, como agente do governo para negociações com o Fundo Monetário Internacional e com o depósito do Fundo; era a Sumoc e é agora Banco Central.

Também não guardei a primeira lei brasileira que tratou de correção monetária, mas ainda pode-se obter aí, porque foi publicado no *Diário Oficial*. Foi sugerido por mim ao ministro Alkmin, aplicável às obrigações do tesouro.

P.M. - Eu já vi referência a isso.

C.R. - É. Foi redigida por mim e, depois de pronta a lei, pedi que o ministro Alkmin mostrasse ao Dr. Bulhões, que era membro do Conselho Nacional de Economia. Minha sugestão era de que os coeficientes de correção monetária fossem fixados pelo Conselho Nacional de Economia, órgão independente que naturalmente estaria baseado nos trabalhos da Fundação. O Dr. Bulhões ficou de acordo e deu uns retoques nessa lei. O ministro Alkmin mandou para o Congresso, e eu me lembro de que (acho que já fiz até essa referência numa conversa nossa) ele disse: “Olhe, vou incluir um item de 15% desses recursos para dar assistência financeira aos estados e municípios”. Eu reagi muito fortemente contra: “O senhor já está distorcendo o instrumento. Vai oferecer dinheiro a estados e municípios?” Ele disse: “Casemiro, tenho que fazer, por duas razões. Primeiro, porque os déficits dos estados e municípios estão pesando no governo federal. Segundo, se eu puser isso, o projeto passa voando na Câmara. Todo deputado e senador está interessado, porque é um pouquinho de dinheiro para seu estado. Assim, o projeto passa voando. Agora, se só interessar ao governo federal, é capaz de ficar arquivado e vai ser uma luta danada. Além do que, do ponto de vista de caixa, eles já estão pesando em cima de mim”.

I.B. - Isso foi em 58 também?

CR. - Isso foi em 57. Eu concordei, e realmente passou às carreiras no Congresso. Mas o Alkmin já estava para sair, a coisa já estava começando a deteriorar e resolvemos, os assessores, não falar no assunto, deixar arquivado. O Gérson Augusto da Silva era muito pessimista: “Casemiro, isto é uma arma de dois gumes. Nós partimos do pressuposto de que isto era para restaurar o crédito público e financiar não-inflacionariamente o déficit do governo. Ele vai gastar o déficit e vai gastar esse dinheiro também. E há o risco de que esse instrumento tão interessante se desmoralize antes do tempo e perca a sua oportunidade histórica de se firmar”. Eu acabei-me convencendo do argumento, não falei mais no assunto e não se chegou a programar a emissão. Sentimos que não era a hora.

P.M. - Mas o projeto já havia sido aprovado?

C.R. - Ele foi aprovado e transformando em lei, tendo quase certeza disso.

P.M. - Então não foi aplicado?

C.R. - Não foi aplicado. Tenho a impressão de que houve algumas emissões, mas, se eu não me engano, foram colocadas em depósito compulsório de banco - se chegou a funcionar. Acho que houve emissões (mas eu preciso verificar) ainda sem correção monetária. Podia ser com ou sem correção monetária, por autorização legal. O que havia de novo era poder fazer com correção monetária. Mas foram feitas ainda sem correção monetária e colocadas nos depósitos compulsórios. Eu me lembro de que houve receita orientada para os bancos, para estados e municípios, mas não me lembro de emissão com correção monetária. Só se fez já no tempo da revolução, oito anos depois.

R.G. - Sem precisar fazer uma nova lei?

C.R. - Não; fez-se uma toda nova. Mudou-se a denominação, refinou-se o critério, deu-se o nome de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional e refinou-se a técnica de

cálculo. Nessa altura, o Conselho Nacional de Economia não existia mais, e já havia idéia de uma aplicação mais ampla do conceito de correção monetária.

A preocupação com a correção monetária já existia naquela época, os economistas já pensavam nisso. Eu me lembro de que o Valentim Bouças, em 56/57, era assessor do Ministério da Fazenda, e o negócio principal dele era a Olerith, se eu não me engano. Ele era o representante da IBM. Ele me disse: “Casemiro, estou fazendo grandes loteamentos na ilha do Governador e em outros lugares, e quero vender isso a longo prazo. Mas como é possível fazer contrato a longo prazo nesse país, se não se sabe qual vai ser a taxa de inflação? Qual é a sugestão para se conseguir fazer? Por que, senão, eu dou de graça esses terrenos todos”. Eu disse: “Vem aí a correção monetária para manter o poder de compra estável”. Ele perguntou: “Mas baseada em quê?” Eu disse: “No índice geral da Fundação”. Ele indagou: “Mas posso : “Não pode, porque é ilegal. Nós precisamos de uma lei, pois está em vigor a lei de usura”. Ele continuou: “Mas que tal se a gente sugerisse um projeto de lei?” Eu disse: “É questão de perguntar, tentar falar com o ministro, com o presidente da República, conversar”.

Mas o assunto não progrediu, porque não havia quem tivesse coragem política de tocar na lei da usura. Ela era intocável, quase tão intocável quanto a Petrobrás. É impressionante; ainda hoje há quem a respeite e ela está em vigor. A meu ver, ela só foi derogada parcialmente com a reforma que criou o Conselho Monetário Nacional e deu poderes para ficar as taxas de juros a serem cobradas nas operações de crédito das instituições financeiras.

P.M. - Entre particulares ela ainda continua?

C.R. - Ela continua entre particulares; entre empresas não foi derogada, porque ninguém, nenhum deputado, queria assumir o ônus político de aumentar o juros a favor do usuário e contra o povo. Isso é explorado politicamente pelo opositor político, que alega que se está a serviço das classes exploradoras, contra o povo. Ninguém é politicamente louco de defender esse negócio.

Acompanhei isso durante anos, junto a políticos. É um assunto intocável, a lei da usura. E apesar da correção monetária, apesar da lei, apesar da remuneração da caderneta de poupança. É claro, 99% das operações de crédito são feitas por instituições financeiras e, para estas, foi derogada. Mas durante muito tempo houve interpretações restritas, mesmo já dentro do governo revolucionário. Isso se nota nas resoluções da antiga Sumoc e do Conselho Monetário que, quando estabeleciam tabela de juro para bancos, estabeleciam juros e comissões máximos de tanto, muito embora a lei de usura dissesse: juro e comissão não pode passar de 6% ou no máximo de 12%, o dobro. Mas havia a preocupação na redação de todas as resoluções da Sumoc de, até 12%, falar em juro e tudo o que passasse de 12%, falar em comissão. Na própria contabilização dos bancos durante anos, juro era 12%, e o que excede era contabilizado como comissão, para não criar problemas futuros. Inclusive do ponto de vista prático, se quebra uma empresa, se ela está em dificuldade, vem o advogado e diz: “Só pago 12%, pois mais do que isso é contra a lei da usura e está ilegal, e não é uma lei que tenha sido revogada”. Inclusive do ponto de vista de cautela do banqueiro, e assim mesmo não muito tranquilizadora; é impressionante o que isso atrasou a racionalização do sistema. E ainda não desapareceu de todo.

P.M. - Desculpe-me voltar ao problema anterior, mas o senhor sugeriu que, apesar da carta do ministro Alkmin ter sido secreta, o fato é que o senhor cafeeiro teve conhecimento de que se planejava algum tipo de alteração na política cafeeira e, em 58, se não me engano, o ministro Lucas Lopes teve que chamar o Exército para controlar umas marchas.

C.R. - Exato, porque o ministro Lucas Lopes colocou em vigor as alterações, porque já era a grande safra.

P.M. - O ministro Alkmin saiu por conta desse problema do café?

C.R. - Saiu por pressão do setor cafeeiro, segundo se comenta nas áreas políticas. Não tenho nenhum documento comprobatório, mas o que ouvi nas áreas políticas foi que ele saiu por pressão do café, porque sendo incompetente na condução da política externa do produto. Essa foi a justificção. Mas acham muitos que a invenção do confisco do café teria contribuído muito para isso, e o Lucas Lopes sentiu fortemente esta reação, que vinha da lavoura e era expressa por muita gente de peso. Para citar apenas um nome, o Dr. José Maria Whitaker, banqueiro de maior prestígio, era contra.

Talvez fossem contra, inclusive, porque não confiavam nos governos quanto à aplicação dessa retenção. O princípio era racional e inventado pelos técnicos, mas o problema político era outro. Com o passar do tempo, houve muitas reclamações, porque esta cota de retenção não ia automaticamente para a lavoura. Como era instrumento de combate à inflação também, às vezes era retida por tempo indeterminado e depois, com grande atraso é que retornava à lavoura. Em parte, o dinheiro retornou através da compra de excedente, mas os excedentes ocorreram em certas áreas e não em outras. a redistribuição não foi perfeita e uniforme à lavoura no seu todo, mas não necessariamente às mesmas pessoas. O sistema de preços teria redistribuído melhor, mas havia o interesse de, primeiro, combater a inflação, comprar esses estoques brutais com recursos não-inflacionários; e segundo, defender a política de preços do Brasil - uma das mais coerentes no Brasil, historicamente, é o imediatismo da política cafeeira, o desleixo das considerações de médio e longo prazo. E isso tem sido uma tendência de longo prazo, a desconsideração das conveniências de longo prazo.

P.M. - O ministro Severo Gomes há uma semana atrás comentou sobre isso na televisão.

C.R. - O próprio Delfim, que escreveu um trabalho sobre isso, quando chegou sua vez, procurou maximizar a receita do ano. Na hora é importante maximizar a receita cambial do país. E, agora, a crise do petróleo mostrou que o esforço de maximizar a receita tem alguma justificção, embora não fosse previsto. Estava até causando um problema de inflação com o aumento de reservas. O fato é que nos deixou em melhores condições de enfrentar o problema de balanço de pagamento, aproveitando a crise do petróleo. Mas foi sempre assim, abrindo o guarda-chuva para o resto do mundo. Há certas constantes: mudam as administrações, muda a filosofia, muda a qualidade de governo, mudam as pessoas; mas o imediatismo da política cambial cafeeira é uma constante.

P.M. - Dr. Casemiro, 1959 parece ter sido o ano chave da manifestação desse lado político: a saída do Campus do BNDE, a saída do Lucas Lopes, a entrada do Sebastião Paes de Almeida do Ministério. Eu queria saber se o senhor continuou dando sua contribuição técnica ao Ministério da Fazenda após essa mudança. Pela primeira vez o

saldo líquido da Conta de Ágios e Bonificações se torna, de uma fonte positiva de recursos do governo, numa fonte negativa. Desaparecem os recursos que o governo absorvia através do saldo da conta. O senhor poderia falar rapidamente sobre esse período de aparente deterioração da situação econômica, que vai de 59 até 61, quando, com a nova administração, se procuram de novo as políticas de liberalização do comércio exterior?

C.R. - Isso foi o período de fim de governo. O próprio presidente da República, segundo me parece, achou extremamente difícil impor regras austeras à execução do orçamento, devido às pressões políticas. Ele procurou não sacrificar as metas do desenvolvimento, mas, pela falta de boa administração financeira, perdeu condição de negociação no exterior e de continuação da assistência financeira externa necessária para conseguir o financiamento do desenvolvimento. Então, naquilo que dependia de recursos externos, ele continuou mandando brasa com recursos internos e agravou os desperdícios. Ele, então, tomou determinação de não mudar as taxas cambiais - o que agravou o balanço de pagamento, porque a inflação continuava -, e de não alterar as taxas de serviço público - o que agravou as distorções setoriais.

Após a saída do ministro Lucas Lopes por causa do enfarte, na transição de governo, Juscelino resolveu romper publicamente com o Fundo. Reuniu pessoas importantes no Palácio Laranjeiras - gente do Congresso, banqueiros, economistas das mais variadas tendências, diplomatas -, e fez uma reunião enorme em que expôs a situação e pediu uma opinião. Na minha convicção, ele já estava absolutamente decidido brigar com o Fundo. Estava evidente.

P.M. - O Fundo estava numa posição irredutível quanto à política?

C.R. - Eu acho que falei a respeito disso na vez passada.

A.S. - Houve um impasse, então?

C.R. - O impasse surgiu porque eu apresentei, juntamente com o Paulo Pook Correia - que aliás ocupava na época um cargo mais importante que o meu, o de diretor do Banco do Brasil, enquanto que eu era assessor do ministro da Fazenda -, a explicação da política econômica brasileira. Como eu era assessor econômico do ministro, a explicação econômica ficou a meu cargo. Hierarquicamente, o Paulo tinha uma função mais importante, era diretor de câmbio e membro do Conselho de Sumoc. Eu fui encarregado de fazer a apresentação técnica do orçamento monetário e, como eu disse da vez anterior, chegou um ponto em que senti que ganhei a discussão no Fundo, com o Per e seus assessores. Eu mostrei que as medidas já adotadas e as que iam ser adotadas, em termos de fluxos de recursos e influências sobre a base monetária, davam uma expansão de meios de pagamento tolerável em função de uma certa taxa de crescimento e de uma certa inflação inevitável. Discutimos enormemente as bases de cada cálculo, de cada projeção. Foi uma discussão tremenda, passei umas três semanas pelo menos discutindo, sendo bombardeado pelos técnicos com tudo quanto é pergunta, os pressupostos de cálculos etc. Mas no final a parada estava razoavelmente ganha, em termos de documento. Eu e o Paulo Pook Correia fizemos um apelo ao Per Jacobsson para que ele fosse razoável, e transmitimos o apelo do Lucas Lopes para que ele não fosse exigente demais, porque acabava não se obtendo nada. Eu disse mesmo: Olhe, o ministro vai dizer que o senhor está aqui, confortavelmente instalado em Washington, achando que

não é suficientemente, mas que o senhor devia estar no Brasil, para ver como é que estão as coisas e qual é o problema. O presidente da República tem que tomar decisões políticas, e o senhor não pode tomar decisões políticas aqui em Washington”. E discutimos, até que chegou o momento em que ele disse: “Olhe, a sua demonstração monetária está convincente, mas não podemos concordar ainda”. E aí ele apresentou um argumento que eu esperava que ele não apresentasse. No fundo, nossa preocupação era algo que nós dizíamos ao presidente, aqui...

P.M. - Distorção de preços relativos?

C.R. - Exato; distorção de preços relativos. Ele disse:” Isto lhe assegura que a expansão global de meios de pagamento, e possivelmente a taxa de inflação vai-se colocar dentro de um nível razoável. Mas os senhores estão agravando as distorções de preços relativos, e nesta parte eu vejo que a coisa está piorando. O se presidente anunciou aos jornais...”Eu estava negociando lá quando o pessoal recebeu o recorte do jornal. Eu ainda falei com o Juscelino, e ele me respondeu: “Realmente falei nisso. Não vou fazer, e diz a esse pessoal aí que eu não faço. Ainda não dá para nós chegarmos a um acordo”.

Mas eu disse ao Per Jacobsson: “Eu lamento profundamente. O momento é grave. Eu quero lhe pedir a atenção. Não estou carregando na mão, não estou querendo impressionar, mas eu estou realmente preocupado e, pelo que vejo, este é o fim da linha para os dois lados. O governo não vai além disso, e eu acho que o senhor devia ser razoável, porque o presidente repetiu o apelo ministro, que teve um enfarte, para que o senhor aceite e seja razoável”. Ele disse: “Olhe, eu simpatizo imensamente com a situação do ministro, lamento profundamente que ele tenha sofrido um enfarte. É possível até que tenha sofrido o enfarte por causa dessas coisas que eu estou lhe dizendo. ele é um homem competente e sábio, mas eu não posso. Embora os países mandem aqui, o Fundo Monetário é uma entidade supranacional; não é uma entidade política nacional, que pode negociar em termos políticos. Embora ele não possa ser totalmente insensível ao problema político, o Fundo não tem a flexibilidade de um governo americano, francês ou inglês. Com toda a honestidade profissional, eu não me sinto em condições de aceitar. Lamento muito. Agora, eu acho que o senhor não deve desanimar. Volte, fale, tente convencer e melhorar um pouco essa proposta do seu governo”. Eu disse: “Olhe, essa é a última tentativa; não estou blefando”. O Per Jacobsson retrucou: “Não, senhor; eu me recuso a acreditar”.

Telefonamos ao presidente Juscelino, eu e o Paulo Pook, e ele disse: “Olhe, não quero mais conversa. Vocês voltem, e não se conversa mais no assunto”. Voltamos e eu fui então a essa famosa reunião no Laranjeiras.

P.M. - Isso foi no começo de 59?

C.R. - Não, foi ainda em 58. Foi na saída do Lucas, ainda em 58. O Sebastião Pais de Almeida assumiu ainda em 58, eu tenho a impressão.

P.M. - Não, foi em julho de 59.

C.R. - Já em 59?

P.M. - O Lucas entrou no segundo semestre de 58.

C.R. - Então está certo; é 59. E o Sebastião ficou de 59 até março de 61; está certo. Mas estavam nessa reunião cerca de 30 pessoas: Celso Furtado...

P.M. - Ele estava lá como o quê?

C.R. - Como convidado do Juscelino. ele estava na Sudene naquela época e, por recomendação do Roberto Campos, ele tinha sido convidado para ser diretor do BNDE. Ele ficou apenas formalmente como diretor do BNDE, podendo dedicar-se exclusivamente a assuntos da Sudene ou ao órgão que precedeu a Sudene. Eu não sei o nome, mas era um primeiro órgão. Celso Furtado estava lá. Se não me falha a memória, também compareceram Cleanto de Paiva Leite - era diretor do BNDE ou chefe de gabinete do Lúcio Meira -, Sete Câmara, um homem do Itamarati, Horácio Lafer e vários outros.

[FINAL DA FITA 5-A]

C.R. - Eu acredito que a decisão já estava tomada. Juscelino perguntou por perguntar. Mas um fato curioso é que todos os presentes, exceto eu, ficaram de acordo com que ele brigasse com o Fundo.

P.M. - O senhor fez uma exposição da situação a que se tinha chegado?

C.R. - Tive uma discussão rápida com o Celso Furtado, que não estava com muita paciência para conversar sobre o assunto.

P.M. - O Roberto Campos não estava presente?

C.R. - Não foi convocado. Ele já não era convocado para mais nada a essa altura, não era ouvido. E eu fui o único a tentar pesar os prós e os contras. O Celso foi contra, com uma certa irritação: “O pessoal do Fundo é de uma estupidez enorme, um monetarismo vesgo! Essa gente, exigindo coisas impossíveis, não tem sensibilidade política nenhuma e eu acho que deve-se brigar”.

R.G. - O Paulo Pook estava presente?

C.R. - O Paulo não foi à reunião. Não sei se ele estava viajando ou se tinha outros problemas, mas não foi à reunião. E eu disse para o Celso: “Discordo de vocês, e discordo de vocês todos. Isso não quer dizer que eu concorde com o Fundo. Na verdade, o Fundo Monetário não recusou. Eu tive uma discussão em nível técnico com o *management* e com o *staff*, e o Per Jacobsson disse que não podia me apoiar. todos os países fazem o seguinte: quando sentem que não tem apoio do *staff*, faziam a via sacra e visitavam os representantes dos países que votam. Mas sentimos, ao conversar com os outros países, que o pessoal estava apoiando o *staff*, os europeus e os demais. Então, não havia jeito de fazer uma intriga e dobrar o *staff*, ou botar o *board* contra o *staff*. Embora os americanos estivessem um pouco preocupados, pois têm mais sensibilidade para assuntos do Brasil, também não iam ao ponto de desprestigiar o Per Jacobsson e

derrotá-lo. Ele é muito bom economista, tem muito prestígio pessoal, e a praxe é essa: quando não se consegue o *staff*, não se corre o risco de uma recusa frontal”.

Eu expliquei esse aspecto de copa e cozinha do Fundo aos presentes, expliquei que a recusa era a nível técnico informal, com a sugestão de que se continuasse a procurar uma solução. Declarei que achava o rompimento altamente inconveniente para o Brasil, para as suas negociações futuras, e eram muitos os problemas de endividamento externo, na Europa e nos Estados Unidos. Uma briga pública e ostensiva com o Fundo não seria nada construtiva, e propus que se pusesse uma pedra sobre o assunto. Se o presidente não queria dialogar com o Fundo, era de seu direito interromper o diálogo. Havia uma saída política muito boa: tinha havido apenas um diálogo em nível técnico, não tinha havido o problema de dizer que o Fundo recusou; não houve recusa. Deixei muito clara essa distinção, mas não teve o mínimo efeito sobre os presentes. Alguns chegaram ao ponto mesmo de achar que havia conveniência em romper publicamente com o Fundo, para acabar com essa predominância, essa ingerência indevida do Fundo nos assuntos dos países latino-americanos. De forma que nem essa saída tática lateral que eu sugeri teve receptividade, sendo que, da pessoa do presidente Juscelino, a impressão que se tinha era de que ele queria aproveitar o Fundo como bode expiatório. Era uma saída política de excelente rendimento, dizer que o que estava ocorrendo de ruim no Brasil era por culpa do Fundo Monetário.

P.M. - O senhor não acredita que o presidente tivesse nenhum tipo de assessoria técnica para esses assuntos na época? A decisão no final era essencialmente política?

C.R. - A técnica que havia era contra o Fundo. Os economistas conhecidos que foram consultados (como o Celso Furtado, que tinha uma posição conhecida contra o Fundo) não adotaram, no momento, nem sequer uma atitude ponderada. A atitude do Celso Furtado foi bastante crítica em relação ao Fundo Monetário. Ele disse que vinha acompanhando a atuação do Fundo em outros países latino-americanos e que era a mesma coisa: o Fundo ignorava os problemas políticos dos países, era prepotente, sentado lá em Washington, ditando coisas de política monetária simplista, não tinha sensibilidade por problemas de desequilíbrio, e o melhor era dar uma lição a essa gente mesmo, alguém começar a brigar com o Fundo para mostrar que não éramos subalternos. Então, ele não só não aceitou a minha colocação da questão, do ponto de vista econômico, não tomou conhecimento, como levou para o campo político e apoiou o presidente, inclusive numa briga mais ostensiva. Talvez ele estivesse preocupado com posições táticas ou políticas para a América Latina e achasse que isso teria uma repercussão construtiva, na medida em que o Brasil arrostasse o Fundo. Mas infelizmente, o Brasil estava arrostando o Fundo sem razão, porque tinha péssima administração financeira. Se fosse numa outra época, poderia ter sido uma posição de liderança na América Latina, no sentido de consertar o Fundo. Durante o governo revolucionário ganhou-se a autoridade, e muita coisa que o Fundo impunha nós não aceitávamos. O Fundo acabou concordando com várias coisas não com tudo. Mas aí tínhamos autoridade para falar, e o governo de Juscelino não tinha autoridade para falar; esse é que era o problema.

P.M. - Não estou bem lembrado, mas, nessa época, o governo Frondizi aceitou as recomendações do Fundo, como o plano base de estabilização do fundo, e parece que foi muito utilizado.

C.R. - Ah! Sim, é verdade. Foi um argumento importante, usado inclusive pelo Juscelino. Parece que o problema de estabilização na Argentina foi rigoroso demais. Eu nunca tive tempo de estudar mas, quando um dia eu tiver tempo, vou estudar os documentos da época. Quando a gente diz rigoroso demais não quer dizer necessariamente errado. Foi rigoroso em termos da factibilidade política, e esse era o ponto fraco do pessoal do Fundo. Eles realmente não levaram em conta o problema de que uma austeridade excessiva, ainda que tecnicamente justificável, podia levar à queda dos próprios administradores que a estavam impondo.

Então, vejam que aí há uma distinção importante, há dois aspectos perfeitamente distintos: um, o mérito em si da política monetária, dentro da questão fundamental de até que ponto é justificável sacrificar por um período o nível de emprego e de crescimento, para consertar a casa e ter melhores condições de desenvolver - esse é o ponto de vista do Dr. Gudin, que tem-se batido há 50 anos por isso. Ainda outro dia ele escreveu um artigo sobre o assunto. Ele se batia muito na época sobre isto, dizendo: “Não se mede um país pela administração de um ministro e nem por um período eleitoral, mas por décadas”. Essa questão do nível de emprego e de taxa de crescimento se torna rapidamente intocável, cada vez mais, em todos os países, não só no Brasil.

Bem, esse é o primeiro aspecto: até que ponto você sacrifica a curto prazo o nível de emprego e a taxa de crescimento para, como diz o Gudin *reculer pour mieux sauter*, o sujeito que se encolhe um pouco para saltar mais longe. Essa talvez fosse a grande justificação dos monetaristas que defendiam, com variantes, pontos de vista semelhantes ao do Dr. Gudin, nos quais eu me incluía - mas chamando atenção de que o problema da época era *mismanagement* grosseiro, tão grosseiro que era facilmente identificável. O que se vê agora é que, com o refinamento das questões, quando chega na linha divisória do que se deve ou não se deve fazer, é extremamente mais difícil manipular a política monetária. Mas quando a coisa está obviamente, grosseiramente errada, não é difícil identificar, para quem está vivendo o problema do país.

O segundo aspecto, o do combate à inflação, ligado ao primeiro, está relacionado à questão da resistência política. Mesmo que se julgue conveniente para o interesse do país sacrificar por um ano ou dois a taxa de crescimento... Vamos dizer que todo o mundo tenha chegado a uma conclusão. Ainda resta uma indagação importantíssima: será que o pessoal que está no governo, implementando isso, continua no governo? É o nível de reação política, popular, por incompreensão dos objetivos; é a exploração política da fragilidade do governo. Esse é o segundo aspecto, bastante simples, mas que muitas vezes é confundido com o primeiro nas discussões. O primeiro é uma solução técnica, que tem considerações sociais, portanto, políticas, no sentido alto; mas é essencialmente um problema técnico, de opções válidas ou não. Depois, há o problema político de implementação. E eu usei o argumento com o Per Jacobsson muitas vezes: Ainda que a gente concorde com certas coisas, temos que ver o nível de resistência política. O senhor está insistindo em certas coisas que, em tese, são irretorquíveis: há necessidade de propiciar melhor utilização dos fatores de produção, etc. Agora, o problema político de implementação, o que o senhor vai conseguir é que as pessoas que o senhor admira no Brasil e que acha que estão trabalhando bem, sejam postas na rua”. Eu explorei este argumento muitas vezes, nessa e em outras negociações - embora às vezes não fosse o caso e eles estivessem indo para a rua por outras razões. Mas eu

explorei muito isso, porque somos nós brasileiros que temos que ter sensibilidade e ver o que se pode fazer, quais as gradações entre o ótimo e o bom.

I.B.- Dr. Casemiro, havia representantes dos países em desenvolvimento na direção do FMI?

C.R. - Havia de todos eles. A diferença entre o Fundo e a ONU é que, na ONU, todos os países têm um voto, e nos órgãos financeiros o voto é proporcional à contribuição financeira. De modo que, como os Estados Unidos entram com 28% do dinheiro, o voto pesa 28. A Europa tinha 22%. Houve uma época em que os Estados Unidos tinham 32% e os países europeus juntos tinham 25%. Então, a Europa desenvolvida e os Estados Unidos ganhavam sempre, porque o voto era proporcional ao dinheiro dado.

[INTERRUPÇÃO DA FITA]

C.R. - Não tinham sensibilidade técnica para o problema técnica e, portanto, política. Eu diria, na minha observação, que foram muito culpados os economistas americanos e europeus. Ao contrário do que muita gente pensa, a atuação política americana no Fundo foi muito favorável ao Brasil, até onde vai a minha capacidade de entender os assuntos, minha capacidade de julgar, com base nas informações e nas conversas que eu tinha. Posso estar errado, mas este é o meu *feeling* pessoal. Nós fomos muitas vezes conversar com o representante americano no *management* e induzi-lo a conversar com os outros. Os americanos geralmente nos ajudavam na cabala de votos, e mais de uma vez o Fundo Monetário se queixou da interferência do governo americano em favor do governo brasileiro.

Veja como a coisa é um pouquinho diferente, porque havia um ponto em que o Fundo era mais exigente que o governo americano. O governo americano era exigente, mas o Fundo ia mais longe. Essa atitude era mais do *State Department*, que tem grande sensibilidade política. Dentro do governo americano, o *State Department* estava sempre em briga com o resto, com o Tesouro e dependências, onde havia economistas sem sensibilidade política e muito agarrado à sabedoria convencional. Eu tenho uma grande desconfiança de que os economistas e assessores do governo dos Estados Unidos e Europa atrapalharam mais o Brasil do Fundo do que o *State Department*. Eles achavam honestamente, de acordo com o que sabiam de política econômica, que estávamos errados, que nossas soluções estavam erradas, e faziam relatórios muito desfavoráveis sobre o Brasil.

A Embaixada aqui, numa projeção do *State Department*, estava ainda mais sensível - exatamente porque está aqui e faz amizades, ela foi geralmente em elemento favorável ao Brasil. Eu não me lembro de nenhuma exceção, em todos os casos eu sabia. Então, *State Department*, de um modo geral, a Embaixada no Brasil mais ainda, porque está aqui sentindo mais o problema, foram favoráveis ao Brasil. E os economistas americanos e europeus, implacáveis, com raríssimas exceções. Havia o pessoal da CEPAL, evidentemente, que tinha uma sensibilidade muito grande para esses problemas, mas cuja capacidade de atuação nas áreas de decisão do Fundo, do governo americano e dos governos europeus ficou muito pequena, pela radicalização em que eles colocaram a questão. Entraram em choque, eram muito afirmativos e cessou o diálogo

entre eles e a CEPAL, de modo que a capacidade de ela ser útil nas gestões, nos bastidores, é zero. Como exceção única talvez do Prebish, em caráter pessoal, pois ele teve uma atuação muito importante e era o menos radicalizado de todos os que passaram pela CEPAL. Era em homem com uma sensibilidade política realmente muito boa, uma base acadêmica muito boa, e que eu acho que foi bastante mal compreendido, ou mal julgado por seus auxiliares.

Foram seus auxiliares que fizeram a imagem menos positiva da CEPAL. O Prebish sempre teve um trânsito muito grande, e sempre foi muito respeitado. Os auxiliares mais radicalizados é que ajudaram a criar para a CEPAL uma imagem de gente que não quer diálogo, de gente que critica, etc. Houve reação igual do outro lado, e acabou o diálogo.

Mas acho que o Prebish foi em homem de alto senso de comunicação, enorme facilidade de expressão e convencimento muito grande. Foi um homem que, em 36, como o presidente do Banco Central, adotou uma política bastante ortodoxa no combate à inflação e às taxas flutuantes de câmbio na Argentina, etc.

Quando ele esteve aqui, nos idos de 57, 58 ou 60, numa viagem que nos fez, eu disse a ele: “Professor Prebish, o senhor está sendo acusado de entusiasta irrestrito da inflação como promotora do desenvolvimento econômico”. Ele exclamou: “Não! Você está brincando, Casemiro”. Eu confirmei: “Estou falando sério”. Ele respondeu: “Agora estou assustado. Mas de onde é que surgiu essa imagem?” Eu disse: “De políticos”. Ele retrucou: “Ah! Agora tenho um tema. Eu estava procurando um tema para uma conferência no Brasil. e já tenho um. Vou falar sobre esse tema. Mas - pelo amor de Deus! - o que eu disse foi que, em uma circunstância, o país, quando não teve outra alternativa, fez a inflação ter um efeito positivo. Apesar de todos os seus males, ela promoveu a capitalização, etc. Isso é fato histórico. Agora, daí a dizer que o Brasil, um país que já tem um certo refinamento e uma base industrial, deva adotar a inflação como instrumento grosseiro de promoção de desenvolvimento, jamais! Então, eu vou botar isso por escrito, e mando cópia para você dar aos amigos em meu nome”. Ele realmente fez uma conferência muito equilibrada, inatacável sob qualquer aspecto. Guardei-a durante muito tempo. Ela foi publicada no boletim da CEPAL na época.

Ele era um homem altamente razoável. Agora, o resto era realmente radicalizado e tinha uma desconfiança profunda do pessoal do Fundo. Às vezes não iam apenas à questão dos aspectos técnicos, iam mais longe.

P.M. - O senhor diria que este tipo de economista passou a ter mais influência a partir da segunda metade de 59 até o final do governo Kubitschek, quando o Sebastião Pais de Almeida foi ministro da Fazenda? Que tipo de assessoria técnica tinha ele?

C.R. - Bem, essa foi uma fase de fim de governo, e as coisas foram realmente acontecendo. Já é difícil dizer que houve administração, no sentido alto de governo. Havia a administração burocrática, que sempre funciona, independentemente de qualquer coisa. Mas, ao nível ministerial, é difícil falar em administração, principalmente no Ministério da Fazenda. Não sei as razões políticas que impediam o Sebastião Pais de Almeida de ser um bom ministro da Fazenda. Ele era um homem de grande experiência de negócios.

P.M. - O senhor deixou de assessorá-lo?

C.R. - Deixei de assessorá-lo. Eu pedi demissão. Fiquei 20 dias, para passar a outros o serviço. Ele insistiu muito para que eu ficasse, reiterou várias vezes, de forma extremamente gentil, e eu ainda fiquei. Eu disse que, depois do que tinha acontecido, não queria mais ficar, não acreditava que viessem a levar a sério a política monetária e fiscal, e que a minha função estava reduzida a ajudar o ministro a fazer discursos meramente formais ou a escrever notas para a imprensa, dizer que as coisas estavam indo bem. Mas para isso tinham jornalistas de muito mais talento do que eu. Ele insistiu de forma extremamente amável em não me dar a demissão. Foi um homem que realmente me cumulou de gentilezas. Eu não apareci mais lá, considerei-me dispensado e voltei à Sumoc. Eu me lembro de que uma vez veio uma missão do Fundo Monetário e eu o encontrei em um coquetel.

P.M. - Após o rompimento?

C.R. - Dois ou três meses depois do rompimento. Tinha muita gente. Estavam o ministro da Fazenda e os membros da missão do Fundo. Ele encontrou-se comigo e disse: “Casemiro, o pessoal do Fundo está aí”. Eu disse: “Muito bem. Como é que vai o diálogo? Ele respondeu: “Olhe, eu disse que você é meu assessor”. Eu retruquei: “Mas, ministro, assessor pessoal eu não sou mais; isso não é verdade. Mas ainda sou homem do governo. Se eles quiserem conversar comigo, mande-os conversar comigo. Ainda estou numa dependência governamental, a Sumoc, no Departamento de Pesquisa. Eu já lhe disse que, se o senhor tiver um trabalho realmente sério para fazer, nós estaremos à sua disposição na Sumoc, Mas eu prefiro continuar lá, porque a Sumoc tem um trabalho de pesquisa sério para fazer. No Ministério, ao nível de assessoria do ministro, não tem coisa séria para fazer”. Mas ele nunca passou recibo e me tratou sempre extremamente bem, talvez porque reconhecesse que eu tinha razão em algumas coisas que estava dizendo. E mantive, como mantendo até hoje, por enquanto, as melhores relações. Mas houve um contraste. Ele, que foi presidente do Banco do Brasil, que deixou muito bom nome com o funcionalismo, banqueiro experimentado, como ministro da Fazenda, no que pude observar, praticamente não funcionou. Apenas ocupou o lugar. Foi muito diferente da gestão do Banco do Brasil. Já por ser banqueiro, já por ser uma coisa mais limitada, ele deixou boas recordações na administração; nada de criticável sob o ponto de vista ético. Mas, ele aceitou o Ministério da fazenda sem ter condições de fazer qualquer coisa. Era amigo pessoal do presidente.

Os assessores que foram-me substituir, muito cedo se desiludiram e se dispersaram. Eram e Guilherme Augusto Pegourier, funcionário aposentado do Banco do Brasil, bem mais velho do que nós e que tinha ajudado a montar a estatística do balanço de pagamento do Brasil. O Pegourier, antigo funcionário de câmbio, e Lattini montaram a estatística do balanço de pagamentos na Sumoc. Mesmo o Pegourier já estava pensando em ir embora, porque realmente não havia mais condições de nada. Até as análises periódicas foram suspensas, as análises do ministro. A questão da negociação se tornou impossível.

Acho que, naquele período o governo começou a vender internamente, nos leilões, câmbio que não tinha, o que a curtíssimo prazo uma vantagem monetária. O governo recebia cruzeiros dos ágios e prometia entregar o câmbio. Na época, o Marcos de Souza Dantas, que já não estava no governo há muito tempo, foi consultado pelo Dr.

Sebastião Pais de Almeida sobre o que fazer com os leilões de câmbio, porque havia uma tendência altista da taxa nos leilões - era óbvio, porque havia inflação -, e o Marcos sugeriu uma coisa que poderia ter eficácia a curtíssimo prazo mas, prolongado através do tempo, não podia funcionar (ele era um homem que entendia muito de câmbio). Ele disse: “Olhe, estou notando que o mercado está com um certo medo, por razões puramente psicológicas. Se você triplicar a oferta nos leilões, cai a taxa e a demanda vai ser inferior à oferta à oferta”. O raciocínio do Marcos Sousa Dantas estava certo para a semana em que ele observou o fenômeno, como operação de *open*. Mas gostaram da idéia e levaram um ano ou um ano e meio, e o resultado foi que o mercado comprou em triplo, e o governo não tinha o câmbio. Era um blefe, não tinham para entregar.

Eu saí do governo. O Paulo Pook Correia, diretor de câmbio e membro do Conselho, foi solicitado a ficar. Ficou extremamente preocupado com o assunto. Sebastião Pais de Almeida, que gostava muito dele, fez um apelo enorme. (Para mim foi mais fácil, porque eu era assessor.) E ele foi ficando, sofrendo com aquilo, e seu vago simpático desregulou totalmente. de vez enquanto ele caía numa festa. O vago simpático altera a circulação, sangue sobe à cabeça, dá vertigem e a pessoa cai. Isto é muito comum quando a gente trabalha sob tensão. Vem insônia, vem tudo. O Paulo tinha isso. Pensou que era coração e não era. Está aí, firme.

P.M. - Está no Lar Brasileiro, não?

C.R. - Sim. É um bom elemento. Este sofreu; como sofreu!

P.M. - Dr. Casemiro, o senhor podia falar sobre março de 61?

C.R. - Ainda sobre as negociações financeiras, acho que a única que o governo brasileiro conseguiu fazer neste final - a única - foi o empréstimo garantia-ouro. Dinheiro do Fundo não saiu, e do governo americano, que eu saiba, também não saiu (pelo menos financiamento compensatório). Começaram-se a acumular atrasados comerciais, e o governo vendendo câmbio que não tinha para entregar.

Aliás, parecia que isso foi feito propositalmente, porque a idéia era de que o Jânio, quando assumisse, teria condições de renegociar os atrasados comerciais. O Jânio herdaria dois problemas. Primeiro, os cruzeiros já tinham sido recebidos pelo governo anterior e gastos; ele tinha que produzir câmbio sem poder vendê-los, por que tinha sido vendido por antecipação. Isto foi explicado pelos técnicos ao presidente e ao ministro da fazenda e não os comoveu de forma nenhuma. Possivelmente, achava-se que Jânio ia levar uma vantagem enorme: quem entra pode criticar os que saem, mas a gente tem que descascar uns abacaxis também. E esse aspecto foi lembrado pelos técnicos e não comoveu absolutamente a administração. Começou-se recolher dinheiro. Tinha um certo efeito anti-inflacionário. Se o governo tivesse um programa sério, poderia até se justificar.

Foram-se empilhando atrasados comerciais no exterior, o que foi, em última análise, uma vantagem. Vantagem não; apenas o Brasil não parou, porque então utilizou-se aquele restinho de crédito que o país tinha, embora o governo já não tivesse mais nada de crédito já estivesse negativo. Mas era o Brasil, e eu ainda tentei dizer muitas vezes no exterior: “Vocês, que estão negociando com o governo brasileiro, não se esqueçam de que o interesse em jogo é o Brasil. Este não pára; não poder parar; não

deve parar. Inclusive pelo capital estrangeiro que lá está, dos negócios de compra do Brasil, das vendas ao Brasil. Ninguém, da comunidade de negócios está interessado em que o Brasil pare”. Muitas vezes, utilizando a comunidade dos negociistas americanos para pressionar o pessoal: “Olhe, vai parar, heim!”

Como isso não interessava a ninguém, a comunidade de negócios continuou, através do atrasado comercial, a manter o Brasil funcionando. Mas para isso há um limite, porque o crédito é de curto prazo. São quantias enormes e os bancos particulares, mesmo sendo bancos importantes, não podem fazer um financiamento assim. As companhias de petróleo penduraram as contas do Brasil, porque estavam interessadas em continuar vendendo petróleo. E ficou tudo no “pendura”. Mas chegou-se a uma situação em que é preciso fazer uma composição, e o governo não tinha mais condições. Conseguiu apenas o empréstimo-ouro. O empréstimo-ouro é um assunto que, ele só, dá para um capítulo inteiro da novela. Não se utilizava o ouro no Brasil como reserva, porque os políticos achavam que isso era negativo, do ponto de vista político. “Estão gastando o ouro do Brasil!”, gritavam. E havia sempre a África do Sul, todo ano, monotonamente pedindo um aumento de preço do ouro. Acontece que o Brasil não podia ficar especulando na alta, ele precisava pagar máquinas e equipamentos. E a perspectiva de aumento do preço do ouro era zero, a médio prazo e curto, porque o governo americano não cedia. Quem bancava o preço do ouro era o governo americano.

Os que não entendem do assunto diziam que o governo americano mantinha lá em baixo o preço do ouro. Mas, isso é contra toda a lógica do mercado, porque se um indivíduo entra no mercado, é o principal comprador e diz: “Eu compro sem limite a 35 dólares por *onça-troy*”, esse camarada está deprimindo o mercado? Dizem: “Ah, ele tem monopólio!” Não tem monopólio, absolutamente. E insistem: “Ele é o maior comprador, ele impõe”. Impõe como? Como é que vai impor? Não tem condições. Ele apenas diz: “Eu compro o que vier a 35 dólares”. Esse homem está deprimindo? Se isso ficou 30 anos lá em baixo é porque não tem demanda de outro tipo, além da demanda do governo americano, para fazer subir o preço.

O argumento muito hábil do sul africano, cuja receita cambial depende do ouro, era em termos de *costpush*. Em 30 anos, o custo nos Estados Unidos e em toda a parte do mundo de exploração tem subido tanto; logo, o preço devia dobrar. Mas preço de mercado não dobra porque dobrou o custo de produção! Dobra se houve aumento de demanda correspondente, e a única demanda importante que tinha era a monetária do governo americano, que dizia: “Eu pago 35 dólares”. Mas, se ele saísse do mercado, o preço não ficava nem em 35 dólares, não é?

De forma que todo *rationale* era gastar o ouro pagando máquinas e equipamentos para o desenvolvimento do Brasil, e não ficar especulando uma alta que vinha. Afinal veio, mas 20 anos depois e de uma forma totalmente inesperada. Toda perspectiva lógica e histórica era de que o ouro fosse desmonetizado, como continua a ser. A tendência é de médio prazo. Ele já foi desmonetizado do plano nacional, e está sendo desmonetizado do plano internacional. Falta a pá de cal final no ouro. Mas está vindo.

P.M. - O Brasil tinha reservas de ouro....

C.R. - Tinha, e chegou a ter 400 milhões de dólares. Durante a guerra, quando se formaram essas reservas, o dólar estava superavaliado. Havia a inflação interna, a inflação reprimida, e o dólar estava sobreavaliado em relação ao ouro. Acreditávamos, na época, que o ouro pudesse ser reavaliado ou, na pior das hipóteses, que o dólar se desvalorizasse. Então, pelo sim, pelo não, trocamos por ouro à taxa oficial de 35 dólares por *onça-troy*. Depositamos no Federal Reserve. Foi uma atitude razoável, em termos de guerra. Mas, cessada a guerra, começamos a gastar, como todo o mundo sabe. E os gastos foram acelerados por causa da taxa cambial irrealista. Quando acabaram as reservas, o Dr. Gudin - ele pode contar a história muito melhor -, falou em vender o ouro no tempo do Café Filho. Ele é um homem racional.

P.M. - Até essa época o Brasil não tinha vendido ainda o estoque de ouro acumulado?

C.R. - Vendeu.

P.M. - Uma quantia muito pequena?

C.R. O Vidigal iniciou a venda em 46-47, quando houve a virada, mas foi uma coisa simbólica. (Ele era um sujeito racional, banqueiro.) Mas houve oposição política logo depois e virou tabu. Chegou-se a falar que era o tesouro de guerra do Brasil, que os militares não permitiriam que se vendesse, porque era único e uma emergência de guerra o Brasil teria dinheiro para comprar armamentos; era o tesouro de guerra. E isto foi mantido! Quando o Jânio assumiu, em 61, nós colocamos o problema. Tinham atrasados tremendos. A essa altura, nosso ouro estava em 230 milhões de dólares. Nossas reservas chegaram a 400 milhões, e transformamos pelo menos metade em ouro, o que dava duzentos e poucos milhões de dólares.

Surgiu uma operação financeira, que realmente eu acho é uma das ridículas que há na história financeira internacional, não apenas na nossa história financeira. País nenhum, que eu saiba, fez isso. Não estou falando em caso de corrupção em país subdesenvolvido, estou falando como solução técnica. Já que falam tanto mal de Portugal, nem Portugal fez negociações deste tipo. O Brasil mantinha seu ouro depositado no Federal Reserve, pagava uma taxa de custódia, fazia em empréstimo garantia-ouro e pagava juros sobre o empréstimo. Tudo isso por causa do problema político interno de não dizer que estavam vendendo o tesouro de guerra, o outro. Ninguém assumia o risco de ser criticado por ter vendido o ouro do Brasil. E essa posição tinha um pouquinho de suporte técnico, porque um ou outro banqueiro ou técnico de menor expressão dizia: “Olhem, um dia a África do Sul consegue duplicar o preço e a gente...” A maioria achava que não podia. Nós consultávamos o governo americano, e era uma rocha inabalável. Era monótono. Em toda reunião do Fundo, vinha a União Sul-Africana fazendo um *statement* propondo o aumento, e vinha um *statement* do Secretário do Tesouro americano dizendo que não pretendia mudar, não o preço do ouro, mas o preço que o governo estava disposto a pagar pelo ouro.

Mas foi tão ridículo este empréstimo...

P.M. - Foi junto a quem o empréstimo?

C.R. - Foi junto a um grupo de bancos americanos. O Dr. Gudin foi obrigado a fazer, a contragosto. Imaginem o sofrimento do Dr. Gudin! Depois de ter recusado o *rationale*,

ter que fazer o empréstimo! Pagar juros sobre o nosso próprio ouro, e ainda pagar comissão de custódia na Federal Reserve! Primeiro, foram feitas duas operações com o Federal Reserve, em um ano. de 80 milhões; ao todo, eram 160 milhões. Depois o Dr. Gudin fez uma composição maior, uma operação de curto prazo no Federal Reserve. Mas, depois, o governo que veio aumentou de 160 para 200, e fez nos bancos particulares por quatro anos, em pagamentos semestrais, com o que se pagou os dois empréstimos de 80 milhões junto ao Federal Reserve.

Ainda se justificava o que Dr. Gudin fez, porque foi uma operação quase, quase que de *swap*, um saque entre Bancos Centrais, a 180 dias ou 360 dias, utilizando o ouro, e pagando uma taxa muito baixa. O Dr. Gudin pagou 2 e $\frac{3}{4}$ de juros. De forma que era um acordo de ação entre bancos centrais. Mas, já no governo subsequente, isto foi transformado num empréstimo de quatro anos junto a banqueiros particulares e aumentado para 200 milhões. Quer dizer, pagou-se os 160 e tirou-se mais 40 milhões para tapar novos buracos. Ainda assim, a taxa não foi muito grande. A taxa passou a ser a *prime-rate* dos principais bancos americanos, nunca acima de 4% e nunca abaixo de 3%. Quando se fechou o negócio, o *prime-rate* estava em 3,5%. Bons tempos! Já no começo do governo Juscelino ia vencer a primeira parcela semestral de 200 milhões.

Parte das negociações do Juscelino foram a extensão, por mais quatro anos, do empréstimo-ouro, ocasião em que o *prime-rate* tinha subido, e foi uma luta muito grande para obter a extensão deste prazo. Concordou-se, na época, em passar isso para um *range* de 5 ou 6%, eu acho. Ainda era um negócio muito ruim. Caía ainda no governo do Juscelino a primeira *tranche* de 25 milhões do pagamento semestral do ouro. (Eram oito pagamentos semestrais.)

[FINAL DA FITA 5-B]

C.R. - ...em algum lugar aí nos arquivos do Banco do Brasil s do Banco Central. Tem coisa que está no Banco do Brasil - a parte de câmbio, que foi feita no Banco do Brasil e não transferiram para o Banco Central. Todas essas negociações financeira; não passou nada, está tudo no arquivo do Banco do Brasil.

P.M. - O senhor podia falar alguma coisa sobre a reforma de março de 61, a 204, uma nova etapa de relações com o Fundo. Foi apresentada como uma primeira etapa de liberalização da política cambial do Brasil.

C.R. - Na verdade, como eu disse, a grande reforma não foi a de 61; a grande reforma foi a de 57, conjugada a tarifa aduaneira. Em 61 fez-se uma simplificação a mais no sistema, sobretudo uma atualização corajosa da taxa cambial. Isto também se chama de reforma cambial mas não é reforma no sentido correto, porque atualização de taxa é reforma; foi uma atualização corajosa da taxa, com alguns aspectos de reforma. Realmente, acho que a reforma foi feita conjugada com a tarifa. Ali é que foi o momento realmente da reforma cambial.

I.B. - E, já haviam sido retomados na sua plenitude os entendimentos com FMI?

C.R. - Foi antes da briga. É incrível que tenha-se conseguido isto no governo do Juscelino, antes da briga, na administração do ministro Alkmin. Ninguém se lembra de creditar à administração do ministro Alkmin a reforma da tarifa aduaneira. A Resolução 70, acho que foi um passo importante. Outro grande passo na administração Alkmin foi a reforma aduaneira e a negociação bem sucedida com o Fundo Monetário.

R.G. - Houve uma modificação total das categorias da taxa?

Mantiveram só duas, não?

C.R. - É; manteve-se ainda a especial.

R.G. - Para trigo, papel de jornal...

C.R. - Não, não, não; a especial para artigos de luxo. Entendeu-se que a tarifa, mesmo de 150%, talvez não fosse suficiente para conter importações de luxo. Dada a baixa elasticidade da demanda, o pessoal do *Cofé Society*... Então, por isso, e só por isso, manteve-se a categoria especial, como categoria cambial. Mas, foi uma simplificação enorme! De cinco passavam para duas, sendo que uma era geral, principal, e a outra, residual.

P.M. - Era bem racionado?

C.R. - Era.

P.M. - O senhor me permite uma pergunta? As vantagens de operações sob a Instrução 113 praticamente desapareceram em Março de 61. Aparentemente o maior incentivo estava ligado à diferença entre a taxa de mercadorias e a taxa categoria três, a de máquinas, para que o importador se beneficiasse desse diferencial de taxas. Tanto que não existe mais investimentos sob a rubrica de 113 a partir de 61.

C.R. - É; sobre a 113 minha memória não está muito boa. Mas, eu me lembro de que a principal característica da 113 era a facilidade da importação de equipamentos usados, coisa que hoje é difícil. E já há muito tempo. Isto beneficiava muito a empresa estrangeira. Era uma facilidade para equipamento usado. E, com a experiência, através do tempo, e a necessidade de projetar a indústria nacional, os critérios se tornaram mais rigorosos, com referência a capital e equipamento usado. Mas eu quero crer que, mais do que a categoria cambial em si, foi a facilidade para trazer equipamentos usado, isto é, a grande vantagem dada à empresa estrangeira *vis à vis* à nacional.

Primeiro, nem sempre ela podia comprar, e não era o caso. trazer. Acho que num dado momento aceitava-se mais razoável que a estrangeira trouxesse equipamentos usado, porque ela estava trazendo a sua empresa, ao passo que a brasileira ia importar o equipamento. Então, você vai analisar a conveniência ou não de trazer equipamento usado. A empresa que se transplanta para o Brasil, que traz os equipamentos que usava, é muito natural que se aceite isso como razoável. Ela está transplantando a sua empresa! E houve muita facilidade, e acho até que, das facilidades, a maior vantagem competitiva que se deu à empresa estrangeira *vis à vis* à nacional foi no equipamento usado; muito mais do que na classificação.

Em 61, com a Resolução 204 feita sob a inspiração do Dr. Bulhões, discutimos novamente a questão da categoria especial. A intenção de Dr. Bulhões era a seguinte: “Eu quero acabar com a categoria especial e liberar outros controles”. Houve uma discussão muito grande e ele ficou muito irritado. Eu me lembro de que eu me coloquei, na qualidade de assessor, um pouco a favor da Cacex. E achei desequilibradas as forças que estavam discutindo. Havia muita gente a favor da racionalização, da simplificação pela qual eu tinha-me batido no passado. Mas agora vinha gente em que eu confiava 100%... Então eu me preocupei em olhar as conseqüências da simplificação.

R.G. - Quem era o primeiro ministro da Fazenda do Jânio?

C.R. - Era o Clemente Mariani. O Dr. Bulhões foi para a Sumoc por escolha pessoal do Dr. Mariani, com plenos poderes.

A.S. - O senhor voltou a ser assessor do Dr. Bulhões?

C.R. - Sim; e o assessoriei na redação da 204, já em Brasília, perdido naquele deserto. Eu me lembro de que estávamos discutindo, fazendo retoques, e houve um certo momento em que nos surgiu uma solução um tanto original, inusitada, e nos ocorreu que o Fundo Monetário iria opor dificuldades a isso. Nós iríamos submeter ao Fundo Monetário, como de fato fizemos e causamos uma excelente impressão. Mas nos preparamos para o contra-argumento. E houve um momento que quisemos ver o *Articles of Agreement* do Fundo, e não tinha em Brasília um único exemplar para tirar dúvidas. Era um assunto que não se podia conversar por telefone (e os telefones naquela época ficavam três horas interrompidos.) Eu e o Dr. Bulhões procurávamos ver se nos lembrávamos do texto, mas havia a necessidade de conhecer o texto preciso, para poder interpretar de forma favorável ao Brasil. Não havia, obviamente, em Brasília, nem no Itamarati, nem em lugar nenhum, o texto dos *Articles of Agreement*. Afinal veio um funcionário do Rio especialmente para nos levar o texto. Eu me lembro de ter apoiado os que eram menos ambiciosos na reforma, porque a questão da categoria especial ainda preocupava muita gente, mesmo com a atualização de taxa.

P.M. - A idéia do Dr. Bulhões era colocar tudo numa categoria geral?

C.R. - Era acabar com a especial e deixar a tarifa aduaneira fazer o seu papel.

P.M. - E elevar a tarifa aduaneira desses produtos que estavam na especial?

C.R. - Não; deixar a 150%. Ele achou que isto estava subestimando. Não dava para elevar a tarifa. porque tinha que negociar antes. Nós já tínhamos obtidos do Gatt uma derrogação para lançar na lata de lixo todas as negociações anteriores do Brasil, botar a tarifa que nós quiséssemos e depois começar a negociar. Mas, uma vez feito esse processo, aumentar a tarifa iria criar um problema muito grande no Gatt, principalmente se lembrarmos que o que nós achamos superficial era a base agrícola e política da França, não? Champanhe, vinho, *paté de bois gras* e outras coisas. E derruba governo, o champanhe. Um movimento mundial de não impor *paté de bois gras*, põe a Normandia em depressão. Mas, do nosso ponto de vista, é quase um crime gastar preciosas divisas na importação de champanhe.

P.M. - Qual era o argumento do Dr. Bulhões? Que mal fazia a categoria especial?

C.R. - Se eu estou interpretando bem, do ponto de vista formal era péssimo, era um argumento nas negociações. e do ponto de vista de proteção, uma atividade econômica que não agüentava com 150% de proteção! Também tem isso: estamos fomentando as atividades antieconômicas.

P.M. - Isso dizia respeito a importação não competitiva?

C.R. - Havia o problema do consumo conspícuo das classes de alto prestígio. Era preciso ter um processo mais forte de contenção, para o pessoal não comprar *Mercedes Bens*, etc. No final, acabou-se verificando que talvez o melhor seria proibir mesmo, porque nem mesmo a categoria especial é capaz de segurar esta demanda. E se restringiu muito, mas ela sempre representou aí uns 100 milhões de dólares por ano. Vai somando isto, e em dez anos dá um bilhão.

Eu apoiei o grupo que achava que devia ainda manter a categoria especial por algum tempo. E pensamos numa solução que talvez pudesse equalizar a taxa de câmbio e manter a especial como sobretaxa, restabelecendo o ágio. A vantagem do ágio, antigamente, é que era realmente classificado como taxa múltipla de câmbio, mas na verdade era um item fiscal, parafiscal.

P.M. - Era permitido pelo Gatt?

C.R. - Não era permitido pelo Fundo, porque funcionava como mecanismo de formação de taxa de mercado, de preço de mercado, e correspondia a um sistema de taxa múltipla. Embora os efeitos finais fossem os mesmos, os aspectos formais eram importantes. Então, fizemos uma simplificação, com exceção da categoria especial, que foi muito útil. E a idéia era fazer uma sobretaxa que, embora ainda pudesse ser classificada como taxa múltipla, era um progresso, porque você tinha realmente uma fase única para a taxa de câmbio. E isso chegou a ser discutido na época.

Mas a grande reforma foi em 57, no governo do Juscelino e na administração Alkmin. Por um conjunto de circunstância favoráveis, o Congresso, a oposição, apoiou inteiramente, como me referi na reunião anterior. Foi um momento em que os técnicos tiveram voz, e não só os do governo, mas os do comércio e da indústria, os assessores, como por exemplo o João Otávio Knack de Souza, que teve uma influência muito boa. Era um sujeito competente, conhecia o assunto muito bem, era representante da indústria, engrenou na equipe do governo e deu uma colaboração prática e política muito boa. O Mangia, Gerson, o coordenador, etc. Houve um conjunto de circunstancias políticas. Todo o mundo ficou a favor, oposição e governo, no Congresso. Curioso, o Juscelino ficou com medo das repercussões, pois ele achava que isto ia aumentar o custo de vida. O Alkmin também. Era uma situação curiosa! O Congresso, que geralmente criava problema, estava de acordo; a oposição e o governo. Por quê? por era a defesa da indústria nacional. Era um tema extremamente interessante. Os técnicos tinham trânsito livre no Congresso, as comissões mista; aprovou-se tudo. Depois, a tática no Fundo Monetário. Eu fui encarregado pelo ministro Alkmin de ir, com o Knack e com o Valentim Bouças dar as explicações. E eu apresentei. E eu apresentei, em nome do ministro, com a ajuda do Otávio Paranaguá, nosso representante. Eu já sabia, por sondagem anteriores feitas através do Paranaguá, que havia receptividade. Foi só explicar, e a nossa tática deu resultado. Era preciso vender o peixe ao Fundo para

depois vendê-lo no Gatt. E, como o Gatt não tinha *staff* muito grande nem muito pequeno nessa área, ele se baseava muito nos pareceres do Fundo. As atividades eram complementares. O Gatt tratava de tudo que não era restrição cambial. Em termos de restrição ao comércio, as atribuições estavam (e estão) divididas em duas áreas: restrições cambiais, com o Fundo Monetário; restrições outras, não-cambiais, com o Gatt. E o primeiro parecer, o mais competente e o mais prestigiado era o do Fundo.

Sabíamos que o Fundo estava se batendo pela simplificação das categorias cambiais há muito tempo; era uma velha briga. Dissemos ao Fundo: “Nós fazemos duas coisas: fazemos a simplificação das categorias e atualizamos a taxa cambial. Agora, vocês nos ajudam a essa tarifa ao Gatt”. Fechamos o negócio. Foi uma vitória, uma derrogação total de todas as negociações. Fizemos a tarifa de 0 a 150% como bem entendemos e começamos a negociar a negociar daí em diante. Uma vitória excelente para o Brasil, a racionalização do sistema. o grande passo que se deu foi aí

P.M. - Esse passo foi um aperfeiçoamento?

C.R. - Em 61 houve uma atualização corajosa da taxa cambial (mas isso não é reforma), e mais alguns melhoramentos.

Mas a reforma resultou em um conjunto de circunstâncias que permitiram que os técnicos trabalhassem com liberdade e com apoio do congresso. Houve um certo do Executivo, mas finalmente ele deu seu apoio e tivemos carta branca para negociar. Esse foi daqueles raros momentos em que um assessor do governo fica feliz, porque está de acordo 100% com o que foi aprovado e tem poderes totais para negociar.

I.B. - Uma coisa que para mim não ficou clara foi a retomada dos contatos com o Fundo, depois da ruptura. Como é que se deu a retomada? Em que ponto os contatos podem ser considerados como plenamente restabelecidos?

C.R. - Os contatos só foram retomados com o Jânio Quadros, em 61. E nós estávamos aflitos para retomar o diálogo. Cansamos de dizer ao Jânio: “O Brasil não é obrigado a aceitar imposições ou idéias do Fundo. Agora, é uma estupidez sair do Fundo, porque é lá que se briga, é lá que se dialoga, é lá o foro adequado das discussões. Então, sair é uma desvantagem enorme”.

P.M. - Nesse período, então, o Brasil não teve nenhum tipo de financiamento compensatório?

C.R. - Nada, nada, nada. Só fez operação de ouro.

P.M. - Nem com o Banco Mundial?

C.R. - Só essa operação dos 25 milhões e mouro, tristemente feita.

P.M. -. E na sua opinião, o presidente Jânio Quadros tinha sensibilidade grande para a necessidade da retomada de negociações com o Fundo?

C.R. - No meu enfoque muito parcial de assessor do Dr. Bulhões, eu fiquei muito bem impressionado com o presidente Jânio Quadros logo nos primeiros contatos. Eu estava

ali, com outros assessores, para vender certos peixes que estavam há muito tempo para serem vendidos - certos políticos etc. Jânio, veio, ouviu, o próprio Dr. Bulhões fez uns contatos pessoais (praticamente todos), e o presidente aprovou tudo o que se propôs, sem as preocupações políticas a que estávamos acostumados. Jânio tinha outras preocupações políticas, outro enfoque. Ele fez exatamente o que o presidente Juscelino tinha dito que faria: botou a culpa no governo do Juscelino, debitou os males do Brasil ao governo anterior, entrou com um ar de Catão e aprovou. Como disse o Juscelino, ele teve meios políticos de fazer, ele pondo a culpa no governo anterior. Essas coisas, ou a gente faz no começo do governo ou não faz mais. Se fizer no meio, é para corrigir erros do próprio governo. E funcionou.

Mas é curioso; nós já tínhamos sofrido tanto com os outros, que estávamos dispostos a fazer algumas concessões políticas razoáveis, pequenas. Achávamos que o técnico tem que ter alguma sensibilidade política, não pode estar propondo coisas do arco da velha apenas elas são desejáveis. E havia o problema do papel de imprensa, que tinha um subsídio, e esse subsídio ia ser removido. Era uma das coisas que restavam do sistema anterior, uma taxa especial de câmbio para a imprensa. O Dr. Bulhões ia acabar com ela, mas nós chamamos a atenção do presidente Jânio Quadros para a repercussão que isso teria. Os jornais não estavam em situação financeira boa, e isto iria encarecer brutalmente o custo para eles. Provavelmente ele teria a má vontade dos jornais e nós não queríamos a má vontade dos jornais para a reforma cambial. Mais do que o receio de problemas políticos para ele, nós tínhamos receio de oposição política à reforma, de que os jornais comessem a querer encontrar defeitos inconvenientes na reforma, preocupados com o custo. Então, propusemos que o governo mantivesse um tratamento especial ainda por 24 meses, a título de subsídio do papel de imprensa, e isso saísse de um fundo qualquer - o custo era relativamente modesto. Nem em termos de orçamento de governo, nem em termos do total das operações cambiais. Era um preço barato a ser pago para a reforma passar incólume. E, para minha grande surpresa, e acredito que também do Dr. Bulhões e de outros, ele disse: “Não, não tem contemplação com os jornais, não. Vamos fazer uma reforma no figurino. Nada de concessões”. Ficou uma situação momentaneamente ridícula, porque nós os técnicos e ele, mais convicto do que nós. Jânio pegou o assunto e levou adiante. Ele foi para o programa de televisão em que mostrou o exemplar dominical do *Estadão* e disse: “Vejam o gasto de divisas com este país! Dizem as más línguas, que ele estava querendo quebrar os jornais, para dominá-los de outra forma, mas os técnicos que estavam apresentando a reforma a ele em termos técnicos ficaram excelentemente bem impressionado, como nós ficamos. Ele não quis fazer concessões de espécie alguma.

P.M. - Era mais técnico que os próprios técnicos.

C.R. - E outra coisa: nós advertimos honestamente o presidente a respeito do que estávamos propondo, as repercussões sobre a gasolina, etc. Depois dissemos o seguinte: “Não temos um tostão de reservas cambiais, e temos 200 milhões de atrasados. Para fazer uma reforma cambial e uma desvalorização forte, sem ter reservas e tendo 200 milhões de atrasados, é preciso ter um bocado de coragem. Mas precisa ser feito, terá um efeito favorável, no sentido de corrigir a deterioração, e nos dará autoridade para renegociar a dívida. Então, é preciso fazer O Brasil já foi tantas vezes ao exterior, prometeu coisas e não cumpriu. Agora, mandam a boa tática e a habilidade pessoal que

isso seja feito antes, para depois ir conversar. Mesmo para não dar a impressão que a gente faz as coisas mandado de fora. Vamos fazer o que nós achamos que devemos, e então vamos lá negociar”. Dito e feito. Fizemos, e isso nos deu uma grande autoridade. Anunciamos o que tínhamos feito, e não prometemos fazer se nos dessem a assistência financeira.

Houve também um fator extremamente favorável no começo da administração Kennedy. Aquele começo foi realmente extraordinário em termos de relações com o Brasil. Trouxe aquela turma de Harvard. Os professores nos receberam muito bem, foram de uma sensibilidade enorme para a época, para o que estávamos a ter no Departamento de Tesouro. Não sei se é fato, mas parecia que o departamento de Tesouro e outros departamentos, como o de Comércio, tinham certos tabus, certas posições, e o governo americano não mudava. E nesse momento foram mudadas. Nós fizemos uma boa intriga a respeito de tudo o que havia de desfavorável em relação ao Brasil na realidade burocrática americana, e eles mudaram tudo. A equipe do Kennedy mudou; mudou de propósito, quebrou tabus. Eu me lembro de que trabalhei com uns companheiros e ajudei a negociar, já então sob a chefia do embaixador Moreira Sales, o reescalonamento de dívidas. A proposta que levamos era um *wishful thinking*, proposta que eu escrevi junto com um outro elemento do governo. Nós pensamos: “Vamos pedir logo um negócio grande, com prazos confortáveis e não sei o quê mais. Eles não vão aceitar, e a gente renegocia”. Aceitaram a primeira proposta e nos arrependemos por não termos pedido mais.

P.M. - Essa parte é muito interessante, Dr. Casemiro. Talvez o senhor pudesse falar um pouco mais sobre essa questão da eliminação do subsídio, antes de entrar no redesconto. O senhor no caso do papel de imprensa. Mas havia também a questão do petróleo e derivados, do trigo, etc., que, aparentemente foram sujeitos a discussão também. Todos eram importados numa taxa de câmbio realmente favorável. Eu queria saber se a atitude do presidente Quadros em relação à eliminação desses outros subsídios também foi tão receptiva quanto à do papel de imprensa. Em particular, qual a sua opinião sobre a intenção de desvalorização da taxa de mercadorias de 100 para 200%, se não me engano? Eu gostaria de saber se o objetivo dessa desvalorização era apenas restabelecer o realismo cambial, com uma taxa que havia-se tornado sobrevalorizada pela inflação interna; se a expectativa era de que as exportações brasileiras, que não o café, respondessem a este estímulo de preços, derivado de uma maior rentabilidade da venda do exterior; e se havia o desejo de que a taxa de câmbio funcionasse também para exercer certos tipos de restrição a importações não desejáveis, além daquelas já exercidas pela tarifa. Já era o desejo de restabelecer uma verdade de preços, um preço realista para a taxa de câmbio, ou a idéia era utilizar a taxa de câmbio como instrumento, seja para promover exportações, seja para tornar mais realista o preço social das importações?

C.R. - Esta desvalorização teve basicamente a finalidade de atualizar a taxa, tendo em vista a inflação ocorrida no passado e o comportamento do preço no exterior, sempre em termos relativos. Mas aquele foi um período de estabilidade de preços nos Estados Unidos e de recessão não muito grande; não foi um período de inflação. Aquele foi um período em que podíamos levar em conta somente a taxa de inflação no Brasil, porque não havia taxa de inflação nos Estados Unidos e nos principais países da Europa. De forma que, embora sempre se levasse em consideração o que pudesse estar ocorrendo no exterior, na verdade aquele período era um período de recessão nos Estados Unidos, não

era período de inflação; e na Europa, tampouco, com exceção talvez da França, que estava num período de desorganização. Mas o franco não tinha importância e não influenciava as nossas decisões. A relação básica, naquela época ainda mais do que hoje, era com o dólar, que não tinha sofrido inflação desde a nossa última atualização. De modo que levou-se em conta a elevação de preços, ocorrida no Brasil. Eu tenho a impressão de que mesmo assim a desvalorização ficou um pouco aquém. Foi uma correção, uma atualização bastante cautelosa. É claro que houve um choque, porque foi uma mudança violenta, mas, em termos históricos, foi uma atualização pura e simples. Tanto assim que foi aceita pelo fundo Monetário. E o Fundo Monetário não aceita desvalorização competitiva. Um dos seus pressupostos fundamentais é o de que não se pode desvalorizar para fins competitivos. E a nossa desvalorização não teve fins competitivos.

P.M. - Mas havia uma expectativa de que as exportações respondessem positivamente ao novo sinal no mercado de câmbio?

C.R. - Exceto o café, que é sempre um caso especial, embora a expansão das exportações estivessem ligadas a outros problemas e só muito mais tarde tivessem solução. Era a concepção de defender o mercado interno. Primeiro, olhamos o mercado interno; se sobrar, aí há exportação. Ainda havia essa mentalidade em várias áreas de governo. E a sensibilidade política do presidente era para o mercado interno. Mas ele não chegou a ficar tempo suficiente para que isso pudesse ser um fator negativo.

A negociação nos Estados Unidos foi um sucesso. Acredito que foi a melhor negociação financeira que o Brasil já fez em toda a sua história, e história, e por circunstâncias especiais do momento: a entrada do Jânio, com aquela aparência de austeridade e severidade, tomando algumas medidas severas mesmo; o Kennedy, entrando com aquela disposição de mudar as coisas com uma equipe de primeira. Nós negociamos - entre créditos novos e grandes extensões de prazo -, nos Estados Unidos, uma quantia fabulosa na época. Era um e meio bilhão de dólares.

P.M. - Entre novos financiamentos e reescalonamento da dívida? Era quase a receita de exportação.

C.R. - Sim. O presidente do Eximbank quase teve um enfarte quando a nossa proposta foi aceita pela equipe do Kennedy. Ficou com uma gana...

P.M. - Mas isso foi apresentado a ele como *fait accompli*?

C.R. - Foi um rolo compressor. Para dar um exemplo das coisas incríveis que propusemos e que foram aceitas, havia três empréstimos compensatórios feitos junto ao Eximbank, em épocas passadas, para tapar buracos de balanço de pagamentos. Somados, davam 214 milhões de dólares. Era muito dinheiro, na época, e vencia naqueles três anos: 61, 62, 63. A proposta brasileira era que esses 214 milhões fossem transformados num empréstimo com 20 anos de prazo e três de carência. Isso eu propus, junto com um companheiro, para começarmos a conversar. O Eximbank respondeu: "Eu já disse ao senhor, que participou da última negociação, que a lei não nos permite dar empréstimos compensatórios. Isso é para financiamento de exportação de equipamentos". Eu retruquei: "Nós já compramos equipamentos, não pagamos e estamos com atrasados comerciais. Logo, não é compensatório. O senhor nos dá

dinheiro e pagamos o equipamento já comprado. Se o senhor estivesse dando o dinheiro para comprarmos na Europa, vá lá. Mas nós compramos demais e temos atrasados”. Chegou a hora e eu ainda barganhei a taxa.

P.M. - O senhor já havia conseguido o prazo de 20 anos?

C.R. - Isto foi uma outra história.

P.M. - Por que a taxa ficou em aberto?

C.R. - Não, não; ele aplicou uma taxa de seis e meio, que era a taxa em vigor. Depois pedimos ao Eximbank 186 milhões de dólares para pagarmos os atrasados comerciais. Pegávamos o dinheiro do Eximbank, pagávamos tudo picadinho, 186 milhões de dólares em 20 anos, com três de carência. Aí é que ele veio com esta história: “Mas nós é que vamos pagar para a General Motors e a Esso? Elas que financiem os senhores”. O governo americano disse a eles: “Mas a Esso paga por um ano e não resolve o problema de balanço de pagamento; é *roll-over*”. Eles retrucaram: “Mas o Eximbank não é para isso. Essa gente tem mais dinheiro que nós”. Eu disse: “Mas não se trata de ter dinheiro. Eles não são um banco e não podem dar empréstimo de longo prazo”. Foi uma batalha! Centro e sessenta e oito milhões de dólares, com 20 anos de prazo.

Depois, nas nossas projeções, verificamos que havia *suppliers credits* a empresas brasileiras, que deveriam ser pagos nos próximos três anos - 61,62 e 63 -, num total de 90 milhões de dólares. Pedimos ao Eximbank um empréstimo ao governo brasileiro de 90 milhões de dólares, com 20 anos de prazo e três de carência, à conta do qual daríamos cobertura cambial para os pagamentos que essas empresas fizessem. A empresa comprava o câmbio, o governo ficava com os cruzeiros do orçamento monetário. Nós pagávamos a remessa cambial com o empréstimo ao governo brasileiro, e o governo é que ficava devendo. A empresa pagava nas datas. Quando as empresas souberam, elas quiseram pegar o empréstimo de 20 anos. Nós dissemos: “Não, isso não tem nada que ver com vocês. Vocês têm que pagar os cruzeiros e nós pagamos em 20 anos”. Eram 214, 168 e 90 milhões, todos em 20 anos.

A AID não existia, era apenas um projeto no Congresso, para *soft loans*. Obtivemos uma carta do governo americano dizendo que, tão logo aprovada a lei que criava a AID o governo americano nos daria um empréstimo de 100 milhões de dólares - era bastante dinheiro naquela época - a 30 anos de prazo, com 10 de carência, e juros de três quartos de um por cento.

I.B. - Isso era a Aliança para o Progresso.

P.M. - Estamos pagando até hoje essa taxa camarada, não?

C.R. - Está aplicando a 8%, em eurodólares. Inauguramos a AID antes de ela ter sido aprovada oficialmente no Congresso.

Uma coisa que Jânio Quadros não Aprovou foi vender o ouro. Aí ele foi ortodoxo.

P.M. - Foi por prestígio, também.

C.R. - Foi por prestígio. E ele não queria problemas.

R.G. - Era aquele ouro que estava como garantia do empréstimo?

C.R. - Fizemos uma prorrogação de quatro anos do empréstimo-ouro, não apenas uma prestação, como tinha feito o governo anterior. Sacamos cerca de 80 milhões de dólares, no Fundo Monetário, em quatro anos. Obtivemos um empréstimo de um consórcio de 16 bancos americanos, a quatro ou cinco anos: 200 milhões de dólares. Os bancos americanos não podiam ir muito longe e estender muito o prazo. Mas eu me lembro de que aqueles três empréstimo somando 214 milhões já estavam pronto para assinar, o acordo já estava na tipografia e eu disse para o Moreira Sales: “Olhe, eu vou chicanar um pouco a taxa de juros desse empréstimo Esses três empréstimos foram feitos em épocas anteriores, quando a taxa do Eximbank era mais baixa do que a do mercado mundial, de um modo geral. Um foi feito a três quartos, um a quatro por cento e o outro a quatro e meio por cento de juros. E eles estão nos aplicando 6,5”. Ele disse: “Bem Casemiro, você é banqueiro, eles estão nos dando um empréstimo de 20 anos, com três de carência. Isso, a seis e meio, está bom, não? Você é banqueiro e sabe”. Eu disse: “Não; eu sou bancário. Mas eu acho que isso vai impressionar mal o Brasil. Afinal, é uma consolidação de três empréstimos. Vamos fazer uma média ponderada dos três, ponderado pelos valores”. Ele disse: “Casemiro, essa não pega”.

[FINAL DA FITA 6-A]

C.R. - Disse-me o Moreira Sales: “Casemiro, vamos fazer uma coisa: você tem a tarde de hoje para pleitear este negócio. Se não, acontece aquilo que você disse como piada no outro dia, mas que é muito sério: com essa negociação toda pronta (surgiram circunstâncias especiais que nós aproveitamos habilmente), alguém faz uma besteira no Brasil e suspendem tudo isso. Você não sabe o que está acontecendo lá. Vamos assinar isso e fechar o negócio”. Eu disse: “Olhe, a sua observação é muito sábia. Vamos fazer um memorando, botando tudo escrito. Eu acho que esse negócio de juro vai repercutir mal”. Outros me disseram a mesma coisa, e eu já esperava: “Casemiro, isto é uma operação nova. o dinheiro do Eximbank está custando isso agora”. Eu insisti no ponto de que iria calhar mal politicamente. Retrucaram: “Mas já está tudo na tipografia, e vai ser assinado amanhã, formalmente”. Eu disse: “Bem; está certo. Mas eu fiz o meu memorando”. Responderam: “Bem; há um *board meeting* hoje por acaso. Vamos suspender seu caso no *board meeting*”. Eu disse: “Então, eu fico na Embaixada, aguardando e seu telefonema”. Era o Simon Polak, que ainda está no Eximbank, mas não está mais nos assuntos do Brasil. Encontrei-me com ele no ano passado .Lá estava o Zauer, também, que continua vice-chairman.

Mas o Polak disse: “Casemiro, levamos o seu caso, e não é possível fazer média ponderada; não faz sentido nenhum. E, depois, está nos criando um problema já temos um negócio fechado com uma república latino-americana. Nós fechamos seis e meio por cento. Agora, fazer taxa especial para vocês? E u disse: “Bem, se eles sabem negociar, o problema é deles”. Ele continuou: “O *board* resolveu o seguinte: reduz esta operação seis e meio para seis e um quarto e, pelo amor de Deus, não levante mais nada”. Eu, que esperava uma recusa *flat*, disse ao embaixador: “Recebi a comunicação

de que reduziram o preço do empréstimo de 214 milhões em um quarto de um por cento. Ele disse: “Não vamos nem fazer *pres-release* desse negócio”. Eu disse: “Não fazemos questão de *press-release* da taxa de juros, mas sim um *press release* dos valores”.

Bem; um quarto de um por cento de 214 milhões, em 20 anos, sempre dá alguma coisa. Quando às pessoas que nos ajudaram, em primeiro lugar, devo mencionar o Lincoln Gordon, que era da equipe do Kennedy, de Harvard, e nosso embaixador aqui. Ele estava assumindo como embaixador e desdobrou-se. Outro que participou, embora não tenha levado à frente todos os detalhes.

I.B. - Era o Roberto Campos que estava assumindo como embaixador?

C.R. - Não; era o Lincoln Gordon que estava assumindo como embaixador aqui. O Roberto Campos, na época, foi fazer negociação paralela na seção européia, e pegou a parte mais ingrata, porque não havia receptividade em relação ao Brasil. O interesses políticos não eram os mesmos, e havia desconhecimento do Brasil. Teve dez vezes mais trabalho e obteve dez vezes menos, apesar da capacidade fabulosa do Roberto. Ela escreveu documentos muito melhores do que os nossos, mais bem feitos. Nós fizemos um memorandozinho de três páginas. [risos] Mas o Roberto obteve, a duras penas, 300 milhões de dólares a curto prazo. É outro ambiente, outra coisa, não há comparabilidade. Ele desenvolveu um esforço muito maior e preparou um documento muito mais brilhante, mas só conseguiu isso.

P.M. - Ele negociou com cada um dos países?

C.R. - Com cada um dos países. Foi um inferno, um trabalho monstruoso. Tentou fazer reuniões em conjunto, com uma capacidade de trabalho brutal, mas não encontrou ambiente que se comparasse.

O outro é o Goodwin, da equipe do Schlesinger, embora esse tenha trabalhado menos em assuntos econômicos; e também o W. W. Rostow. Essa gente participou da decisão geral sobre o Brasil, analisou o plano e, depois, o Lincoln Gordon levou pessoalmente à frente. Houve um homem que também entendeu a questão, o Laddy, do Departamento de Comércio. Era um tecnocrata, um homem duro de roer, que, em negociações anteriores, tinha tomado uma atitude muito *tough* em relação ao Brasil, mas um sujeito craque. Uma vez que ele percebia o que ele queria estava decidido; ele resolvia entrar de sola. E, de fato, ele conduziu os assuntos para o Lincoln Gordon pode sair. E o presidente do Eximbank era uma parada.

P.M. - Isso foi logo nos primeiros meses?

C.R. - Foi de fevereiro para março.

P.M. - O Jânio ainda não tinha condecorado o Guevara, não?

C.R. - Não. Foi uma sorte imensa assinar esse negócio todo. [risos] Não tinha havido ainda aquele sintoma de desequilíbrio. Até aquele momento eu estava entusiasmado com ele. E, lá fora, tinha uma boa impressão. Tinha sido uma *landslide election*, não? E ele nomeou o Dr. Mariani, nomeou o Bulhões, encarregou o Roberto Campos das

negociações no exterior, e o Moreira Sales, tudo isso. O homem era para valer. E teve peito de fazer essas reformas cambiais, tudo sem ter um tostão no bolso, tendo uma caixa negativa de 168 milhões de dólares atrasados.

Por outro lado, coincidiu com essa equipe de primeira e que vinha também com vontade de mudar as coisas que estavam erradas. Eles inclusive mudaram a questão do engajamento do governo americano em programas plurianuais. No Brasil isso era uma constante: “O orçamento americano é anual. Não podemos fazer *commitments* por mais de um ano”. E pela primeira vez saiu o engajamento. Depois, houve a reunião de Punta Del Este, etc. Pela primeira vez houve um engajamento do governo americano para mais um ano. Isto também foi mudado pelo Kennedy. A mudança foi da água para o vinho, e houve um entusiasmo enorme. Foi uma sorte fazer antes de Jânio...

P.M. - O senhor poderia fazer algum paralelo entre a situação depois da renúncia do presidente Quadros e a situação do novo governo, sem administração...

C.R. - Não; não há termos de comparação. É o extremo oposto. O Jango entrou e, em primeiro lugar, foi primarismo total na condução dos assuntos. Eu não o conhecia, a não ser por fotografias. Fiquei conhecendo quando eu tive umas reuniões com o presidente. Uma figura simpática, amável, sempre olhando para o chão, não encarava a pessoa, dava impressão de ser modesto, amável, com o sotaque gaúcho, o jeito simpático de falar. Principalmente para quem foi criado no Rio Grande do Sul, Como eu fui, até os 13 anos de idade, eles parecia um sujeito simpático, falando com um ar quase humilde, positivo, mas pondo a pessoa à vontade.

Mas sua assessoria virou um saco de gatos, tinha influência de tudo quanto é lado. Nas discussões internacionais, eu acho que, em termos de primarismo, ele bateu todos os records. As nossas negociações sempre foram de um certo grau de sofisticação, sempre com gente de bom nível técnico, tanto nas áreas de Fazenda como nas de Itamarati. Sempre tinha gente de nível para conversar.

P.M. - O senhor diz isso, apesar do fato de ele ter mantido o Roberto Campos em Washington, como embaixador do Brasil?

C.R. - Não, não. É preciso distinguir duas fases. Eu estou falando da fase final. A fase em que ele ficou no parlamentarismo não conta. Eu estou falando na fase presidencial. Havia San Thiago Dantas, etc. E aí é outra coisa. Eu falo do final mesmo, quando ele passou ao presidencialismo.

O San Thiago foi negociar, ainda ajudado por Lincoln Gordon e o Roberto Campos. Eu participei da negociação. Não obtive o San Thiago nem um décimo do que ele esperava. Ele é um homem brilhante e, genial, mas subestimou a dificuldade de uma negociação daquele tipo. Eu e o Roberto Campos, que já tínhamos sofrido em negociações daquele tipo, vimos que a situação tinha deteriorado, o diálogo tinha piorado, apesar da ajuda de Lincoln Gordon, e estávamos muito cépticos. Tanto que uma vez eu cheguei a dizer a ele: “San Thiago, o jornal anunciou que você vai embarcar para Washington no dia 3 de março. Isto é boato?” Ele respondeu: “É verdade”. Eu perguntei: “Mas você já conversou com a assessoria para ver se você pode ir? Eu acho que nós vamos levar um não daquele tamanho. Longe de mim querer dar conselho político a você, mas, com o conhecimento que eu tenho desses assuntos, acho que você

tem 90% de probabilidade de receber um não. E você ir lá e voltar de mãos vazias é um desprestígio para o ministro da Fazenda. Não é preciso ter muita sensibilidade política para prever isto”. Ele disse: “Não, Casemiro, o Lincoln Gordon vai nos ajudar. A minha tática é esta. Eu vou, e quero ver quem tem coragem de dizer não. São as relações com o Brasil, e o Brasil é um país importante.” Mas ele calculou mal a dificuldade; é a minha impressão muito, muito pessoal.

Alguns dos créditos negociados tiveram suspensas sua execução. O que foi sacado e assinado ficou reversível. Os 100 milhões na AID eram compromisso. Nós utilizamos 80 milhões, 20 ficaram para utilizar e eles suspenderam, porque o Brasil não tinha cumprido os planos anunciados: estabilização e uma série de coisas. Portanto, eles achavam que não havia mais condições de dar o dinheiro. E o que o San Thiago fez, de certa forma, foi tentar liberar certas coisas que tinham sido concedidos no Fundo Monetário mas que foram congelados. E os resultados foram relativamente modestos. Ele teve uma decepção muito grande. Apesar de toda a experiência política, de todo o seu gênio, faltava aquela vivência do dia a dia para negociação internacional. O Roberto o tinha advertido da dificuldade, mas ele quis ir. Fomos e fizemos das tripas o coração. O Roberto defendeu a inflação, racionalizou de forma tão brilhante que...

A.S. - Estava naquelas alturas de 50, 60, 63% não foi isso?

C.R. - Não, era 62%.

Ele racionalizou o negócio todo e apresentou ao Jango, fazendeiro burguês de família rica, mas ingenuamente influenciado por alguns elementos fanáticos de esquerda. San Thiago era aquele brilho todo. Lincoln Gordon ajudando, mas não dava.

P.M. - Junto ao governo americano propriamente dito ou junto às agências internacionais?

C.R. - Ao governo americano.

Quando começa o negócio de esquerda, de comunismo, aí o governo americano não brinca, não solta dinheiro. E chamamos a atenção para isto. Então, já se levou tanto na cabeça com esse negócio e não se emenda? Chamamos a atenção para o fato que se tratava do Brasil, dos interesses recíprocos de dois países, que estão acima de tudo, usamos todos os argumentos. Lincoln Gordon também se empenhou

Saiu alguma coisa para salvar a face do Ministro.

Eles compreenderam que o ministro ia voltar de mãos vazias, e eles tinham grande admiração pelo ministro da Fazenda. Mas, quando virou o presidencialismo, aí fechou mesmo. As negociações foram para o plano primário. Aliás o Lincoln Gordon me observou isto. Eu já estava fora do governo, mas encontrei-me com ele, quando tirei cinco meses de férias atrasadas e comecei a examinar uns convites de setor privado. O Lincoln Gordon me disse: “Casemiro, você, que negociou tantas, você vai apreciar o que vou dizer. Como baixou o nível nas negociações do governo brasileiro! Você sabe que, para negociar com o Fundo, com o governo americano, é preciso fazer uma apresentação da situação brasileira, com uma análise, dados, projeções, demonstrações e documentos de política, mostrando que o governo sabe a quantas anda e para onde vai. Você sabe do meu constrangimento. Eu ainda continuo ajudando o Brasil, estou

pensando o Brasil, estou pensando no Brasil, e não no seu Jango. Mas é uma dificuldade, como embaixador, receber um memorando ou uma cartazinha em palavras que, quando um pouco mais elegantes, dizem assim: “Me dá três bilhões aí”. “Em conversa com gente do governo, diziam a ele: Em conversa com gente do governo, diziam a ele: “Olhe, é bom dar porque, senão, o governo não paga nada”. Havia tendência dentro do governo de achar que o Brasil já tinha sido excessivamente explorado e que, a rigor não devia pagar essas dívidas, ou então fazer um esquema unilateral e comunicar aos outros que vai pagar em 30 anos, a um juro qualquer, e acabou-se.

Mas o Lincoln Gordon dizia: “E eu recebo um pedido de três bilhões, assim, nesta base, inclusive para pagar coisas na Europa. Você sabe que a legislação americana não permite que se dê dinheiro para pagar dívida na Europa, países com os quais nós estamos em déficit, inclusive. Eles são nossos concorrentes. Isto, o Banco Mundial que o faça. Nós já estamos dando muito dinheiro, somos os principais contribuintes para o Banco Mundial. Agora, dinheiro do governo americano para pagar dívida na Alemanha, na França, que estão com superávit conosco? Não há base legal, mesmo que quiséssemos. Não dá para conversar com essa gente, Casemiro. Minha tristeza é que não abandono o posto. Estou aqui, pensando no Brasil, e a minha tristeza é que não dá para conversar”. Era o Sr. Serpa que conversa estas coisas com ele.

P.M. - Parece que o plano trienal do Furtado foi escrito rapidamente, em menos de três meses, a pedido do próprio presidente, como forma de uma manifestação externa do governo brasileiro, para mostrar que, na verdade, existia um programa de estabilização e estímulo à política econômica geral, uma programação de atividades do setor público, um programa de combate a inflação, de controle do dispêndio público. O senhor podia comentar alguma coisa? Na sua opinião, o plano trienal representava mais essa tentativa de apresentar simbolicamente as intenções do governo brasileiro, em termos de comprometimento com a política de estabilização e controle de débito?

C.R. - Eu acho que este plano era um plano de linhas gerais, coordenado por Celso Furtado. Acho que ele acreditava no plano, estava muito entusiasmado com o plano, pessoalmente. Era uma oportunidade enorme que se dava para ele botar em prática uma série de coisas que vinha estudando na Cepal e no Brasil. Ele reuniu várias assessorias, várias pessoas de diversas tendências doutrinárias.

P.M. - O senhor colaborou nisso?

C.R. - Eu colaborei. Eu estava no governo ainda, quando me foi solicitado, como chefe do Departamento Econômico da Sumoc, que opinasse sobre a parte de política monetária e fiscal. Fui, e notei uma preocupação de fazer um plano tecnicamente viável, ainda que a quantificação não fosse muito precisa - era mais uma definição de rumos.

A parte de que participei foi, evidentemente, a relativa ao combate à inflação e ao problema de compatibilização do combate à inflação com o de crescimento econômico, o desenvolvimento. Para uma certa surpresa minha, os argumentos que eu apresentei foram quase todos aceitos pelo Celso Furtado. Inclusive, várias observações que eu fiz escrito foram aproveitadas no texto do plano, com uma ou outra modificação, na parte da política monetária, cuja idéia central era controlar o volume de meios de pagamento e de crédito, de modo a dar, a médio prazo, uma função neutra à moeda. A

gestão monetária objetivaria fazer com que a moeda não gerasse pressões, nem deflacionárias, nem inflacionárias; que ela não fosse um fator autônomo, por má gestão, de redução da atividade econômica. Foi um esboço de orçamento monetário. E combinou-se(o que tem se feito presentemente, de forma bastante mais sofisticada) que seria estimada uma certa faixa de inflação julgada inevitável, acrescentar-se-ia uma taxa de crescimento real e, então, programaríamos a expansão dos meios de pagamento de acordo com esses elementos - a grosso modo, para ter um ponto de referência quantitativo global, embora se saiba, muito bem, que não existe relação direta de causa e efeito sobre quantidade de moeda e preços, especialmente a curto prazo. Esta idéia foi aceita. Foi aceita também a idéia de reforma do Banco Central, assim como outras que eu propus.

Não encontrei grande dificuldade em discutir esses assuntos com Celso Furtado, para surpresa minha, porque sempre o achei muito crítico dos monetaristas. Mas, quando chegou a hora de sentar e fazer um programa de governo, a coisa é muito diferente; diminuem aqueles fogos de artifícios, aqueles aparentes antagonismos. O curioso foi que o Rangel, que tinha umas formulações teóricas interessantes, imaginativas...

P.M. - Inácio Rangel?

C.R. - Sim; o Inácio Rangel. Ele estava defendendo pontos de vista bastante diferentes, mas as minhas sugestões prevaleceram, e não as do Inácio. O Inácio foi derrotado em todas, pelo menos nas reuniões de que participei, o que o deixou bastante irritado. Acho que ele acreditava que, pelos estudos que tinha feito e por uma certa identificação ideológica, ele fosse ser o mentor da parte monetária. Mas não foi. Eu acho que 90% que está lá foi aproveitado de discussões comigo. Foi tudo raciocinado friamente, chegando-se à conclusão de que aquilo era o razoável, o lógico, o certo.

Quem decidiu e deu a última palavra foi o Celso Furtado. Essa foi a minha surpresa, porque eu esperava por uma atitude como a do pessoal da Cepal e a do próprio Celso, inclusive, por ocasião da briga com o Fundo Monetário. Não me recusei à reunião, mas esperava não chegar a entendimento nenhum e não ter nenhuma sugestão aceita. Para minha surpresa tudo o que eu disse fez sentido.

Percebiam-se, na época, algumas tendências do governo(depois elas se acentuaram) no sentido da nacionalização dos bancos. A nacionalização de bancos é uma constante em todos os programas de partido socialista, de todas as nuances de todo o mundo. Agora em Portugal, tomaram o poder, nacionalizaram os bancos. Pode-se acreditar até que, em certos países e em certas circunstâncias históricas, seja defensável. Mas é uma constante. Quando veio o Brochado da Rocha, no parlamentarismo, apareceu o Cibilis Viana com um memorando de reforma bancária de 24 itens. todos eles começavam por nacionalizar; nacionalizar. E eu esperava coisas deste tipo, mas o Cibilis não apareceu para nada. Não vi nada.

P.M. - Na elaboração do Plano?

C.R. - Sim; que eu saiba, ele não foi ouvido. Aliás, ele já tinha sido derrotado em discussão comigo, junto ao Brochado da Rocha, o que foi outra grande surpresa minha.

Mas o Inácio ficou bastante irritado com o Celso. A partir daí ele começou a se afastar. Não se falou em nacionalização absolutamente. O Celso Furtado não tinha nenhuma idéia de nacionalização, que eu saiba. E não me deu trabalho nenhum. O trabalho que tive no tempo do Brochado da Rocha para ganhar a discussão com o Cibilis, esse não tive na discussão do Celso. O problema de nacionalização de bancos não entrou na discussão, e nem entrou no programa. O que tem lá de política monetária e de política bancária é a reforma do Banco Central. Está tudo dentro do figurino, bastante conservador.

P.M. - O senhor chegou acompanhar a aparente implementação do Plano, em 1963. Presumidamente, as implementações não chegaram a ser efetivadas, não?

C.R. - Celso Furtado entrou rapidamente em frustração.

P.M. - Por conta disso?

C.R. - Eu não tive muitos contatos com ele nessa fase, porque eu já estava me afastando. Mas era fácil notar sua frustração. Ele não teve a habilidade de se afastar em tempo. A atitude que ele devia ter tomado, possivelmente, vendo que não estavam seguindo com seriedade o que ele tinha proposto, era arrumar as malas e ir-se embora.

Tive uma surpresa, antes, com o Brochado da Rocha, no parlamentarismo. Foi a discussão sobre a reforma. discutia-se delegação de poderes para fazer as reformas de base, e uma delas era a reforma bancária. Fui chamado a Brasília, para uma reunião com o primeiro-ministro, o Dr. Brochado da Rocha, professor de Direito da Faculdade de Porto Alegre, muito conceituado, homem limpo, apolítico. E talvez por isso mesmo tenha sido escolhido pelos políticos como *tertius*. A impressão com que fiquei é que foi envolvido, entrou numa fria tremenda, um homem de boa fé e sem malícia política, guindado ao poder. Eu fiquei bem impressionado com ele.

Havia uma mesa de reuniões para discutir programas de reformas. Na parte de reforma bancária, e me apresentaram a ele, e ele disse: “Ah! O senhor é da Sumoc? Muito bem. Estou preocupado com esse negócio de política monetária. O Cibilis tem aqui um plano. Leia aí, Cibilis”.

P.M. - Cibilis era assessor do ministro da Fazenda?

C.R. - Cibilis era assessor do governo e estava assessorando também o Brochado da Rocha.

O Cibilis então despejou aquela sua culinária, em que tudo começava com nacionalizar. Depois, o Brochado da Rocha me deu a palavra. Eu disse: “Olhe, ministro, eu discordo totalmente disso; Cibilis, você me desculpe, mas discordo totalmente. Em primeiro lugar, está colocado numa forma primária. Este é o meu ramo. O senhor é professor de contabilidade civil e está fazendo incursões na área econômica. Está tudo errado, é primário e não resolve coisíssima nenhuma. Não é este o problema, não é por aí que se pega. Eu acho que deve ser feito o seguinte”, e comecei a falar. Perguntaram: “E o Banco Central é que se pode fazer?” Eu disse: “Uma coisa o mais simples possível. Com delegações de poderes o senhor faz isso. A reforma, o senhor faz com dez linhas. A delegação de poderes é genérica; o senhor tem que definir”. O Brochado exclamou:

“Mas em 10 linhas? Como? Tem gente que se opõe ao Banco Central”. Eu digo: “É; eu já conheço isso há muitos anos. O senhor não precisa nem usar o tempo banco central. O senhor faz delegação de poderes ao executivo para, tendo em vista o decreto-lei que criou a Sumoc como um embrião do Banco Central, prosseguir no desenvolvimento da estrutura da Sumoc para cumprir seus objetivos e, desde já, transferir a Carteira de Redesconto e o serviço de emissão do papel moeda, ora na caixa de amortização, assumindo a responsabilidade, e, no tempo que for julgado necessário para a implementação, a custódia das reservas cambiais do país. Ministro, a inspeção já está lá; a autorização, a extinção de carta patente já está lá. Com isto, depois, é só mudar o nome e chamar de Banco Central. O patrimônio próprio, que está faltando, fica incorporado ao patrimônio atual da Carteira de Redesconto e da Caixa de Mobilização Bancária. É capaz de não dar 10 linhas”. O Cibilis disse: “Mas o problema é o seguinte: quando é...” O Dr. Brochado disse: “Olhe, Cibilis, o Dr. Casemiro tem razão. Este seu negócio aí está...”

O Cibilis ainda tentou retrucar, mas não pôde. Eu falei, longamente, expliquei o que era banco central, o sentido da política monetária, o papel dos bancos, etc. O Brochado da Rocha perguntou: “Mas, Cibilis, o teu modelo aí não é o italiano?” Ele disse: “É mais ou menos”. O ministro então virou-se para mim: “Dr. Casemiro, o que o senhor acha do modelo italiano?” Eu disse: “Que modelo? O fascista? Eles nacionalizaram no peito; depois acabou ficando. Eu acho que não serve de modelo para o Brasil. Não dá para copiar coisíssima nenhuma. A solução italiana, muito misturada historicamente, eu acho que não serve, não”. Ele ainda perguntou: “E o Banco Rural; o que é que o senhor me diz do Banco Rural?” Eu disse: “Eu acho um absurdo. Já temos um banco rural. É a Carteira Agrícola do Banco do Brasil. Para fazer um outro, paralelo ao Banco do Brasil, e gastar uma fortuna... Ou então dividir o Banco do Brasil ao meio? “Não; precisamos é de definição de uma política rural, a segregação de recursos adequados para o crédito rural. Agora, um instrumento de execução já temos, sem falar das carteiras especializadas do Banco do Estado de São Paulo, do Banco do Nordeste e uma série de coisas. Mas, fundamentalmente o Banco Rural já existe. Não se pode perder tempo. Isso vai ser um retrocesso. Onde é que se arranja gente qualificada? E essa gente vai se recusar a ir para o Banco Rural. Se o senhor der a opção, ninguém vai para lá. O senhor pode botar à força; mas vai funcionar mal. E o senhor vai empregar políticos, atender a pedido de políticos, ao empreguismo? Isso já feito com seriedade no Banco do Brasil”. Lutei contra o Banco Rural e o convenci. Ele perguntou: “Mas quando é que o senhor me apresenta o trabalho? Eu disse: “O senhor me dá uma secretária, uma datilógrafa, uma sala e, em meia hora, eu lhe dou as dez linhas que o senhor quer”. Eu estava com tudo na cabeça. Ele disse: “Então, faremos uma reunião depois do almoço”.

Fiquei lá. Conversei com ele (dessa vez o Cibilis ficou do lado e não deu mais palpite). E o texto que está lá, na delegação de poderes, naquele documento...

P.M. - Chegou a ser implementado?

C.R. - Chegou, foi aprovado. É exatamente o que eu redigi.

Não foi mudada uma vírgula da delegação de poderes para a reforma bancária, redigida por mim.

P.M. - Até essa data, o poder de emissão ainda era uma atribuição da Carteira de Redesconto do Banco do Brasil, e foi mudado pelo...

C.R. - É. A função material de emissão era de lá. O poder legal, a responsabilidade legal última era do Tesouro. A Carteira de Redesconto, por um eufemismo jurídico regimental, requisitava papel moeda do Tesouro e ficava devendo ao Tesouro pelo papel requisitado, mas quem punha em circulação era a Carteira de Redesconto, e só ela podia. E só mediante o redesconto de papéis auto-liquidáveis representativos e legítimos do financiamento das atividades econômicas (essa é a única forma de pôr papel-moeda em circulação). Então, era um negócio bonito como o diabo, a teoria do *self-liquidating paper*, pode-se emitir como quiser. A Carteira de Redesconto funcionava nessa base: O Banco do Brasil redescontava papéis na Carteira de Redesconto, que dava a ele a emissão de papel-moeda e emprestava ao Tesouro, em conta corrente.

Essa confusão era muito conveniente. Não foi feita de propósito, aconteceu historicamente, mas a sua manutenção era muito conveniente. Fundia a cuca de todos os jornalistas. Os jornalistas diziam: “Houve emissão!” E saíam correndo. Então, dizia-se: “Não, senhor, que emissão? O que houve foi um cancelamento triangular de responsabilidade”. A carteira de redesconto está devendo 40 milhões ao Tesouro. O Tesouro está devendo cerca de 40 milhões ao Banco do Brasil. O Banco do Brasil está devendo à Carteira do Redesconto”. Isso é uma burrice. Todo o mundo a pagar juros a todo mundo. Mas diziam: “Emissão? Isso é papel moeda que está em circulação há anos. Não fizemos emissão nenhuma”. Daqui a pouco saía novamente: “Emissão de papel-moeda!” E começavam as explicações.

Fizemos o redesconto.

R.G. - A Rosa Cás naquela época não era jornalista.

C.R. - A Rosa? Na época, nem a Rosa adiantaria. Eles diziam: “Não; agora aumentou a circulação. Mas é redesconto de papel legítimo da produção, auto liquidável. O sujeito trouxe a produção, vendeu, liquidou o redesconto e recolheu o papel-moeda. Você é contra emitir a favor da produção?” Ninguém se declarava contra, ninguém tinha coragem.

P.M. - O senhor diria que o sistema foi concebido exatamente para permitir...

C.R. - Não teve esta intenção, mas acabou servindo a um propósito...

P.M. - Um acidente histórico.

C.R. - Sim; mas que serviu.

P.M. - Para cancelar estas relações de débito e crédito triangulares entre Carteira, Tesouro e Banco do Brasil, era preciso um decreto-lei que autorizasse a encampação. Não era algo que...

C.R. - Não; era feito com a maior seriedade.[risos] E revestido de todas as formalidades jurídicas.

P.M. - Essa lei precisava ser passada no Congresso?

C.R. - Com a maior seriedade. Inclusive, o Banco do Brasil fazia questão de que, na Carteira de Redesconto, ele só redesscontasse papéis agrícolas, industriais e comerciais. Ele nunca descontava papagaios do Tesouro.

P.M. - Eu tenho uma pergunta importante para fazer a esse respeito. A operação...

C.R. - Ao Tesouro, ele dava um crédito em conta corrente, um *overdraft*.

R.G. - Uma antecipação de receita? Qual era a roupagem?

C.R. - Sim; uma antecipação de receita. Em corrente, quando ele recebia e pagava, havia duas vias, duas entradas. Aconteciam saldos devedores do Tesouro. Como o Banco do Brasil recebia muito por conta do Tesouro, e pagava muito por conta do Tesouro, aconteciam saldos (era outra desculpa), que eram uma antecipação de receitas. Diziam: “Está crescendo o financiamento do Banco do Brasil!” Retrucavam: “Não; espere aí. É antecipação de receita. Sabe que não há coincidência dos fluxos de receitas e despesas durante o exercício, não é? Seria um milagre”. No final, era um biombo. Aliás, o Lacerda uma vez chamou isso de biombo da emissão.

P.M. - Mas quando tinha lugar uma encampação substancial, como por exemplo em 59, provavelmente a encampação tinha o efeito de fazer com que os dados registrados dos saldos ao final do período, no ano em que ocorria a encampação, subestimassem a extensão em que o Banco do Brasil estava financiando o déficit do Tesouro. É correto isso?

C.R. - Correto. É daí a necessidade que nós sentimos de fazer séries estatísticas racionais e homogêneas através do tempo. Esse foi um dos nossos trabalhos iniciais na Sumoc, para podermos fazer uma análise monetária. Éramos eu, Paulo Lira, o Eduardo Gomes e o Basílio Martins. Era preciso racionalizar, porque eram incríveis as variações que davam. De vez em quando, caía o saldo devedor do Tesouro 40 bilhões em um dia; o Redesconto caía em 40 bilhões. Nós analisávamos a conjuntura em dias...

P.M. - Como se explicava isso ao Fundo Monetário? O Fundo nunca perguntou?

C.R. - Era um inferno, um inferno. A Fundação tentava fazer uma série, mas nós realmente passamos a fornecer para todo o mundo séries homogêneas de análise, consolidando as contas. Era um inferno, mas servia de biombo. Dificultava tremendamente a análise. Inclusive, levei cópia desse trabalho aprovado pelo Brochado da Rocha, formalizado no documento de delegação de poderes. E boa coisa do que está no plano de Celso Furtado é uma reedição da parte do Banco Central. Ele também ficou de acordo. Era praticamente a mesma coisa. O Celso também achava necessária a autoridade central, o Banco Central, e aproveitou coisas que já estavam no documento de delegações de poderes.

A minha experiência com pessoas de várias nuances doutrinárias é de que, se o indivíduo é de boa formação intelectual e está querendo resolver os problemas, as nuances doutrinárias desaparecem, tornam-se irrelevantes. A não ser colocações primárias, como do Cibilis Viana; esse é o tipo perigoso, porque é uma posição primária

simplista, ou por ignorância, ou de propósito, para criar o problema. Mas, quando se senta na mesma com gente de bom nível intelectual, com vontade de discutir realmente os problemas do país e de dar soluções específicas numa hora em que se tem que agir dessa ou daquela forma, as diferenças doutrinárias para um segundo plano. O indivíduo tem que ser pragmático e dar aquelas soluções que sejam de maior interesse para o país e que surtam efeito. Aí é que está a grande dificuldade, aí é que está o grande desafio. Enquanto o sujeito está debatendo nos termos dos pressupostos que ele mesmo escolheu para o desenvolvimento lógico, aí é uma maravilha, não? Na hora em que senta na mesa e diz: “Bem, como é que vamos atuar de cima desse país?”, aí todo o mundo precisa de uma alta dose de humildade. De forma que uma de minhas surpresas foi essa.

P.M. O senhor manifestou a existência de alguns documentos nas pastas de seu arquivo.

C.R. - É; eu ia até tocar nisso.

P.M. - Um dos objetivos do CPDOC é tentar organizar os arquivos de personalidades desse período. Se o senhor permitisse, nós teríamos o maior interesse em tentar ajudá-lo no processo de organização e de arrumação dos papéis.

R.G. - Desamarrar aqueles pacotes! [risos]

C.R. - Eu vou ver isso. Devem estar no sótão da minha casa em Petrópolis.

I.B. - É, depois nós podíamos lhe mandar inclusive o regimento lá do Conselho.

FINAL DA FITA 6-B]

C.R. - ... política de redesconto. Esse é o meu predileto.

P.M. - Foi durante muito tempo e ainda é, em vários países europeus, o principal instrumento de política monetária e de controle de liquidez da economia.

C.R. - É, de longe, o mais importante instrumento de política monetária. Pela simples razão de que é o único que está ligado diretamente à emissão de papel-moeda. O compulsório, chega um momento em que você liberou tudo e não tem mais nada para liberar. O *open*, chega um momento em que não funciona, senão acaba a circulação de letras - a não ser que seja os Estados Unidos, que já tem um total bastante... Em qualquer outro país, o *open* serve. E é melhor do que os outros dois. No dia a dia da liquidez, é incomparável. Então, cada macaco no seu galho.

Mas o redesconto é de longe o mais importante. Já com uma modalidade de refinanciamento. Há o redesconto para expandir crédito, diferente do redesconto para problemas imediatos de liquidez do banco, liquidez da economia.

P.M. - Este poderia ser o tema de nosso próximo encontro.

C.R. - Sim; eu gostaria, porque acabei nunca escrevendo nada a respeito - escrevi uns memorandos internos (não sei se estão amarrados). Foi muito controvertido, muito atacado.

P.M. - Em que época começou...

C.R. - Ah! começou em 64. Eu fiquei 20 anos anotando observações, para então, quando estivesse no poder... E tive oposição. A pior de todas veio dos banqueiros mais ilustres. Parte deles não entendeu. Depois entenderam, mas ficaram, com medo, porque o Jango tinha usado o redesconto como arma política.

Foi péssimo para mim. Quando eu entrei, os banqueiros disseram assustados: “O Jango mandou suspender o redesconto para São Paulo”. Era pressão política. Eu entrei com uma política bem intencionada de reforma de redesconto, e o pessoal, com medo, vinha-me dizer: Enquanto você e o Dr. Bulhões estiverem aí, muito bem. Mas põe quinze dias aí. E se vier um outro Jango?” Eu dizia: “Mas, você tem medo de um outro Jango, então não conversamos mais nada, porque nada resiste. Não é só o redesconto no Brasil; nada resiste a este tipo de observação. Se vier o caos, não se pode discutir nada, porque nada resiste ao caos”. [risos] o argumento é uma parada. Mas era gente boa. O meu amigo Gastão Vidigal, com o qual estou trabalhando, teve um pega comigo no Conselho. Foi tremendo. Mas ele entregou os pontos. O Dr. Whitaker, figura respeitada de banqueiro, escreveu um artigo, dizendo: “Dia triste, este de hoje. No fim da vida, tive a tristeza de ver a coisa que eu criei em 1924 ser desvirtuada”.

O velho não entendia, era do tempo de *self-liquidating paper*. O redesconto pode emitir infinitamente, desde que seja para redescontar duplicatas representativas da produção, o movimento representativo da produção. Mas acho que o velho já não racionava mais. Os outros é que foram e pediram a ele. Eu chamei os filhos dele e disse: “Olhem, é fácil rebater todos os argumentos do Dr. Whitaker, mas eu não vou fazer isso, não. Vocês que são filhos e netos dele, transmitam a ele, por obséquio, as explicações. Ele está errado, não entendeu. Mas não vou replicar uma pessoa altamente respeitável”.

P.M. - Isso foi em 64, logo no início?

I.B. - Dr. Casemiro, ao longo das outras conversas, o senhor fez algumas indicações de pessoas que nos poderiam dar informações. O senhor falou no Válder Blank.

C.R. - Sim, ele foi um dos pilares da Cacex.

I.B. - E o senhor falou hoje no Pook, também.

C.R. - É verdade. O Pook também sofreu. Ele não gosta muito de falar. Mas é impressionante a importância da participação do Blank. Ele nunca escreveu nada.

I.B. - O senhor falou isso da última vez. Ele está no grupo Antunes.

C.R. - Ele é o presidente geral do grupo Antunes. É um homem que tem valor. Funcionário do Banco, fez carreira por próprio mérito, vindo de baixo.

I.B. - Foi presidente do Banco do Brasil, não é?

C.R. - Foi presidente do Banco do Brasil por período curto. Mas o homem teve uma influência enorme. Eu vejo tanto trabalho aí feito sobre negócio de substituição de importação, sobre a Cacex, mas ninguém se lembrou de falar com o Blank. Blank é um homem que não fez sozinho, mas se eu tivesse que escolher uma pessoa para dizer quem fez o programa de substituição de importação, eu diria que foi o Blank. Ele viveu o que havia de bom na Cacex.

P.M. - Durante toda a década de 50?

C.R. - Sim. E em funções importantes. Um sujeito de um bom senso extraordinário, não tinha nível universitário. Que eu saiba, ele tinha curso de contador, mas tem muito bom nível de inteligência, um bom senso extraordinário e é observador arguto. E teve uma influência danada, tomou conhecimento de uma série de coisas. Mas nunca escreveu um artigo, uma conferência, nada.

I.B. - O senhor acha que ele seria receptivo a uma entrevista deste tipo?

C.R. - Ele é um homem cauteloso, não gosta de ofender as pessoas. aliás, é muito natural. Mas, como há muita coisa em que não é preciso citar pessoas, ele pode dizer.

A industrialização deste país foi uma coisa realmente a favor do tecnocrata. Com todos os defeitos, essa gente fez a industrialização do Brasil. O tecnocrata era o confessorário do homem de empresa. Era dele que se recebiam estímulos, orientação, proteção violenta - em termos de proibição de importação, etc. Fez-se aos trancos e barrancos, mas foi feita. Não havia sofisticação, mas a direção era certa: a industrialização e a desculpa da economia de divisas. É por isso que o Veloso está falando de novo agora. Ele se lembrou dessa história, aproveitou o tema. E já alguns querem contestar, mas acho que o Veloso tem razão. Nós tiramos sempre partido das crises cambiais. É verdade que no passado foi a única forma, agora nós temos uma parte mais racional, não é necessariamente a mesma. Mas, é verdade.

Tivemos industrialização durante a guerra, porque não se podia importar. Fez-se aos trancos e barrancos, sem cuidado e com altos custos, mas o fato é que, quando acabou a guerra, muita gente fantasiada de industrial gostou, importou equipamentos, racionalizou... E o segundo aspecto, a crise cambial de 47. Aliás, coincidiu, afortunadamente, o terceiro impulso: a Guerra da Coreia. Justificou uma série de medidas protecionistas violentas que não tinham justificção de outra forma. E, inclusive, não tinha apoio nem nos economistas mais equilibrados, como o Dr. Gudin, e outros mais. Tinham medo do abuso, do excesso, da superproteção. Mas deu certo, porque, em atividades em que havia competição interna, a superproteção não distorceu. A competição interna manteve o preço do consumidor em nível razoável, não deu os lucros fabulosos que uma situação daria com a proteção total. Aliás, as autoridades - o Blank vai dizer isto - não davam, quando a atividade era monopolística; nunca se deu. O governo não foi tão estúpido assim, nem o tecnocracia, mesmo o não-sofisticado. Quando era empresa ou grupo estrangeiro... À indústria farmacêutica estrangeira nunca se deu proteção.

O que preocupa mesmo o Dr. Gudín e o Dr. Bulhões, eu tenho dito a eles, é que é preciso entrar em um pouco mais de detalhe. O tecnocrata não-economista, como o Blank, não é tão estúpido, não é estúpido. Têm certas coisas que são questão de bom senso. Eu fui durante oito anos membro do Conselho de Política Aduaneira, membro fundador. Quando chegava um grande laboratório estrangeiro, e pedia proteção (e ele inventava as fórmulas, tinha o *know-how*, e tinha competidor aqui dentro), a tarifa ficava em 5%. Eu dizia: “Os senhores são um poder tremendo, podem competir”. Não se dava. Nos casos em que se deu, por economia cambial, havia muita competição dentro do país e isso manteve um certo preço. De forma que aquelas distorções tremendas que se esperava fossem induzidas por um sistema grosseiro desses... Na verdade, foi aplicado e deve ter gerado distorções, mas não tanto quanto se esperavam porque foi aplicado seletivamente. Era um instrumento muito poderoso.

Em certos casos, no Conselho de Política Aduaneira, adotou-se uma situação intermediária. A gente precisa importar um produto, não adiantava colocar uma alíquota violentíssima e encarecer tudo. Então, liberava-se uma importação complementar e, sobre aquela, não se aplicava tarifa. A tarifa tem uma função protetora, e não uma função de aumentar custos. Se você tiver que importar uma quantidade complementar, você isenta de tarifa. Não há problema de proteção à indústria nacional, pois está sendo importada só a parte complementar. São processos práticos de implementação.

P.M. Era, então, um instrumento bastante flexível, pragmático, para cada caso?

C.R. - Sim. Esses grandes laboratórios estrangeiros nunca levaram proteção aduaneira. Por razões: na maioria dos casos, eles são donos da fórmula e não têm problema de competição. Ou estão competindo os grandes aqui dentro, não? E mesmo competição de fora, que venha! Eles têm força suficiente para agüentar. Estão sobrevivendo todos eles.

Mas acho que o Blank tem muita coisa interessante para contar. Sobretudo a grande vantagem do Blank é que ele é um homem que construiu, implementou uma política com o pé na realidade, conversando com homens de empresa e analisando os problemas um por um, em vez de apenas examinar as grandes formulações teóricas. Embora seja muito bom ter o enfoque global para ver-se a direção, é muito mais importante conhecer o que está acontecendo. Em vez de pressupor que os homens reagem de um modo geral, é preciso saber que homens de empresa são os senhores fulano, fulano e fulano, numa lista de cem; esses são os homens de empresa. E o Blank é o homem que conhece o universo, em matéria de empresário. Ele não precisa ficar com ponderações gerais sobre como deve reagir o empresário médio. Não, ele conhece todos, um por um, o universo relevante. E conversou, examinou os problemas de cada um, ouviu a história de cada um. Ele aprendeu como o diabo! Ele ouvia o pessoal todo São coisas interessantíssimas. Cada um traz um ramo de sua experiência, expõe os seus problemas, traz demonstrações, explica e então o funcionário, o tecnocrata vai ver; é um negócio fascinante, o processo industrial, como funciona. É necessário para poder, inclusive, entender o porquê do problema que ele está contando. No final, ele adquire um conhecimento como o do Blank, enciclopédico e prático. Outro que tem assim e que merece ser entrevistado, embora tenha menos nível que o Blank, é o Alberto Carmo Tangari.

P.M. - Ele está no BNDE?

C.R. - Não, ele esteve lá como interventor branco, no caso Ipiranga. Ele foi chefe do gabinete do ministro da Indústria e Comércio, no tempo do Pratini, eu acho. Esse é outro também impressionante. Ele sofreu umas perseguições, disseram que ele estava trabalhando meio expediente no governo, meio expediente para ganhar dinheiro aí, não sei que mais. Não entro no mérito dessas coisas. É uma enciclopédia ambulante! Eu nunca vi igual!

P.M. - Em que área?

C.R. - Na área industrial. Ele conhece tudo: produtores do exterior, produtores daqui; é uma coisa impressionante. Esse camarada nunca escreveu mais que um memorando na vida dele. É consultor de uma empresa qualquer, e o governo não o está utilizando.

P.M. - Aonde está ele agora?

C.R. - Não sei onde ele anda. Acho que ele está com um escritório de consultoria. (Quando o sujeito não tem nada o que fazer, abre um escritório de consultoria. Está em trânsito, não é?) Ele é dicionário; é um sujeito que dá 30 pareceres em um dia, sobre qualquer problema. Ele dita, a datilografia bate, ele assina e manda. Nunca vi igual. Ele tem uma memória prodigiosa, com 20 anos de vivência, conversando com industrial brasileiro e estrangeiro. O que ele conseguiu guardar na cabeça, afora as anotações que deve ter, sua bibliotecazinha... É impressionante o seu conhecimento factual. Ele dá pareceres técnicos industriais: “Ah! Esse processo é assim, assim, assim, assim. Na industrial química, por exemplo, esse processo não foi tentado no Brasil. Há tais indústrias, etc. Esses outros processos ainda não são feitos, mas importam-se os produtos tais, tais e tais. A produção anual estimada e o consumo aparente são tais”. Ele sabe tudo.

P.M. - De cabeça?

C.R. - De cabeça. Ele dita um memorando e manda. Ele faz 30 memorandos por dia. Um rapaz novo bem informado pode estudar, e vai levar um, dois, três, quatro cinco dias vendo lendo um bocado de coisas e se instruindo, para fazer um desses trabalhos. Ele está na fase de fazer 30, está naquela fase de enciclopédia ambulante. É um danado. Muitas vezes o sujeito lê muita coisa, mas não tem muita memória. Ele tem uma memória tremenda. E sobre coisas do Brasil...

P.M. - Como é o nome dele?

C.R. - Alberto Carmo Tangari.

P.M. - Tangari?

C.R. - Sim; ele é ascendência italiana. Ele tem uma cara de *cackney*, inglês boxeador. Mas é uma parada, o Tangari. Ele vale.

O Tangari é assim como o Hélio Magalhães Escobar, que antigamente, em finanças públicas, tinha um conhecimento factual enorme em técnica orçamentaria. Isso foi há 15 anos. Agora é possível que ele já esteja desatualizado, ultrapassado. Mas o Escobar era um negócio! E o pessoal ficava danado, porque ele trabalhava comigo.

Agora, acho que o Hélio Magalhães Escobar está como delegado do Tesouro em Nova Iorque. Diziam: “O Escobar é folgado; sai por aí, vai para não sei onde...” Eu respondia: “Mas acontece que, tudo o que eu peço a ele, ele faz em tempo recorde, e muito bem; depois ele some”. Resolvemos ver se conseguíamos entupir o Escobar de trabalho. E demos o que seria dez vezes mais do que razoável para qualquer sujeito normal; trabalho para um mês, em 4 dias estava tudo pronto e depois... Ele fazia a parte fiscal na *Conjuntura*. E escreveu pareceres para o relator da Receita. na Câmara, durante uns dez ou 12 anos. Foi funcionário do DASP, da Fazenda, etc., e eu o requisitei para o Departamento Econômico, para tomar conta da parte financeira.

Ele acabou como chefe de programação do Delfim, foi o último trabalho dele. Delfim mandou-o para a Delegacia do Tesouro. Ele não tinha ambição de ser delegado, mas foi. Ele desconfiava dos outros e não ensinava ninguém. Eu brigava para que ele formasse gente. Ele ensinava 10% do que sabia à rapaziada e guardava o resto para ele. Para ele. Para ele abrir o bico... Pode ele abrir o bico... Pode ser que ele tenha mudado.

Da parte das finanças públicas, tem muita gente que conhece, que se refinou muito de lá para cá. Mas o Tangari, barbaridade! Vale a pena o governo empregá-lo, mas no Ministério da Indústria e Comércio estão algumas pessoas que não gostam dele. Se este camarada trabalhasse só duas horas por dia no Ministério da Indústria e Comércio (muito bem pago), valia por uma equipe de dez sujeitos que estejam lá em tempo integral. Não se aproveita o que este camarada já acumulou. Para despachar processo no MIC (que está assim de processo de patente, e aquilo tudo está parado), o Tangari era um homem perfeito. Ele põe em dia aquele negócio no Departamento de Patentes. Ele trabalha duas horas, mas basta. Às duas horas desse camarada são de rachar.

Mas pelo menos o Blank participou em nível mais alto nas decisões. O Blank foi gerente, assessor de diretor. E até o Pook, não é?

I.B. - Dr. Casemiro, nós podemos mandar ao senhor uma carta formalizando o pedido para, em momento oportuno, podermos ter acesso a sua documentação?

C.R. - Pois bem, está certo.

I.B. - Nós podemos formalizar isso, fazendo a carta e quando considerar conveniente o senhor dá uma resposta.

C.R. - Está certo. Tenho até uma justificativa para ver como é que estão estas coisas por lá, não é? Vou ver lá no sótão, e pode aparecer muita coisa. Eu, inclusive, não gosto de abrir aquilo. Às vezes eu vou para ver o que posso jogar fora; dali a pouco, dou conta de mim mesmo e vejo que passai quatro horas olhando. Vou rasgar, mas vejo, por exemplo, a carta do Alkmin, começo a pensar e vou ler. De modo que tenho que fazer uma triagem. Muito documento se perdeu. Da Carteira de Redesconto, eu tenho todos os pareceres que dei; e as decisões e resoluções do Conselho Monetário. Mas as resoluções não são problema, estão publicadas.

[FINAL DA FITA 7-A]*

4ª Entrevista: 20.07.1979

R.R. - Dr. Casemiro, eu gostaria de começar essa entrevista complementar perguntando sobre a sua infância, suas origens familiares, o local e a data em que o senhor nasceu.

C.R. - Aparentemente é uma coisa simples, mas requer uma certa explicação. Meus pais se casaram e vieram morar no Rio de Janeiro por algum tempo.

R.R. - Eles eram de onde?

C.R. - Minha mãe era do Rio Grande do Sul, e meu pai de Santa Catarina, mas da mesma família, do lado português: eram primos, do lado dos Ribeiros. Passaram algum tempo em Joinville. Santa Catarina é a terra natal de meu pai, de onde tinha saído com 18 anos de idade. Voltou só por saudosismo, e passou lá um ano e pouco. Eu nasci em Joinville e, com seis meses de idade, fui levado para Porto Alegre. De modo que, realmente, não me tivessem dito que nasci em Joinville, eu diria que nasci em Porto Alegre, pois foi onde me criei, fiz as amizades de infância, e onde nasceram os meus outros irmãos mais novos. Eu sou o mais velho.

R.R. - São quantos irmãos?

C.R. - São cinco; eu sou o mais velho de cinco irmãos. Tenho uma irmã e três irmãos. Todos nasceram no Rio Grande do Sul.

Fui trazido para o Rio de Janeiro por meu pai, aos 13 anos de idade, e aqui fiquei até hoje. De modo que sou um carioca naturalizado há muito tempo. Tenho voltado esporadicamente ao Rio Grande do Sul. Por incrível que pareça, a Santa Catarina jamais voltei. Vivo planejando dar um pulo lá, visitar aquela colônia alemã muito interessante, ver a influência da colonização alemã. Por via paterna, tenha alguma ascendência alemã.

O meu pai, com 18 anos de idade ainda, estava em Joinville. O pai dele havia morrido quando ele tinha apenas três anos de idade e, aos 18 anos ele recebeu uma pequena herança que o pai tinha deixado, para que ele fosse estudar na Europa, na Alemanha. Minha avó era descendente de alemães. E ele foi, pouco antes da Primeira Guerra Mundial, creio que em 1912, para a Alemanha, para a Prússia engenharia na famosa Universidade de Charlottenburg. E ficou uns cinco anos na Europa, estudando em Charlottenburg e passando as férias em Munique, na Baviera. É também curioso e vale a pena chamar a atenção para o fato de que Joinville. no final do século passado e no começo deste, não tinha escola brasileira, de modo que a alfabetização ou era feita na Deutscheschulle ou ficava-se esperando outra oportunidade, ou então a família levava para outro lugar. E meu pai se alfabetizou em alemão, o que explica o fluente alemão que falava. Depois, estudou cinco anos na Europa, que o marcaram profundamente, pois na Alemanha, apesar de ser da Prússia, ele teve uma formação democrática muito arraigada. É curioso, mas ele sempre foi um antimilitarista, e alertou-me quando Hitler começou a botar as manguinhas de fora.

R.R. - Ele já percebia.

C.R. - Sim, ele percebeu o fenômeno. Ele leu livros e traduziu para mim, em Porto Alegre. Eu era garoto, mas ele chamava a minha atenção para o desenvolvimento nazista. Ele recebia alemães e sentia um certo movimento nazista aqui. Acompanhou a perseguição aos judeus, que ele achava uma injustiça tremenda. À parte o aspecto humano, tremendamente trágico, ele dizia que o judeu, na Alemanha era alemão, se sentia alemão, era patriota. Não havia distinção, a não ser de religião. Ele conviveu com muitos amigos judeus alemães e ele nem se dava conta de que eram judeus. Até pela aparência física, não havia grande diferença. Então, ele dizia: “Isso é uma ironia tremenda, fazê-lo dentro da Alemanha, porque se há um país em que judeu se sente nacional é a Alemanha. Isso é fictício, é montado, é errado!” Ele mesmo era amigo de Osvaldo Aranha, então ministro das Relações exteriores, e uns dez anos depois, em 44, ministro da fazenda. Várias vezes meu pai foi falar com o Osvaldo Aranha para facilitar a entrada de refugiados no Brasil. Ele tinha uma sensibilidade muito grande.

O curioso é que ele tinha admiração pelos ingleses. Teve muito contato com os ingleses, foi representante de firmas inglesas e fez muitos amigos. Ele planejava para mim uma educação na Inglaterra. E dizia: “Mais do que a Alemanha, hoje em dia é a Inglaterra que forma o homem, que dá educação”. Ele começou a separar dinheiro para pagar minha educação em Oxford ou em Cambridge, correspondia-se com amigos de lá, para obter influência e seu poder na faculdade, eventualmente. Mas quando chegou a época, eu já era funcionário do Banco do Brasil, estava pensando em outras coisas, estudando economia aqui, e a idéia de passar...

R.R. - E havia a guerra, não?

C.R. - Sim, a guerra. A Europa ficou isolada durante aquele período todo.

Mas ele exerceu uma influência a favor dos ingleses, pelas amizades, muito mais do que a favor da Alemanha. Naquela época, a tal ida ao exterior não se consumou. Viajei somente muitos anos depois, já em 55, quando fui tirar um curso na *London School*. Eu já tinha trinta e poucos anos de idade. Foi um semestre apenas. Ele me tinha programado para tirar todo o curso universitário lá, passar três anos, e estava juntando dinheiro para isso, tal importância que dava a esse tipo de educação. De forma que a minha origem foi essa. Eu terminei o ginásio no Rio de Janeiro...

R.R. - Seu pai já se interessava por economia?

C.R. - Não. Ele era engenheiro e, depois, dedicou-se à exportação de minérios. Homem de cultura geral, ele gostava muito de ler, e na juventude tinha sido metido a literato e escrito alguma coisa.

R.R. - O senhor também, pelo que me falou.

C.R. - Sim, eu também tive aquelas fases. Aos 14 anos, revelei um certo jeito para desenho - um pouquinho mais de talento do que a média -, e então meu pai se entusiasmou: “Você precisa desenvolver isso. Você vai se desenvolver com o meu amigo Osvaldo Teixeira”. Osvaldo Teixeira, acadêmico empedernido mas um grande artista, uma grande alma, era um homem extraordinário. Depois, foi muito hostilizado, porque se recusou a admitir a evolução da arte moderna, achou tudo aquilo uma grande farsa. Ele honestamente achava. Pegou-se, depois, como diretor da Escola de Belas-

Artes, e hostilizou a arte moderna na escola. Foi uma coisa lamentável, porque o Osvaldo Teixeira era um homem puro, um artista, um temperamento. Agora, ele era um italiano da Renascença; o sonho dele era ser um daqueles grandes da Renascença. Ele desenhava maravilhosamente.

R.R. - Ele tinha traço fabuloso. E os filhos herdaram dele, também.

C.R. - Um dia deveriam fazer um museu Osvaldo Teixeira, porque ele realmente era impressionante. E dominava todas as técnicas: desenho, sangüínea, aquarela, guache, pastel, coisas que ele nunca exibiu. Eu ficava lá com ele. Passava as férias desenhando, três vezes por semana. Era um ambiente muito interessante. Ele me disse: “Você tem jeito para desenho, você gosta, e se quiser escolher uma carreira sólida, vá para arquitetura, em que você pode desenhar uma técnica e ao mesmo tempo, desenvolver a criatividade artística”. E eu andei pensando, comprei livros de arquitetura, conversava com os amigos dele...

Lá pelos 17 anos, comecei a me interessar por literatura. Devorei Machado de Assis e Eça de Queirós, que lia e relia; e outros, como Alberto de Campos. Comecei a escrever umas coisas. Um dia, acabei de escrever um conto e mandei para a revista *carioca* que, acho, era do grupo de *A Noite*. Era um semanário que tinha um concurso de contos. Eu mandei, mas sem grandes esperança. Para minha surpresa, fui premiado. Ganhei os meus primeiros níqueis aos 17 anos, o prêmio do concurso. Acho que eram cem mil-réis, que naquele tempo era cem mil-réis, que naquele tempo era dinheiro como o diabo. E o ilustrador, que apenas por acaso tem o meu sobrenome, foi Jerônimo Ribeiro, um excelente ilustrador de bico-de-pena. Nunca mais o vi, a não ser lá há umas duas ou três semanas atrás, na feira hippie, na praça general Osório. Um irmão meu me disse: “Casemiro, você sabe que eu encontrei o Jerônimo Ribeiro, que fez a ilustração para o seu conto em 1937?” Eu exclamei: “Não diga!” Ele confirmou: “É, ele está aqui”. Ele está lá só para se divertir. Está com uns 70 anos. Fui lá bater papo com ele.

R.R. - Ele vai lá todo domingo, para desenhar?

C.R. - Sim, para desenhar. Ele pinha também e vende uns quadros, mas é sobretudo um homem do desenho. Tem um traço definido, firme, de personalidade.

Eu fui o literato da turma, na idade dos 17,18, 19 ou 20 anos, de uma turma de escrevinhadores muito vagabundos no ginásio, mas que, para minha surpresa, transformaram-se em bons literatos. Eu, cada vez mais, piorei meu estilo, passando, como burocrata, a redigir ofício e relatório.

R.R. - Quem são eles?

C.R. - Um deles, meu companheiro de ginásio, foi o Sérgio Porto, um ano mais novo do que eu e um ano atrás no ginásio. Outro, do ginásio também, o Maneco Müller. Estivemos no ginásio juntos. E eu era a figura importante naquela época: era o único autor publicado! Era respeitadíssimo e consultado.

R.R. - Onde o senhor fez o ginásio?

C.R. - A primeira parte, no Colégio São Bento. Depois, meu pai teve que passar um ano viajando, antes de trazer o resto da família - eu vim sozinho com ele -, e então fui internado em um colégio que tinham dito ser excelente. Tinha sido fundado por um inglês e chamava-se Anglo-Brasileiro. Era na Niemeyer, atrás do Edifício Cordeiro. Era uma beleza. Tinha uma praia na frente etc. Mas na verdade, quando cheguei lá, vi que o ginásio estava bastante decadente. Tinha boa frequência, mas essa boa frequência era geralmente das ovelhas negras das famílias ilustres, que não agüentavam os filhos em casa e os mandavam para lá. Então, tinha filho de ministro, filho de fazendeiro rico de Mato Grosso, mas a turma em si era da pesada. Eu fiquei dois anos neste Ginásio Anglo-Brasileiro, que era um paraíso. Todo dia, de manhã, ia-se tomar banho cedo. Às sete horas tomava-se um café, punha-se um calção, e ia-se para aquela praiazinha que hoje é do Sheraton.

R.R. - Ah, sim, aquela pequenininha.

C.R. - Sim, naquele tempo era praticamente nossa. E tinha de tudo naquele colégio. Havia bons professores, gente nova que estava começando naquela época. Apenas para citar um nome, Fausto Cunha era meu professor de português. Fausto Cunha, há muitos anos, é uma autoridade em estudos de filologia. Ele tinha 20 anos de idade, eu tinha 15, e ele já era professor. Eu estudava profundamente o cancionero português e aquilo tudo.

R.R. - Bem, naquela época, o ginásio era muito bem dado; não era isso que é hoje.

C.R. - Ele era entusiasta. Francês era dado por um francês que aportou aqui no Brasil e ficou. Pelo menos, francês ele sabia. O Pessoal era irrecuperavelmente indisciplinado, mas havia professores bons. Depois, a família Cunha vendeu o ginásio. Tinha o Aécio Cunha, meu colega de ginásio, hoje deputado em Minas Gerais. Era a família de Tristão da Cunha: Benjamim Cunha e Celso Cunha, sobrinho de Tristão da Cunha. Bem, eles venderam, nós fomos embora e, mais tarde, aquilo virou colégio de freiras, o Stella Maris. Vendido, a turma foi transferida já no penúltimo ano do ginásio, por convênio, para um colégio em Botafogo, o Colégio Aldridge. Foi onde encontrei, então, Sérgio Porto, que era filho de um funcionário do Banco do Brasil, da velha guarda. Depois, ele entrou para o Banco do Brasil. Mais tarde, eu entraria também - e ele, como eu, não tinha vocação alguma para bancário. O Maneco Müller era irmão e neto de diplomata de nome Müller, muito conhecido. Não confundir com Filinto Müller, que não tinha nada...

R.R. - Que não tinha nada de diplomata.

C.R. - É, mas o pai do Maneco tinha sido diplomata e o irmão era diplomata. Esse era colega do colégio da praia. E o outro colega de literatura era o brasileiríssimo, mas de origem hebraico-egípcia, famoso humorista, Leon Eliachar, que trabalhou na *Manchete*. Conheci o Leon quando eu tinha 19 anos e ele, 18. Leon escrevia umas crônicas e vinha me mostrar, porque eu era autor publicado e ele não era. Piada tido o tempo. Uma verve tremenda. E ele me trazia: “Casemiro, você acha que está bom? Eu vou oferecer ao *Fom-Fom*”. O *Fom-Fom* já estava em decadência há muito tempo. A época alta do *Fom-Fom* foi em 1920 ou 30. Em 1940 já estava em decadência. Mas justamente por isso, era fácil publicar umas coisas de graça.

Um dia, ele chegou triunfante, de pois do jantar, na esquina de Figueiredo Magalhães com avenida Copacabana: “Casemiro! O Fom-Fom publicou a minha crônica!” Eu perguntei: “De graça?” Ele respondeu: “De graça, ora! O que é que você queria?”

Uma série de pessoas tinha ido para o Banco do Brasil ganhar dinheiro, para não ficar dependendo dos pais, mas não tinha vocação alguma para bancário. Alguns detestavam o funcionalismo. Mas chegamos lá e vimos que o assunto não era tão ruim assim. Tinha um pianista, tinha de tudo no Banco do Brasil. Havia de todas as vocações encostadas ali.

R.R. - O senhor começou a se interessar por economia no Banco do Brasil?

C.R. - Sim, no Banco do Brasil. Eu entrei muito cedo, com 19 anos, e fui designado aqui para o rio de Janeiro. Por sorte, fui designado para o departamento econômico, cujo nome era Seção de Estatística e Estudos Econômicos, que pertencia à direção geral. De certa forma, a direção geral era a diretoria dos órgãos de administração, o topo, o que para mim foi bastante interessante. O curioso é que, quando me surgiu a oportunidade de ir para o departamento de estudos econômicos, o funcionário do departamento de funcionalismo do banco me disse: “Olhe, nós vamos designar você para a Seção de Estatística e Estudos Econômicos, mas não é absolutamente nenhuma maldade nossa. Você já teve oportunidade de ficar no Rio de Janeiro, outros foram para o interior...” Eu disse: “Eu não escolho. Estatística e Estudos Econômicos? Para mim está ótimo. É uma coisa interessante”. Ele retrucou: “Não, o problema não é esse. O problema é o chefe, que é o pior de todo o Banco do Brasil”. Na minha opinião, inclusive mau-caráter. Agora, era homem trabalhador, veterano homem da velha guarda, homem que não fez o ginásio, só tinha o primário, de uma dedicação extraordinária.

R.R. - Comandava bem a seção.

C.R. - É. Tomei informações sobre ele, e o meu pai disse: “Ora, eu conheço! Eu já fui ao Banco do Brasil e conheço esse homem. Ele me atende muito bem, me trata muito bem. Você está querendo ir para lá? Eu dou uma palavra com ele para ele amaciar a coisa e não maltratar você”. Realmente, meu pai deu uma palavra, e o cara me tratou muito bem. Mas ele era realmente um ferrabrás, um homem terrível. E naquela época, as informações para promoção no Banco do Brasil eram confidenciais. Confidenciais mesmo, lacradas, fechadas. E o sujeito, que era de maus bofes ou extrovertido, realmente falava mal do funcionário de forma arrasadora. E alguns ficaram famosos no Banco do Brasil.

Uns dez anos depois que entrei, o banco foi levado a acabar com a informação confidencial. O sujeito tinha que assinar, dar acesso e botar o visto. Aí, houve a tendência inversa: todo o mundo era bonzinho, de acordo com as informações. Então, era preciso dar um desconto muito grande nas informações, para ver o que era válido e o que não era. Caiu-se um pouco no extremo oposto, e a informação perdeu muito o valor. Anteriormente, havia abusos mas, de um modo geral, a informação tinha mais valor, era mais autêntica.

Mas foi nesse departamento que tomei contato com assuntos de economia, começando aos 19 anos. Passei a estudar estatística e metodologia, conheci algumas

peessoas que estudavam economia e estavam mais adiantadas, como o Aldo Batista Franco, que era funcionário com mais dez anos do que eu, seguramente - o que, naquela época, fazia muita diferença. Ele já viajava ao exterior, e eu me entusiasmei realmente, comecei a ler, a estudar.

R.R. - Que autores o senhor lia?

C.R. - Eu lia absolutamente de tudo; tudo o que me caía nas mãos, principalmente aquelas traduções mexicanas do Fundo de Cultura, com capinhas cor de laranja. Inglês, eu lia bem. Um dos meu *textbooks* preferidos, em ordem de maior generalidade, e o mais simples deles era o do Samuelson, cuja primeira edição eu já li em 48. Antes, tinha o do Kenneth Bolding, que era um trabalho mais acadêmico e, seguramente, o melhor *textbooks* que havia na época. No Brasil não tinha nada que se aproveitasse, praticamente, a não ser os *Princípios de Economia*, do Dr. Gudin.

R.R. - São de 46, não é?

C.R. - Sim, mais ou menos de 46. Comecei a ler muita tradução em espanhol. A Fundo de Cultura tinha traduzido o que havia de melhor na época, como o livro do Haberler sobre comércio internacional, que é dos que ainda guardo de memória. A gente tinha que fugir que mesmo o novato sabia que estavam ultrapassados, como a *História das doutrinas econômicas*, de Charles Gide. Este até que ainda passava na parte histórica, mas quando entrava na atualidade, deixava muito a desejar. Ele era um defensor de padrão-ouro, da moeda metálica, da necessidade do padrão metálico. Sem falar em alguns locais, que eram realmente tristes.

R.R. - O que havia de local?

C.R. - Havia um camarada chamado Papaterra Limonges. Que desgraça! Era uma série de besteiras. Não quero fazer injustiça, mas o único livro-texto de categoria que havia na época e que me impressionou não era de economia, mas de um filósofo, uma cabeça fora do comum, o Djacir Menezes. Era um compêndio de economia política, em que ele privilegiava as ligações da política econômica com outros aspectos, como a sociologia etc. Essa leitura era complementada por outras, como a do Samuelson, um trabalho de divulgação, e sobretudo a do Bolding, a meu ver, o melhor *textbook* da época, e outros. Todo o mundo lia Keynes, mas não entendia.

R.R. - Keynes, pelo menos, era lido.

C.R. - Era lido, e era uma tortura mental, porque ele lançou um vocabulário novo, não qualificou as coisas, mudou coisas no meio do caminho, colocou conceitos no livro... É um livro extremamente difícil e, inclusive, inacabado. Ele resolveu publicá-lo em três anos, e escreveu-o na ponta do joelho. Ele não queria esperar, para divulgar certas idéias, e fez bem em não esperar.

R.R. - Apesar de lido e não entendido, já tinha alguma influência?

C.R. - Tinha. E ficavam-se repetindo certas coisas, como a parte monetária, demanda para transações, demanda para liquidez, aquelas coisas que ainda vinham do seu *Tratado da moeda*, realmente um tratado fabuloso - e onde o Dr. Gudin se inspirou para

o seu livro -, e onde Keynes aparecia como um economista clássico, com toda a educação clássica que tinha. Mas a novidade mesmo era a *Teoria geral*, que tinha muitos trechos de boa literatura. No meio do livro, o estilo dele muda, há algumas piadas, mas boas tiradas. Mas ele tropeçava a todo momento, o que eu atribuía à minha ignorância, à minha dificuldade em perceber. Hoje, vejo que o livro é realmente mal escrito, do ponto de vista metodológico. ele estava avançado em um caminho novo, e tinha que ser lido.

[FINAL DA FITA 8-A]

C.R. - Sobre comércio internacional, o livro clássico era o do Haberler. Havia também o livro de tarifas de um brasileiro, *Tariffs*, de Otávio Paranaguá, livro-texto na bibliografia das universidades americanas. Otávio Paranaguá era um brasileiro curioso que viveu sempre no exterior, paulista da família Paranaguá, muito conhecida. Viveu sempre no exterior. Quando foi criado o fundo Monetário Internacional, ele foi lá trabalhar e acabou sendo diretor por dez anos. Era um barganhador terrível. Conhecia o assunto a fundo, mas depois se desinteressou da parte acadêmica, deixou de estudar. Mas o livro dele, *Tariffs*, em certo momento fazia parte da bibliografia internacional. Era um homem de uma vivência imensa. Tinha negociado em Genebra por muitos anos, na época em que morava na Europa.

E havia ainda o pessoal que depois iria construir o ISEB. Alguns anos depois, já na segunda metade da década de 40, fui ter contato com Rômulo de Almeida, que estava no gabinete da presidência, com Getúlio.

R.R. - Ele foi assessor do Getúlio.

C.R. - Depois, na Confederação Nacional da Indústria, fiz contato com o Evaldo Correia Lima. Este era um economista de muito valor, que passou uns anos no exterior, foi diretor do BNDE e foi do ISEB. Depois, ele perdeu um pouco o *élan*. O Evaldo teve o tufano de traduzir os *Princípios*, de Marshall, na década de 40. Os *Princípios*, do Marshall! pouca gente ia ler aquilo. eu comprei religiosamente, embora já o tivesse em inglês. Foi editado pela Itatiaia. Atualmente, estou fazendo um comitê editorial para a Anbid e vamos traduzir algumas obras, reeditar alguns clássicos, fazer uma coleção de economia e finanças e mercado de capitais. então, eu estava me lembrando de falar com o Evaldo - que é vivo e está aposentado - e perguntar a ele o que é feito dos princípios do Marshall, que ele traduziu. Havia uns heróis desse tipo, na época.

R.R. - Depois, o mercado de traduções daqui caiu um pouco. Mas nessa época ainda se traduziam clássicos com uma certa coragem.

C.R. - Imagine, um sujeito comprar os *Princípios* de Marshall! Quem estava interessado em ler Marshall podia fazê-lo em inglês. O sujeito traduzir o livro do Marshall é de rachar! Da mesma forma, Dias Carneiro traduziu o livro do Samuelson - a segunda edição, se me engano, a de 51. dias Carneiro era um sujeito genial, mas tinha esquecido o português. Então, a tradução ficou muito ruim. Ele tinha passado anos e anos no exterior, era homem do Itamarati, manobrava melhor o inglês do que o português e teve dificuldade para traduzir. Traduziu às carreiras, ditando, e ficou aquela tradução literal,

muitas vezes com neologismos que ele inventou, esquecendo-se de que, às vezes, já havia uma expressão consagrada em português. Ficou uma coisa pernóstica.

R.R. - Hoje em dia isso é muito comum.

C.R. - Ainda é comum, não é? É natural, o sujeito conhece melhor o vocabulário em inglês, porque estudou mais. Não havia livros em português, e ele vivia fora do Brasil. Era um homem brilhante o Dias Carneiro, um homem fora do comum. E ele traduziu aquilo com muito boa vontade, sem ganhar nada. Foi a Agir, do Cândido Paula Machado, que o estimulou a fazer a tradução. E ele prestou esse serviço. Teve a sua utilidade, mesmo traduzindo como o foi, às carreiras. Depois, fizeram uma tradução completamente diferente, mesmo porque as edições se modificam.

R.R. - Qual era o pensamento econômico mais influente no Brasil, por essa época?

C.R. - Havia várias correntes que vinham surgindo - isto, já na década de 50. Na década de 40, havia a influência da guerra, tinha ainda uma velha guarda, ultrapassada, que lia alguma coisa em francês. Isso não inclui o Dr. Gudin, evidentemente, nem o Dr. Bulhões, mas tirando esses homens de valor extraordinário, o resto ficava muito atrás, repetindo livros da década de 20, os livros-texto franceses. Mesmo a gente nova, que estava engatinhando ainda, notava aquilo. Eu comecei a ensinar muito cedo ainda, como professor na ACM. Lembro-me de que uma vez, o Sartini, um jornalista muito conhecido, baixinho e de olhos arregalados, muito vivo, tentou me testar. ele foi para a aula, pegou um livro de Charles Gide, ultrapassadíssimo. eu estava falando em muita coisa muito elementar sobre moeda, e ele disse: “Professor, eu estou lendo um livro de uma autoridade, e notei uma discrepância entre o que o senhor está dizendo e este livro. Gostaria que o senhor me explicasse”. Respondi: “Ora, com muito prazer. Provavelmente o livro está errado”. Ele retrucou: “Vamos ver”. eu perguntei: “Em primeiro lugar, qual é o autor do livro?” Ele me disse que era o Charles Gide. eu disse: “Já começou mal. Autoridade notável, totalmente ultrapassada”.

R.R. - A discrepância tinha idade.

C.R. - Sim. Eu continuei: Esse aí, você não leia, a não ser como curiosidade histórica, se não, vai ficar adorando o padrão-ouro fora de época”. Então, ele me leu um trecho que estava pavoroso. O Sartini estava achando que tinha-me apanhado pelo pé com aquele negócio. Eu disse: “Olhe, Sartini, tome nota. Foi bom você ter levantado a questão. Não vou incluir esse livro no curso, embora seja um dos mais famosos do início do século. Mas não dá mais. O autor é um bom professor, mas nunca deu contribuição original, nem na época”.

R.R. Era mais expositor, não?

C.R. - Sim, expositor, bom didata, como o francês é, com toda aquela clareza. Mas o outro me cita o Sr. Papaterra Limonges. Esse, nem na época tinha sido bom. Era daqueles sujeitos que o Dr. Gudin, ainda agora, no seu aniversário, semana passada, disse: “Casemiro, veja só, uma vez disseram ao Raul Fernandes que esse homem, que estava para chegar aqui, era muito bom e tinha 80 livros publicados. eu perguntei quantos e me repetiram 80. Então eu disse que ele só podia ser uma besta. Oitenta livros: é uma besta! Não é possível. Não há sujeito inteligente que produza 80 livros”.

Havia aqui um gozador muito grande, o Tolstói Klein, que era um fabricante de livros. Com muito talento para o jornalismo, ele lia e copiava livros americanos, franceses, mas descaradamente, e produzia livros aos tombos - não muito grossos, inclusive para facilitar a cola. Produção pequena.

Havia então um contraste muito grande: algumas pessoas realmente notáveis, uma velha guarda ultrapassada, e um pessoal novo, lendo muito o inglês e o americano, não lendo mais o francês. Havia exceções nos autores franceses, e alguns nos visitaram aqui, como o Raymond Barre, antes de entrar na política, e o Alain Barraire, jovem economista, professor, que esteve aqui mais de uma vez. Não obstante, realmente a influência passou a ser americana e inglesa.

R.R. - Acho que é o próprio Dr. Gudin quem diz que, aqui no Brasil, houve um pulo de Adam Smith direto para Keynes.

C.R. - Sim. E o pior é que o nosso problema é de inflação, e Keynes falava de depressão. Nosso problema é de análise de desenvolvimento econômico, e ele não teve tempo de pensar no desenvolvimento econômico. Ele fez análise de curto prazo, e pressupunha não haver mudança no capital. Ele falava em investimento líquido, e investimento líquido é aumento de capital. Mas a análise dele pressupunha que o capital era constante, e esse é um pressuposto de curtíssimo prazo. A metodologia era nova, não tratava de dinâmica do desenvolvimento econômico, não tratava da inflação, a não ser na guerra. Ele fez um folheto, "*How to pay for the war*", em que falou no hiato inflacionário, *inflationary gap*, deu umas tintas de como o enfoque macroeconômico podia ser adaptado, mas não teve tempo de levar para a frente. Morreu em 46, e o pessoal ficou tonto, cada um atirando numa direção, e causando inclusive um certo prejuízo. Explico. No Brasil, o problema era em grande parte monetário, de emissões desbragadas, embora as pressões políticas fossem, naturalmente, de ordem social, estrutural. Mas há um desregramento financeiro e monetário. E Keynes desprestigiou muito os monetaristas, os Keynesianos. Os monetaristas foram mais ou menos arquivados, com algumas raras exceções.

O monetarista tinha a sua função, ou seja, de chamar a atenção para o desregramento monetário. Só mais recentemente, de uma década para cá, é que os estudos monetários tornaram-se importantes novamente, tendo em vista que a inflação passou a ser um fenômeno mundial. Com essa preocupação mundial, realmente surgiram estudos. Por outro lado, já se havia cortado o que era frágil no Keynesianismo. Mas naquela época, o keynesianismo dava argumento para os políticos expandirem moedas, fazerem financiamento compensatório no meio da inflação, já que aplicavam esse raciocínio da depressão, por ignorância ou mesmo má-fé. A turma se perdeu muito com aquele negócio.

Ideologicamente, a parte acadêmica também se dividia. Começaram a surgir os trabalhos da Cepal, com a influência do Prebisch. O pior foram os seguidores do Prebisch, porque o próprio era um homem extremamente inteligente e lúcido. Quando ele foi presidente do Banco Central da Argentina, antes da guerra, ele fez a política mais ortodoxa, monetária e surtiram resultados positivos. Ele não conseguia conceber melhor método do que a austeridade monetária e não brincou com isso. O engraçado é que ficou a fama de que ele achava que a inflação fazia bem. Ele caiu na asneira de dizer: "Em

certas circunstâncias, a inflação facilita a acumulação de capital. Quando não há alternativa, quando os outros não reagem e pedem a sua parte de volta, a sua fatia de renda real...” Ah, foi só ele dizer isso, que alguns seguidores mais fanáticos desenvolveram a idéia. E os que não tinham boa vontade com ele... Tanto que, uma vez, ele veio ao Rio, muitos anos depois, já por 1960, talvez, e eu disse: “Olhe, a sua fama no Brasil é terrível entre os conservadores. Dizem que você é a favor da inflação”. Ele retrucou: “Mas eu nunca disse isso!” Eu confirmei: “É o que dizem”. E ele falou: “Pois então, vou aproveitar a primeira manifestação geral e desfazer essa idéia”.

Havia o Prebish e os estruturalistas que, de certa forma, tocaram em muita coisa que hoje está sendo lembrada: os perigos de combater a inflação, de não se prestar a atenção a certas pressões estruturais etc. Eles tiveram muito mérito em qualificar e cortar o excesso de monetarismo etc. Mas como eles se empolgaram e deram uma tintura ideológica muito forte, foram muito intolerantes intelectualmente, ficaram bastante marcados. Os monetaristas eram a antiesquerda. Tentei aproximar os dois lados, naquilo que dependia de mim - eu não tinha muita influência na época - para eles discutirem. Mas em pouco tempo o pessoal passou a não discutir, a falar mal um do outro. Foi uma pena a intolerância dos dois lados.

R.R. - Acabavam não vendo que, afinal, o outro lado também respondia a certas questões.

C.R. - É. A Cepal, o pensamento estruturalista tem muito mérito. sozinho, não dá para andar. Mas tinha muito mérito, chamou a atenção para certas coisas. Vinha com um enfoque diferente. O que se verificou, com o passar do tempo, é que os dois tinham razão em parte, e que é impossível você ter uma noção global do processo inflacionário sem considerar os dois aspectos: o estrutural ou não-monetário e o monetário. O fato é que qualquer uma das duas linguagens isoladas é incompleta. O fenômeno real não é puramente estrutural, nem completamente monetário e financeiro. São as duas coisas que compõem o problema da inflação: ora predominam certos fatores estruturais, ora a causa maior é o desregramento monetário. O problema é de ênfase. Não se trata de dizer que um dos lados está errado. Isto é uma bobagem. Cada um dava uma fatia, uma fotografia, um pedaço da realidade, trazia sua contribuição, mas ninguém conseguia ter uma visão completa do fenômeno da inflação - como até hoje não se tem. Há uma descrição muito geral, mas na hora de atuar, de fazer um modelo e tentar saber qual vai ser o resultado de certas medidas, o sujeito se perde na complexidade do fenômeno, perde-se pelo caminho, com as verificações empíricas de curto prazo. Nas verificações empíricas de longo prazo dá-se o contrário: a correlação entre expansão monetária e os preços é assunto encerrado, sob todos os aspectos metodológicos. A curto prazo, empiricamente, não se chega a conclusão alguma, ou melhor, chegou-se a inúmeras conclusões diferentes e até contraditórias, esse é o problema. Mas, por outro lado, se, a longo prazo, já está provado que há uma correlação estreitíssima, e como o longo prazo é uma sucessão de curtos e médios prazos, tem-se uma certa intuição de que isso deve ser importante. O que a gente não sabe é calcular os *lags*, que podem variar brutalmente, de tal forma a dar a impressão de que não há ligação nenhuma entre moeda e preço, nem a mais remota. Mas, daqui a pouco, vem e quando você vê, a médio prazo o negócio é brutal. Principalmente em um país em que há inflação acelerada, como o nosso, com uma taxa altíssima. Então, essa correlação estatística é um negócio...

R.R. - Especialmente, porque a inflação acaba sendo afetada por fatores até psicológicos, não é?

C.R. - É. Mais como dizem os monetaristas, afinal, não há inflação sem expansão monetária adicional. Se a autoridade monetária fecha o baú e vai para casa, a inflação tropeça e, em um ano acaba. Acaba com um *crack* total, como no tempo do liberalismo. Então, diz o monetarista: “Se a inflação continua, é porque estão com medo de que haja desemprego”. Mas ela não existe sem expansão monetária. É preciso botar isso na cabeça. E a correlação estatística de longo prazo mostra uma correlação quase perfeita, insofismável.

R.R. - O próprio Dr. Bulhões, quando foi ministro da Fazenda, conseguiu reduzir a quantidade de moeda, e a inflação caiu.

C.R. - Caiu. Acontece que o homem estava com a razão. E houve uns *lags* tremendos. Houve desajustamentos grandes, que aconteceram à revelia da própria autoridade. O sistema, ao se adaptar, numa confusão inflacionária, numa inflação reprimida parcialmente no tempo de Jango, demagogicamente reprimida, teve que lançar mão de uma inflação corretiva de custos, um *cost-push* corretivo, e liberar. como é que, de um gabinete, alguém pode controlar esse negócio? O homem deu salto para lá e para cá. E a primeira coisa foi que o sistema todo resistiu. Disseram: Essa meia-dúzia de camaradas, esse governo em seis meses desiste desse negócio”. E o que se viu foi que as medidas não surtiram efeito. Depois, quando se inverteram as expectativas, o efeito foi cumulativo: a atividade econômica caiu tão depressa, que nós saímos correndo, soltando dinheiro, soltando a parte fiscal. foi uma combinação da parte fiscal, que nós tentamos naquela época, e que nos últimos três anos sendo apresentada como a maior novidade. Fazer um *mix* da política monetária, não apertar tanto, mas apertar soltando pela parte fiscal, dar um alívio fiscal, foi o que fizemos, de uma maneira muito crua, naquela época.

Você dá aquele indutor para o dispêndio, sem fazer expansão monetária. Você alivia a tributação nas empresas, numa área que vai atingir a atividade econômica, estimulando-a, e segura no crédito. Foi o que fizemos. E agora, tenta-se novamente fazer o tal *mix* de política fiscal com política monetária. Você aperta a parte monetária e solta a parte fiscal, combina as duas. Isso parece uma contradição, mas na realidade é justamente tentar segurar a demanda global e não deixar haver desemprego. Jogar contraditoriamente, mas de forma medida, sem somar política fiscal e política monetária, como se fazia antigamente, mas aliviando a dureza, os excessos da política monetária. Foi o que se quis fazer naquela época. Não foi suficiente suave. Chegou um pouco tarde e houve recessão. Estatisticamente, os *lags* são enormes. Você tem a parte da expansão monetária e não acontece nada com os preços; depois, é o inverno. Fica a impressão de que a autoridade andou perdida no mar. Foi realmente um cavalo bravo, difícil de domar, mas chegou o momento em que ele botou a língua de fora. A taxa de juros lá em cima, mas funcionou. Naturalmente, custou alguns estragos, um começo de recessão, um susto do empresariado. Mas funcionou. Era a experiência que se tinha.

É uma pena que estruturalistas e monetaristas não se tenham entendido. Passaram a se desprezar mutuamente, com suspeitas ideológicas etc. Do lado de cá, os entreguistas que só queriam fazer o que os americanos diziam, e geralmente coisas que não se adaptavam ao Brasil. Nós dizíamos: “Mas esperem aí, monetária faz inflação em

qualquer país. Fez na China, fez em país pequeno, fez em país grande, em país desenvolvido. Isso é uma experiência universal”. Aí eles gritavam: “Não! O negócio é estrutural!”

R.R. - O Plano Trienal não teria sido uma forma de acomodação dessas duas tendências?

C.R. - O plano Trienal do Celso. Foi Ele não confessa isso, mas foi. Quem escreveu o capítulo monetário fui eu, a pedido dele. Fiz a primeira redação. Depois, ele deu vários retoques, mas basicamente ficou aquilo que eu escrevi. Nós combinamos uma expansão neutra da moeda, uma posição neutra. Perguntamos: “Qual é a inflação mínima inevitável no ano que vem? Qual é o crescimento real?” Somam-se os dois e deixa-se que os meios de pagamentos subam. Mesmo assim, é política monetária. Ele estava acreditando no efeito da moeda. Não queria dar um aperto excessivo para não quebrar tudo, nas eu também fiquei de acordo. Não era para apertar tudo, bastava evitar a bagunça. Fechamos o negócio por aí. E, ao estimarmos a inflação para o ano seguinte, já o fizemos construtivamente: uma inflação um pouco menor, que refletia o nosso esforço de segurar. Tanto que o Inácio Rangel ficou bastante agastado com o Celso Furtado, porque ele tinha desenvolvido umas concepções de inflação bastante interessante, mas na hora... Atualmente, Inácio Rangel está sendo estudado de novo. É um homem criativo, interessante e que não estudou muito, não. Ele preferia bolar as coisas por ele do que estudar. Depois, ele estudava e constatava que o autor do livro tinha a mesma idéia que ele, mais sistematicamente do que a dele, e ele ficava entusiasmado. Ele descobriu sozinho uma série de coisas que já estavam nos livros. Mas, como diz um amigo meu, não lhe tira o mérito, porque ele é criativo. O camarada que, sem saber que já existe, sozinho, deduz uma série de coisas, é criativo. Ele não está copiando. Aliás, na evolução da ciência, houve casos de desenvolvimento concomitante, sem comunicação. Estudiosos chegavam às mesmas conclusões, meditando, partindo de uma experiência universal, comum, e chegavam aos mesmos caminhos, sem ter conversado. Na hora de publicar o livro, descobriam. O Inácio Rangel era assim.

Mas podiam ter dado um pouco mais de importância às observações dele, que, no fundo, no fundo, eram duas. Ele dizia que, com a inflação e a taxa de juros negativa... O Brasil cobrava uma taxa de juros negativa, porque era influenciado pela lei da usura...

[FINAL DA FITA 8-B]

C.R. - Então, com a lei da usura - o fato de os bancos comerciais não pagarem juros sobre os depósitos à vista, e os juros serem tabelados pelas autoridades, o que era regra geral -, você tinha uma taxa de juros negativa, o que era um dado importante de toda a análise econômica. Esse dado foi negligenciado. Rangel foi o único que deu importância a ele, em sua análise. Por outro lado, a indústria vinha trabalhando com capacidade ociosa há muitos governos, e ainda havia outros aspectos de ineficiência. E esta ineficiência, por capacidade ociosa e por outras razões, mas principalmente por capacidade ociosa, era anulada, disfarçada, anestesiada pela taxa de juros reais negativa, que fazia com que as empresas brasileiras tivessem uma rentabilidade real passível. Rangel dizia: “O dia em que se inverter esse negócio, vai ser caco para todo lado”. Ele

viu com muita clareza, teve o mérito de formular, de ver o essencial e separá-lo do resto, de conjugar esse fenômeno, em termos de diagnóstico da situação brasileira. Nisso ele teve muito mérito - é esse o mérito de todo pensador que pensa coisas relevantes. E foi o que aconteceu.

Em 64, jogamos a taxa de juros lá para cima, deu-se um baque através da taxa de juros, e retirou-se aquela vantagem que havia. Aí ficou mais à mostra a ineficiência das várias empresas brasileiras. E aqueles que tinham, inclusive, montado indústrias na base taxa de juros negativo, sem estrutura de capital adequada, se viram no espaço. Por outro lado, se a gente se impressionasse muito com isso, acabava não corrigindo nada. É preciso ter sensibilidade para o problema, e é preciso também não ficar paralisado. O governo advertiu para o que ia acontecer: “Preparem-se. Quem precisar de certa ajuda, eu dou, examino, vou ver que é possível fazer. Agora, quem não tem condições vai ter que sair do caminho mesmo. O país tem ser eficiente”.

Mas também o Rangel nunca foi um debatedor. Ele gosta de meditar, conversar com um amigo, mas não gosta muito de debate, perde a paciência. De modo que não havia um diálogo adequado. Tentou-se um pouco no ISEB. Mas no próprio ISEB almas mais intolerantes começaram a invalidar a tentativa. E formaram-se núcleos de pessoas com mesmo tipo de pensamento, que conversavam em separado: o pessoal da Cepal, o pessoal de tendência à esquerda, o pessoal da Fundação Getúlio Vargas, e um ou outro que se recusava a participar. Eu, por exemplo, participava dos dois lados, sempre que podia. Embora fosse mais identificado com o Dr. Gudín e com o Dr. Bulhões, eu sempre podia conversar com o outro pessoal, e fiz muitas amizades com a turma da Cepal etc. Tinha gente trabalhando com muito entusiasmo, muito *élen*. Eles chamavam muito a atenção para o problema do capital estrangeiro. O pessoal do lado de cá sabia que havia problemas, mas não dava tanta importância. Sobretudo, como as críticas soavam como uma atitude xenófoba, eles reagiam muito contra a xenofobia, ou o que assim consideravam. E também achavam desastroso que não utilizássemos capital estrangeiro, pois ele iria para outros lados. Então, o que cheirava a xenofobia era, em boa parte, uma defesa do interesse nacional. E interesse nacional não é xenofobia.

R.R. - Mas o próprio clima do debate não permitia muita...

C.R. - Não permitia muita frieza. Um bom exemplo de atitude patriótica era a Cacex, antigamente. Entre os funcionários da Cacex predominava o pragmatismo. Muitos não eram economistas, eram burocratas. Aquilo era pragmatismo: o sujeito não era a favor nem contra, era frio. Raciocinavam assim: o país tem condições de produzir, então vai produzir, e nós vamos proteger. Pronto. Não é preciso ideologia por trás disso. Chama a empresa e... A experiência brasileira foi rica. Quando se chamou às falas o estrangeira, ele reagiu bem. Estrangeiro não tem muita opção. Se ele começa a chorar muito, ficar sem negócio. E ele já acostumado, porque em outros países a regra é até mais dura. Multinacional tem um excelente diálogo. Se você deixá-las fazer o que bem entendem, elas fazem o que bem entendem; mas se você puser limites, elas se enquadram. Não é problema de brigar.

R.R. - É problema de controle.

C.R. - De controle. Não de briga nem de hostilidade, por que aí você acaba com o diálogo. Você chama o camarada e diz: “Olhe, vocês lá no Japão estão se submetendo a

isso; no México vocês se submeteram a isso. E o que nós vamos pedir a vocês é ainda mais suave. Vocês vão fazer isso, isso e isso. Vão ensinar ao operário brasileiro um ofício; vão trazer as patentes de outros produtos, porque há uma série de patentes que não valem mais nada, que é conversa fiada e vocês cobrando *royalties*. Não vamos pagar *royalties* por isso, que é para trouxas. Nós gostamos de vocês, mas não somos trouxas, não”. Então, esse tipo de conversa na Cacex é rotina diária, sem nenhuma dramatização. E foi-se fazendo, sem filosofia, sem nada.

R.R. - Sem se ter que provar cientificamente as ideologias.

C.R. - É e se fez. Dizia-se, por exemplo: “Bicicleta, meu caro, o Brasil importar bicicleta não dá. Ou vocês fazem esse negócio aqui ou o pessoal vai andar de bicicleta”. O cara veio, e está aí. Depois, vieram a motocicleta, o automóvel, o Volkswagen. Como observei outro dia, era uma coisa extraordinária obrigar a multinacional, a indústria automobilística, a fazer uma integração horizontal e não vertical, em um país que não tinha possibilidade imediata de horizontalização. Qualquer economista que fizesse um plano para a Volkswagen recomendaria: “Faça vertical, porque não tem infraestrutura”. Mas não interessava. Interessava obrigá-lo a ensinar aos brasileiros, às pequenas oficinas, e fazer uma indústria em partes complementares. E eles ficariam como montadores e fabricantes do bloco do motor - tanto, porque, às vezes, nem isso fazem. É como outros lugares: eles fazem a usinagem. Eles relutaram, relutaram, mas a alternativa era não vir para o Brasil, perderem favores. E acabaram aceitando. Hoje há milhares de indústrias. A indústria automobilística hoje só é indústria estrangeira no nome, mas eles compram em milhares de fabricantes de partes componentes.

R.R. - Quando a Faculdade de Economia foi criada, já havia pelo menos um esboço dessas duas tendências principais, o monetarismo e o estruturalismo. Como é que a faculdade se localizou entre elas?

C.R. - Ela ficou dividida, mas a influência era da área do Dr. Bulhões.

R.R. - Era quem predominava como pensamento.

C.R. - Sim, mas muito infiltrado, naturalmente. Havia muita independência na hora dos debates.

R.R. - Não deu para se caracterizar uma escola de pensamento na faculdade.

C.R. - Os dois eram muito respeitados, mas o pessoal também ouvia o outro lado. A vantagem é que eram os professores principais, a bibliografia era escolhida por eles e não incluía a Cepal, nem no início nem no fim da linha. Mas o pessoal lia e debatia. Nunca se organizou um seminário, assim que eu me lembre, em que se fizesse uma organização eclética e se trouxesse gente de todas as tendências. Infelizmente, a coisa descambou até para o âmbito pessoal. O próprio Roberto Campos se ofendeu muito, passaram a chamá-lo de entreguista. Uma vez até tentamos um encontro na casa do Klabin, do qual participou o Hélio Jaguaribe...

Hélio Jaguaribe sempre manteve diálogo com os dois lados. Mas o Roberto Campos começou a ser chamado de entreguista e, naturalmente, se ressentiu com isso. Era natural que chegassem a uma hostilidade um pouco maior. O Soares Pereira, por

exemplo, era um veterano na área dos nacionalistas, era um buldogue vigiando os abusos das multinacionais. Uma das coisas que mais o agradavam era descobrir uma nova irregularidade, assim, disfarçada. E ele se deleitava em expor o assunto: Olhem só, vejam a sutileza desse gente”. E o Roberto Campos se considerava um sujeito de maus bofes, honesto, patriota, mas um xenófobo. E ele achava que o Roberto estava dando sopa demais para essa gente. O Roberto via a empresa brasileira oficial como ineficiente e empreguista, e pregava a solução de vendê-la. Então quem falou primeiro em desestatização foi o Roberto. Mas o pior foi que ele o fez de uma forma muito contundente: “Vende a Vale do Rio Doce, e vende para a Hanna”. Quando ele disse “vende para a Hanna”, aí fechou o tempo: “Por que para a Hanna?”

Mas os políticos, em tempos anteriores, tinham tomado conta da Vale do Rio Doce. Até contavam uma piada, com certa injustiça, evidentemente. Aquele humorista que criou *A Manha*, o Aporelli, muito engraçado, muito de esquerda também - foi preso como comunista -, foi colega de ginásio de meu pai em São Leopoldo, ele e o Osvaldo Aranha, no colégio de padres jesuítas. Aporelli fazia umas biografias sintéticas, em duas ou três linhas, e uma delas foi a seguinte: “O Dr. Israel Pinheiro, quando administrador da Vale do Rio Doce, bebeu o rio, comeu o doce e deixou o vale na caixa”. (risos) Ele havia empregado muita gente, mas aquilo era ferino, e o pessoal pegava e repetia. Mas para o Roberto, tratava-se de vender um negócio que era ineficiente. É verdade que a Vale do Rio Doce de 1956 não era a de hoje, mas tinha um número de pessoas sérias, que tinham soluções para o problema, e sentiam que não era para a Hanna. A Hanna fez uma proposta que não valia a pena. Alegava que era equipamento antigo, ferro-velho. Respondemos: “É ferro-velho para vocês, mas para o Brasil não é”. E ficou o desentendimento. Enfim, alguns auxiliares do Roberto começavam a forçar um pouco a mão nos pareceres, fazendo um rolo compressor. Então, apareceram dois coronéis no grupo de trabalho, e mais um elemento nacionalista mais extremado, e começou-se a falar em verde e amarelo, bandeira do Brasil, não sei o que mais, e entornaram o caldo. Mas essas atitudes do Roberto, oriundas, a meu ver, de uma convicção firme e de vontade de fazer as coisas às pressas, levaram a uma hostilidade muito grande e começaram a dizer que ele era entreguista.

R.R. - Isso foi em que ano?

C.R. - 1956, no começo do governo Juscelino. E o Roberto foi para o poder com Juscelino. Na verdade, já estava antes, mas o Maciel Filho não tinha deixado ele fazer nada, em 53 a 54. E perderam realmente a confiança um no outro: um achava que o outro era entreguista; o outro falava em esquerda fazendo jogo de Moscou. O que foi uma pena, porque havia gente boa dos dois lados, com boa cabeça, espírito crítico. Naturalmente, foram perdidas muitas oportunidades de dialogar, fazer um *pool* de talentos e informações, debater em conjunto os problemas nacionais. Ficaram divididos, xingando-se à distância. É uma pena. E todos os dois tinham uma parte da razão, mas se encastelaram em posições.

Realmente, boa parte dessa industrialização foi feita no sopapo. O Rd. Gudin achava um absurdo, não a industrialização, mas a forma de fazê-la. No entanto, as pessoas nunca foram conversar com ele para dizer: “Olhe, rd Gudin, a nossa realidade é essa. Ou vai sopapo ou não sai a industrialização”. Na questão da proibição total das importações das importações, por exemplo, o rd Gudin disse: “Não, espere aí. Você põe aí 40% de proteção para o nacional. Se ele conseguir se organizar com 40%, muito bem.

Se ele quiser 200%, é ineficiência. Aí não”. Mas de fato, faz-se na base da ineficiência, com excesso de proteção, por razões de ordem cambial. E funcionou. Na verdade, talvez a General Motors jamais viesse para cá fazer caminhão com 40% de proteção, ou 30%. Mas com a proibição inclusive de importar - porque o governo brasileiro manteve a proibição por dois anos - predominou o seguinte raciocínio: “Ou eu vou produzir lá dentro, ou então eu perco o negócio. Daqui a pouco outro concorrente vai lá e...” De modo que a proibição, que hoje estou convencido tratar-se de uma coisa exagerada, não dosada, pouco técnica e pouco racional, foi o que fez efeito, na decisão de a multinacional vir para cá.

Há, na verdade, até certo ponto, um oligopólio, mas há concorrência entre elas. Não se eliminou a concorrência, contra o interesse do consumidor. Isso justificou até o excessivo número de marcas existentes no Brasil. É preciso preservar um mínimo de concorrência, já que os que produzem aqui têm que se defender contra a concorrência dos de fora. De forma que deu certo, e Talvez não o tivesse dado de outra forma, em termos práticos. É muito bonito fazer, em forma, em termos práticos. É muito bonito fazer 30% ou 40%, dosar aquilo que é perfeito, racional, que não tem exagero. Mas o fato é que foi na base do exagero que se conseguiu. E também da lucratividade que se poderia oferecer ao nacional, porque, depois que se aprendeu o ofício, que se aprendeu a engatinhar e a andar, hoje realmente já se poderia fazer uma redução nisso. Mas o processo é complicado. Tudo indica que o pessoal da Cacex é que estava certo, pragmaticamente, e não se deixou levar pelos argumentos mais refinados daqueles que queriam fazer as coisas bem feitas.

R.R. - Trabalhavam no tato.

C.R. - Sim.

R.R. Dr. Casemiro, ainda sobre a faculdade, ela absorveu o debate entre o rd Gudin e o Roberto Simonsen? O debate se transferiu para lá?

C.R. - Não, não no meu tempo. Fui para lá já na década de 50, quando o debate não era mais... Ele era revivido eventualmente, mas acho que, de certa forma, a substância desse debate permanece ainda hoje, com outros argumentos ainda hoje, com outros argumentos, com outras formas de apresentação, com outro refinamento. Basicamente ele está aí. No fundo, é um problema de plano lógico de argumentação, na qual há uma certa inconsistência. De um lado, quem é a favor do planejamento argumenta em termos teóricos, lógicos, e quem é contra faz a sua crítica em termos práticos, e nestes termos é muito difícil discutir. Você põe os argumentos pró e contra a nível teórico, pró e contra a nível prático. É a história da discussão capitalismo-socialismo. O socialismo faz a crítica prática do capitalismo, relacionando os erros que encontra - e que existem mesmo - e compara com os métodos teóricos do socialismo, ou seja, do socialismo tal qual deveria ser, e não com a experiência do socialismo que anda por aí. Então, a gente pergunta: “Mas e o exemplo da Rússia?” Respondem: “Não, aquilo não é socialismo!”

R.R. - Onde está o socialismo, que não se vê?

C.R. - Ora, só posso partir da experiência de socialismo que a gente conhece!

R.R. - Não há outra.

C.R. - Sim, não há outra. Mas dizem: “Esta não vale”. A gente não pode confrontar a realidade com *wishfull thinking*. O planejamento é um pouco desse tipo. É a necessidade de ver o conjunto, de estabelecer prioridades e objetivos nacionais, de mensurar os meios disponíveis e, dada sua limitação, planejar a utilização dos mesmos da forma mais eficaz e racional, de acordo com prioridades. Geralmente, planejamento não vai além dessa afirmativa, e ninguém pode ser contra isto. Acontece que, na hora de executá-lo, o planejamento acaba atrapalhando mais do que se não houvesse, quando não descamba para a estatização pura e simples - e isso é indesculpável. E o pior é que temos planejadores formados no exterior, de nível universitário, inclusive o Veloso, que produzem documentos de base muito bem feitos. Mas na hora de fazer um II PND, na hora de tomar uma decisão fundamental, eles resolvem que o Brasil é uma ilha, que não convém absorver a crise mundial, que o melhor é jogar o problema para frente. Como se isso não bastasse, eles continuam em uma campanha de estímulo ao dispêndio, e não aos recursos.

Onde está a estimativas dos recursos? Se o planejamento não a faz, quem é que vai fazer? Chamaram para comunicações um coronel que está entusiasmado para burro, arregança as mangas, estudou comunicação a vida toda. Realmente, o Brasil estava atrasado em comunicações, e deu um pulo. Em 74, já tinha dado o pulo, e era preciso manejar. Todos nós vimos. Eu estava preocupado; estava fora do governo, mas freqüentava o BNDE. Eles chamavam as pessoas do setor privado e disseram: “Olhem, vocês estão sendo ridículos. Vocês produzem cem mil toneladas de cobre e pedem um aumento de 50% de produção? Isso é ridículo! Vocês me apareçam com 300 mil que a gente conversa. Não se queixem depois de que o governo vai ocupar o espaço vazio de vocês. Se vocês não fizerem dentro dessas metas, o governo vai fazer. O Brasil tem que ser potência em dez anos”. Isso em 74! Superdimensionaram os planos. É outra coisa velhíssima, elementar, que qualquer principiante sabe: Se você pulverizar os fatores disponíveis, você termina um menor número de obras do que terminaria se os quantificasse adequadamente.

Criticaram tanto Juscelino, que vivia inaugurando pedras fundamentais e deixava para os outros os ônus de terminar as obras, e fizeram o mesmo! Fizeram até muito pior, pois foi em escala maior. Inauguraram obras imensas e depois tentam dar uma contramarcha que não cabe. Itaipu e outras não são obras nas quais se possa dar uma contramarcha. Tem que haver muito cuidado. É preciso fazer a obra por etapas, porque o custo de pará-la é imenso. Eles sabiam de tudo isso. São coisas elementares. Vem aí um coronel e, com muito patriotismo, quer fazer um plano de dez milhões de telefones, inclusive residenciais. Ora, isso é prioridade nacional? Mil dólares são os custos de instalação básica de um telefone residencial, fora outros custos. Mil dólares multiplicados por dez milhões... São dez bilhões de dólares, sem contar os outros custos. Isso é um luxo! Certas coisas de telecomunicações eram necessárias. O Brasil estava realmente atrasado nas ligações interurbanas. Mas nada disso justifica o plano de dez milhões de telefones! E não havia dinheiro. Quando se falava com o coronel, ele dizia: “Não, a gente arranja financiamento”. E todas as vezes que eles esbarravam com a realidade, não aprendiam a lição. Inicialmente, pensaram: “Não, cada um paga mil dólares em dez ou 20 prestações”- o que é um negócio pesado. Pagar mil dólares pelo meu telefone, espere aí! Então, quando eles puseram a coisa na base dos mil dólares, verificaram que não havia demanda para dez milhões de telefones. Não tem gente no Brasil para comprar dez milhões de telefones a mil dólares. Então, descobriram que não

havia demanda e atribuíram a outros fatores: “O país não tem *status* para dez milhões de telefones”. Talvez seja essa a resposta mais simples. A solução foi apelar para métodos de tomar dinheiro aqui, tomar dinheiro lá, para esconder o custo efetivo, pois quem sabe, se amanhã se oferecer telefone de graça, a demanda não vai aumentar tremendamente? Agora, motivaram as empresas, para as quais disseram: “Os senhores têm que fazer, no Brasil, esse equipamento de comunicação, e isso e aquilo”. Ia a equipe da empresa visitar o presidente da República, e o que ouvia era: “Desculpem, mas está tudo superdimensionado. Não há dinheiro. É preciso dar meia-volta nesse troço”.

[FINAL DA FITA 9-A]

C.R. - o Dr. Gudin, que sempre teve os pés no chão, foi um, céptico em planejamento. Primeiro, porque conhecia a incompetência da administração brasileira.

R.R. - Fator fundamental a se levar em conta.

C.R. - Fundamental. E a maior ineficiência está no setor público! Imagine se eles começarem a orientar o que se faz no setor privado. Acabam com o país! O Hélio Beltrão, que foi ministro do Planejamento, fugiu desse termo e usou coordenação, desburocratização etc. E dizia: “Eu não vim fazer planejamento, pelo amor de Deus. Eu vim desburocratizar”. É um homem de bom senso. Tudo o que ele disse, ele escreve em três páginas, não precisa escrever um volume. Mas se entrar em vigor, é capaz de dar uma melhoria de produtividade nesse país. Só o fato de eliminar o reconhecimento de firmas! Milhares de pessoas vão milhares de pessoas vão milhares de vezes reconhecer firmas e entrar em fila... É um subemprego! O sujeito, naquele momento, naquela fila, está subemprego. E para um troço que não é necessário ao país.

R.R. - E papel também.

C.R. - O papelório! O que se economizaria de papel, nesse país. É só desembaraçar o processo. A experiência do país demonstra que a burocracia é um fator de atraso. Depois, quando se sai da generalidade do palavrorio sobre planejamento para o dado específico, já o sujeito se perde nas prioridades. Quando ele sai das indicações gerais, você vê ele recuar. São meras indicações. No fundo, a coisa se resume em definir uma ou outra prioridade muito genérica. Agora é agricultura. Se isto é planejamento, então não faz mal; não deve fazer mal. Mas, no momento em que eles acreditaram que poderiam agir de outra forma, obrigando o setor privado a fazer isso ou aquilo, foi uma brincadeira. O sujeito quebra, não há governo que evite isso. Dando prejuízo, o sujeito quebra. Por exemplo, eles criaram uma crise artificial, um ciclo, na indústria de equipamentos. Primeiro, fizeram um *boom* artificial, chamando os produtores de equipamento, e agora impuseram a depressão: “Olhe, não dá para fazer. Vamos suspender as encomendas”. Esses caras estão loucos da vida! o planejamento produziu efeitos do *boom* e de depressão, ao tentar influir nos acontecimentos.

R.R. - Se ao menos fosse o contrário: primeiro a depressão e depois....

C.R. É uma tristeza. Quem tem razão é o rd Gudin Ele nunca acreditou em planejamento em planejamento, nunca levou a sério. O velho Simonsen, na verdade um

homem bem intencionado, ouviu os técnicos da época e foi por eles influenciado. E havia uma coisa de certo no que o Simonsen dizia, pelos menos essa é a minha interpretação do debate. O Dr. Gudin, talvez preocupado com a ineficiência da burocracia, temendo que ela crescesse para planejar, não deu valor a um aspecto muito importante, para mim o mais importante na posição do Simonsen, que era a necessidade de estabelecer objetivos nacionais. A única vantagem de se falar em planejamento - não de fazê-lo em detalhes - em um país que não sabe a quantas anda, é despertar a consciência sobre o que existe e de que é necessário descobrir o que interessa ao país, e não viver a reboque de outros países, de outros interesses. Trata-se de fazer um diagnóstico da situação, de definir objetivos nacionais.

R.R. - E foi Juscelino quem começou isso, não?

C.R. - Sim, nesse sentido de estabelecer metas parciais, definir objetivos instrumentais. Se planejamento é isso, então é útil, porque o país tem que definir os seus objetivos, tem que saber. Agora, no momento em que quer fazer pela burocracia, quer influir, aí começa a haver bobagem. Mas no caso brasileiro foi cegueira. Estávamos com uma crise mundial. Não cabia colocar o país em depressão, evidentemente, mas manter um otimismo... Quando à siderurgia, por exemplo, não entendo do assunto, não estou no ramo, nem estou no planejamento, mas há certas coisas que impressionam. Eles tinham a meta de 20 milhões para 1985, se não me engano. Depois, aumentaram para 25 milhões. Mais tarde, anteciparam os 25 milhões para 1980. Isso em 74. Em junho, fui falar com o Marcos Viana e disse: “Marcos, não entendo desse negócio, mas me está entrando pelos olhos que isso é loucura, é *wishfull thinking*”. Eles fazem uma projeção: o Brasil está crescendo a 6, 7 ou 8% ao ano. Dentro de uma tabela de *imput/output*, deve dar uma necessidade de produção de tantas toneladas de aço. Isso passa a ser o objetivo nacional. É bonito, mas é exequível? Se isso for feito, será que vai ser possível fazer as outras coisas? Qual é o custo de oportunidade desse negócio? É materialmente factível? Então eu disse: “Marcos, não entendo de siderurgia, mas se nós estamos ainda caminhando para oito, e já estamos em 74, temos menos de seis anos, e você leva o país para um programa de siderurgia que eleva de oito milhões para 20 milhões! Não há tempo material, mesmo que a gente receba todo o dinheiro emprestado, que os técnicos venham do exterior para ajudar os daqui, que tenhamos prioridade na fabricação de equipamento que vem de lá e no que vai ser fabricado aqui. Não dá para, em cinco anos e meio, aumentar para 20 milhões. Você que é engenheiro, que trabalha mais próximo a isso, vai me dizer”. Ele respondeu: “Casemiro, não dá”. Eu estranhei: “Mas você é o presidente do BNDE!” Ele retrucou: “Pois eu já dei a minha opinião”. Ele é o número dois no planejamento, é praticamente o secretário-geral. Então, tinha qualquer coisa de megalomania lá por cima. Quando você fala com pessoas de experiência e de bom senso, elas dizem: “Também não acredito”.

Então, me fica a idéia de que foi julgado sábio que o Brasil acreditasse, embora parecesse muito pouco favorável. Há todo um mecanismo de induzir as pessoas a gastar, a acreditar. Depois, diz-se: “Olhe, eu estava brincando, esse negócio não é exequível”. Mas e a contramarcha, e o que pára pelo caminho? E o prejuízo nacional? Isso não é conversa acadêmica. Para cada decisão que se deflagra, há um custo. Isto é tão elementar, que não dá para desculpar. É como se o sujeito tivesse fazenda para fazer 20 ternos, e pusesse 50 alfaiates a cortar pedaços, dando início a 50 ternos. No final, não se tem nem os 20, porque um ficou com a manga, outro ficou com uma calça, outro com material para um colete, e é impossível ter 20 ternos prontos; o que sobra são retalhos

jogados por aí. É a pulverização dos fatores, dos recursos. E isso é o maior perigo da falta de planejamento. Paradoxalmente, isso foi induzido pelo próprio planejamento. Em 1976 verifica-se que não dá, mas ainda se fica querendo, tapear. Em 78 concluem que não dá mesmo. Foi uma segunda decisão, e está realmente comprovado que não dá. Mas que diabo! A crise do petróleo já está aí há tanto tempo!

De modo que, para resumir, em matéria de planejamento nada aconteceu de realmente extraordinário que entusiasmasse o Dr. Gudín, salvo o exercício muito útil de estabelecer prioridades gerais e induzir, como orientação das decisões individuais, alguns estímulos fiscais. Eu não passaria daí. Isso é que o que o Dr. Gudín diz. Isso não é planejamento no sentido mais pomposo. Talvez seja um departamento para a compatibilização de planos governamentais, ou orçamentos anuais ou plurianuais.

R.R. - Dr. Casemiro, na primeira entrevista que o senhor nos deu, o senhor tocou no Conselho do Departamento do Juscelino. O que era exatamente esse conselho?

C.R. - O Conselho do Desenvolvimento foi uma idéia muito interessante que, me parece, foi em parte repetida agora, idealizado principalmente por Roberto Campos e Lucas Lopes, para funcionar em dois níveis. No mais alto nível, era uma reunião de gabinete, de ministério, especializada na definição da política econômica do país. No mais alto nível, esse conselho era presidido pelo presidente da República e integrado pelos ministros de Estado, tendo como secretário-geral o Lucas Lopes que, mais tarde, também seria ministro. Ele foi o primeiro secretário-geral de Planejamento da Presidência - idéia que veio daí. Pareceu, para a época, excelente. Achei muito bom. O que faltava ao país era justamente coordenação. A tradição histórica do Brasil, que vem da República, a tradição política aristocrática brasileira negava o gabinete. Gabinete era coisa para o parlamentarismo. Havia os ministros, agindo individualmente. E o ministro era quem decidia, junto com o presidente. Então, se era um sujeito equilibrado, pedia opinião a duas ou três pessoas abalizadas, ouvia um ou dois políticos amigos e tomava a decisão. Era o que se fazia antigamente, na República Velha. Reunir dois ministros, um para consultar o outro, era dar parte de fraco, era declarar-se indeciso. E isso era inadmissível. E ficou essa tradição de falta de coordenação. Nos Estados Unidos, por exemplo, há comissão para tudo. Não se admite que não haja comissões para discussões em conjunto. É um contraste muito grande com o que acontece aqui.

Daí a idéia do Conselho do Desenvolvimento, do Conselho da Sumoc, ou do Conselho Monetário, que é muito mais do que um conselho monetário, pois obriga todo o mundo que tem funções correlacionadas a sentar e decidir em conjunto. Parece uma bobagem, mas na Brasil é fundamental institucionalizar um processo de coordenação administrativa. Mas do que isso, é a tomada de decisões em conjunto. Estão os ministros com o Presidente da República, discutindo conjuntamente as questões, e não cochichando, cada um por si, no ouvido do presidente. Todo o mundo se beneficia desse processo.

Agora, havia um conselho consultivo, se não me engano, do conselho de Desenvolvimento, que se reunia normalmente com o secretário-geral. Eram especialistas, pessoas conhecidas de diversos ramos, que assessoravam o secretário-geral e o presidente do BNDE, que era membro do conselho. Essa sugestão havia sido levada ao Juscelino por Roberto Campos e Lucas Lopes. O presidente mandou uma carta em que convidava cada um para prestar serviços de graça. Algumas dessas pessoas

convidadas pertenciam ao governo, outras não. E eu fui chamado para ser um dos consultores. Recebi uma carta muito amável do Juscelino. Embora fosse uma carta-padrão, era muito amável.

R.R. - O senhor também era, nessa época, assessor do Alkmin?

C.R. - Sim, eu era assessor do Alkmin e chefe do Departamento Econômico da Sumoc. Muito bem. Recebi esta carta muito bonita e passei a atuar como consultor para assuntos de política monetária. E encontrei lá o San Tiago Dantas, consultor para assuntos políticos; Ari Torres, já falecido; Glycon de Paiva, e vários outros. Era um time realmente muito bem escolhido. E só atenderam porque era um pedido do Roberto Campos e do Lucas Lopes. Se fosse só um pedido do presidente da República não teriam atendido. Era gente que tinha o que fazer, que tinha suas ocupações. Realmente, era um conselho consultivo de muito alto nível.

R.R. - Depois de Juscelino, a idéia morreu ou houve alguma continuação?

C.R. - A idéia ficou, porque ele não chegou a ser extinto oficialmente. Mas perdeu aquele élan. Chegou um governo novo, que quis fazer diferente, criando um outro órgão, com outro nome.

Só mais recentemente é que a idéia foi ventilada pelo próprio Roberto Campos, que se lembrou de que o Conselho de Desenvolvimento tinha sido uma boa idéia e recriou-o. Hoje está funcionando, e o secretário-geral é o ministro da Coordenação e do Planejamento. Acredito que é um instrumento muito bom, assim constituído: é uma reunião de gabinete com o presidente da República, para obrigar todo o mundo a formular em conjunto a política, que toca a todos os ministérios. E há um corpo consultivo, uma secretaria altamente qualificada, uma assessoria técnica. O conselho consultivo, esse parece-me que não tem. Está faltando gente de fora. Falta chamar o Hélio Beltrão, chamar advogados famosos, autoridades, empresários; é preciso ouvir essa gente.

R.R. - Que, afinal de contas, está vivendo o dia-a-dia...

C.R. - É, mas o Conselho de Desenvolvimento teve esse sentido, e foi feito no mais alto nível. No que era possível, funcionou bem, acho eu.

R.R. - Já quando entra o Jânio, não há mais...

C.R. - Ah, não. Ele não ouvia ninguém! Aí morreu, a coisa caiu, voltou-se ao sistema antigo, de cada ministro falar ao ouvido do presidente. Embora ele tenha feito algumas reuniões em conjunto com os ministros, a técnica dele, que é muito típica do político, era falar ao pé do ouvido. Nesse sentido, Juscelino foi uma exceção. Era bem mais aberto.

R.R. - O próprio Getúlio tinha criado a assessoria econômica, só que não a nível ministerial, mas pessoal. Isso talvez facilitasse o diálogo com os ministérios.

C.R. - Mas no tempo do Getúlio ainda era aquele negócio: vai um e fala com o Dr. Getúlio; depois vai o outro e fala. Com o Juscelino, ele manteve esse mesmo sistema de

falar com os políticos individualmente, mas havia as reuniões de gabinete. O mecanismo, para o Brasil, parece muito bom, muito bom mesmo.

[FINAL DO DEPOIMENTO]